

200207361

LÚCIA HELENA OLIVEIRA SILVA

**Construindo uma Nova Vida:
Migrantes paulistas afro-descendentes
na cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição (1888-1926)**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas
Sob orientação da Profa. Dra. Celia
Maria Marinho de Azevedo.

Este exemplar corresponde à
redação final tese defendida
e aprovada pela Comissão
Julgadora em 13/12/01

BANCA

Prof(a).Dr(a)	Celia Maria Marinho de Azevedo
Prof(a).Dr(a)	Carmen Lúcia Soares
Prof(a).Dr(a)	Eliane Moura e Silva
Prof.Dr	Jeffrey Lesser
Prof(a).Dr(a)	Leila Mezan Algranti
Prof(a).Dr(a)	Luzia Margareth Rago (suplente)

Dezembro/2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	I/UNICAMP
V.	Si 38 c
T.	47801
PROJ.	837/02
C	☐
D	☒
PRECOS	R\$ 11,00
DATA	14-02-02
N.º CPD	

CM00163533-4

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Si 38 c **Silva, Lúcia Helena Oliveira**
Construindo uma nova vida: migrantes paulistas afro-
descendentes na cidade do Rio de Janeiro (1888-1926) / Lúcia
Helena Oliveira Silva. - - Campinas, SP : [s. n.], 2001.

Orientador: Celia Maria Marinho de Azevedo.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração interna – Rio de Janeiro (RJ), 1888-1926.
 2. Libertos (Escravos). 3. Racismo – São Paulo (SP).
 4. Etnocentrismo. I. Azevedo, Celia Maria Marinho de.
 II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
 Ciências Humanas. III. Título.

Agradecimentos

-Posso ir mãe?

Era esta a expressão que eu falava quando via meu avô saindo para visitar seus amigos, ex-ferroviários e também militantes negros. Durante toda minha infância, passeei com meu avô Cypriano pelas ruas da cidade de Campinas, e aprendi com ele a história da cidade e de seus habitantes que eram descendentes de escravos. Das minhas impressões do tempo de criança, a imagem mais viva que tenho em minha memória é a dignidade com que meu avô e seus amigos se portavam, a despeito da vida simples que levavam. Impressionante também era a politização, a preocupação com a história não contada daqueles que haviam construído o país e eram desprezados.

O meu interesse pela história e pelos afro-descendentes vem, por isso, de longa data. O estímulo e inspiração vieram de casa, mas foi na Universidade que pude lapidar melhor este objeto. No período inicial, ainda como aluna especial participei de dois cursos que me ajudaram muito, ministrados pelos professores Celia Maria Marinho de Azevedo em 1987 e por Sidney Chalhoub em 1989. Ao Sidney devo minha inclinação para estudos sobre o Rio de Janeiro. Já a Celia minha dívida é bem maior, foi “empatia à primeira vista”. Ser orientada por ela era desejo antigo. Seu apoio, dedicação e profissionalismo foram fundamentais para efetivação desta tese.

Tenho amigos maravilhosos com quem pude contar para dialogar sobre a pesquisa, e dar o aconchego necessário neste momento tão solitário que se constitui a realização de uma tese. No Rio de Janeiro tive o privilégio de contar com Carlos Eugênio Líbano Soares, que me hospedou e apresentou os arquivos, os funcionários, ensinando-me os meandros de ser pesquisador na cidade do Rio de Janeiro. Nos dois anos que pesquisei nesta cidade, contei também com a amizade e hospitalidade de Divino Alves Pereira e Ruy Félix do Carmo Primo em São Cristóvão, minha família carioca. Em São Paulo tive Jaime Rodrigues e Gláucia Lima, amigos e interlocutores da história afro-brasileira e da cidade de São Paulo e também da noite paulistana.

Companheiros de todas as horas e presentes em acalorados debates sobre Igreja, libertos e escravos, imigrantes, Regência, Sandra Molina, Regina Xavier, João Fábio Bertonha, Claudia Fuller, Magda Ricci estiveram sempre em tudo. Embora esta amizade venha desde o mestrado, a dedicação destas pessoas foi em uma palavra maravilhosa. Minha gratidão também aos amigos do doutorado Jane Beltrão, Aldrin Figueiredo e Arthur, Anna Gicelle pelas indicações e leituras.

Em Londrina novos amigos vieram reunir-se à turma e acrescentaram novos elementos cada vez mais interdisciplinares sobre libertos, assentamentos, e saúde. Meus agradecimentos à minha família londrinense Luiz Norder, Marcos Jorge e Sérgio Suzart e também a Luiz Rogério Oliveira Silva, Jairo e Cristiano Simon que me apoiaram na minha ida e instalação em Londrina.

Agradeço aos colegas do Departamento da Universidade Estadual de Londrina, que se dispuseram a ajudar-me neste período final da tese. Tenho dívidas de gratidão com os amigos que me apoiaram e não deixaram ser apenas

acadêmica; devem ser mencionados pelo carinho, Débora, Solange, Dircéia, João, Wanderlei, Gilson, Moacir e Regina.

Por último minha família. Comecei falando deles e não posso deixar de tentar ao menos explicar o que eles são para mim. Eles me ajudaram em tudo, dando apoio emocional, fazendo mudança, rezando, torcendo, ajudando financeiramente e acreditaram desde o princípio nesta tese. A cada um deles eu dedico este trabalho obrigado: aos meus pais José e Conceição, aos meus irmãos Heloisa, Renata, Marcelo, Regina, Robinson, a minha tia Enide, minhas primas Fernanda, Silvia. Esta geração nos legou Rogê, Fernando, Isabela, Mariana, Vinicius, Gabriela, Eduarda, Nathália e Júlia, nosso estímulo para lutar por dias melhores.

Novembro, 2001.

Resumo

Este tese examina a migração de ex-escravos e afro-descendentes do estado de São Paulo rumo à cidade do Rio de Janeiro, no período posterior à abolição da escravidão (1888-1926). Nela buscou-se analisar as motivações de negros paulistas para sair de seu estado natal, deixando para trás os laços de amizade e parentesco, bem como compreender os fatores de atração daquela cidade e suas experiências de vida.

Abstract

This dissertation aims to approach the migration of former slaves and and people of african descent from the state of São Paulo to the city of Rio de Janeiro after the abolition of slavery (1888-1926). The work analyzes the black paulistas' motivations to depart from their native state leaving behind friends and kinship as well as the reasons why they chose Rio de Janeiro to migrate. One last goal is to visualize their life experiences in that city.

Sumário

Introdução.....	11
 Capítulo 1 Após o Treze de Maio... A convivência entre libertos e imigrantes em São Paulo.....	23
Um crime e muitas histórias: vivendo na zona rural.....	25
Queremos respeito e vamos dar uma lição:	
a vida de libertos na cidade	43
Uma cidade difícil de viver: a dura vida dos libertos em Campinas.....	54
Daquilo que causa mal estar: herança racial e formulações sobre a inferioridade racial do negro.....	63
A sobrevivência no mercado de trabalho.....	67
Em busca de alternativas: a migração de libertos	86
 Capítulo 2 Negros paulistas no Rio de Janeiro	89
Idéias de canário: uma possível inspiração para migrar.....	90
Uma babel negra: libertos no Rio de Janeiro.....	118
Liberdade e intolerância: os afro-descendentes paulistas no Rio.....	131

Capítulo 3 Entre o mundo sonhado e a realidade possível:

O cotidiano dos migrantes.....	147
Conquista e reconhecimento da cidadania.....	149
Amores e desencontros na vida conjugal.....	155
Vida nas ruas, vida nos morros.....	173
Uma mulher correta, mas nem tanto.....	189
 Conclusão.....	 197
Anexo.....	201
Fontes/bibliografia.....	203

Introdução

Em 27 de junho de 1897, na cidade de São Paulo, o jornal *A Redenção* trazia um artigo com o título “**Os pretos desaparecem de São Paulo**”, onde fazia-se o seguinte comentário:

Depois da lei de 13 de maio de 1888, tem-se notado que a raça preta vai desaparecendo aos poucos d'este Estado. Afirmam os pessimistas e antigos escravocratas que a raça preta desaparece d'este Estado porque, abusando da liberdade e entregando-se ao vício da embriaguez tem morrido.

Mentira e calúnia, contra essa infeliz raça que foi a causa de todas essa riquezas que põe este Estado acima de todos os outros. O excesso de barbaridade que usavam os antigos senhores de escravos, o horror que essa pobre gente tinha ao café, que, sendo a base de toda a riqueza dos seus senhores, era contudo a origem de todos os castigos contra os infelizes escravos, a prepotência das autoridades policiais que entendiam perseguir os libertos, impossibilitando-os a formar família, o desaforo com que os Juizes de Órfãos arrancavam os filhos dos libertos, mesmo casados para pô-los como escravos em casa de antigos senhores, obrigavam os libertos a escolherem outros estados aonde naturalmente encontravam melhores autoridades, melhore patrões e meios mais fáceis de viverem¹.

Nove anos após a “Lei Áurea”, o jornal abolicionista e símbolo da luta contra a escravidão em São Paulo, ressurgia constatando a péssima situação da população negra no Estado nos anos que se seguiram à Abolição. Tanto a prepotência

senhorial, quanto as perseguições movidas pelos policiais e juizes, mostravam que eram muitas as dificuldades na sobrevivência dos libertos e afro-descendentes que viviam em São Paulo. Segundo o mesmo jornal, em consequência destas dificuldades os negros estavam migrando para “lugares melhores”.

Mas para onde estariam indo e o que efetivamente buscavam os libertos e afro-descendentes que deixavam São Paulo?

Muitas histórias ficaram no caminho e estão ainda por serem conhecidas, mas alguns migrantes paulistas foram localizados bem longe de onde nasceram, e é a trajetória deste seletivo grupo o nosso objeto de estudo. Ou seja, buscaremos conhecer os migrantes negros paulistas que viveram na cidade do Rio de Janeiro no período posterior à Abolição. Se era certo o horror que os negros sentiam em relação à lavoura do café, devido aos maus tratos sofridos e às longas horas de trabalho no campo, possivelmente eles iriam querer ficar longe das fazendas e optar por viver em um grande centro urbano. Mas por que a cidade do Rio de Janeiro?

Segundo Nicolau Sevcenko “no início do século XX a população do Rio de Janeiro era pouco inferior a 1 milhão de habitantes. Desses, a maioria era de negros remanescentes, acrescidos dos contingentes que haviam chegado mais recentemente, quando após a abolição da escravidão grandes levas de ex-escravos, migraram das decadentes fazendas de café do Vale do Paraíba, em busca de novas oportunidades nas funções ligadas, sobretudo às atividades portuárias da capital”².

Mas antes mesmo da vinda destas ondas migratórias, a cidade já era vista como um ponto de convergência da população negra, observada pelos viajantes

¹ *A Redenção*, 27 de junho de 1897, p.1

² Nicolau Sevcenko *História da vida privada no Brasil* vol. 3, p.21.

como Debret, Luccock, Rugendas, Maria Graham.³ Esta presença de escravos, livres e libertos criou uma cidade dentro da cidade, um espaço criado pelos negros de todas as condições onde podiam manifestar seus credos e costumes. Assim, a cidade do Rio de Janeiro era um espaço atraente que poderia motivar libertos e afro-descendentes a tentarem nela criar uma vida com condições melhores do que tinham no estado de São Paulo.

Apesar de ausência de pesquisas sobre esse assunto, alguns acervos documentais como a documentação de presídios e artigos de jornais contemporâneos indicam que após a Abolição em 1888, houve um intenso processo de movimentação por parte dos ex-escravos e afro-descendentes de um modo geral.

Os migrantes negros produziram poucos registros diretos sobre suas vidas, mas podemos percebê-las nas marcas culturais deixadas nos espaços onde viveram, nas queixas encaminhadas à polícia contra eles, na literatura, crônicas e imprensa de época. Além disso, a insistência na manutenção de distinções utilizadas antes da Abolição como a condição liberto, livre e o item cor mesmo onde elas não são requeridas, como ocorria em processos e artigos de jornais, é bastante revelador das percepções da sociedade em torno do ex-escravo e do afro-descendente. Assim, duas séries documentais foram fundamentais para que este trabalho se realizasse. Primeiro contamos com os livros de registros de presos da Casa de Detenção da Corte posteriormente denominada do Distrito Federal,

³ Jean B. Debret *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* 4^aed., São Paulo, Livraria Martins Editora, 1965, John Luccock *Notas sobre o Rio de Janeiro e as partes meridionais do Brasil*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia, Edusp, 1975, João Maurício Rugendas *Viagem pitoresca através do Brasil* 6^aed., São Paulo, Livraria Martins Editora, 1967, Raymundo C. B. Campos *Viagem ao nascimento de uma nação-diário de Maria Graham* São Paulo, Atual, 1996. Observações sobre a cidade do Rio de Janeiro como ponto de convergência de africanos e afro-descendentes também foram feitas por vários estudiosos como Leila M. Algranti *O feitor ausente*, Petrópolis, Vozes, 1988, Sidney Chalhoub *Visões da liberdade* São Paulo, Cia das Letras, 1990 e Mary Karasch *A vida dos escravos no Rio de Janeiro* São Paulo, Cia das Letras, 2000.

depositados no Arquivo Estadual do Rio de Janeiro, à época uma documentação recém-aberta aos pesquisadores. Estes livros possuíam cerca de 250 páginas que continham quatro registros por folha, ou seja, continham 750 registros de detentos.⁴ A outra fonte documental foram os processos criminais e cíveis do Arquivo Nacional. Elas foram inicialmente pensadas como fontes complementares, isto é, em princípio, acreditei que a partir dos nomes de presos, eu poderia rastreá-los em processos para saber mais de suas vidas. A estratégia foi em parte infrutífera e afirmo em parte, porque se de um lado recuperei apenas duas pessoas do universo de mais de duas mil que haviam sido presas em processos, por outro, acabei encontrando nos homônimos outros migrantes paulistas que em princípio não haviam sido presos, mas estavam envolvidos em processos.

Há fortes indícios de que para se escapar à pena de prisão, era comum o recurso de mudança de nome, uma estratégia fácil, pois não havia documentos de identidade, além do registro batismal que geralmente ninguém carregava consigo. Embora nos processos imperem os filtros da linguagem jurídica e o registro da fala indireta dos réus e testemunhas através do escrivão, foi possível perceber evidências de conflitos diretos e dissimulados, as relações dos envolvidos com o contexto social imediato, o olhar jurídico sobre os réus, assim como as alianças tecidas entre com os vários segmentos da sociedade.

As vidas dos libertos e seus descendentes negros estão presentes sobretudo nos registros da memória e da oralidade, a primeira e mais perene forma

⁴ A documentação foi aberta à pesquisa graças aos esforços dos historiadores Flávio dos Santos Gomes e Carlos Eugênio Libano Soares, que ajudaram na descoberta e traslado da documentação do Presídio Frei Caneca até a antiga sede do departamento da Polícia do Estado em Niterói, no ano de 1993. O material documental foi aberto à pesquisa em janeiro de 1994 e devido ao péssimo estado de conservação de muitos livros de registro, parte do material pesquisado hoje não se encontra disponível à consulta. Aproveito aqui para agradecer a eles, em especial, a Carlos Eugênio L. Soares, por ter me apresentado esta documentação que permitiu esta pesquisa.

de expressão humana. Cada ex-escravo e afro-descendente foi depositário de um sem número de histórias repletas de momentos de alegria, dor, esperanças que entremearam sua história pessoal à da história social abrangente. Por isso, além de recorrer à documentação escrita, contamos com quatro relatos orais de afro-descendentes que ajudaram a recompor a vida dos negros nos momentos que se sucederam à lei Áurea. São eles: Henrique da Cunha Jr., Benedito da Luz Egídio, José Correia Leite e Cypriano Antonio de Oliveira, meu avô, com quem adquiri gosto pelo meu passado e pela história. Três deles nasceram no início do século XX e um dos depoentes nasceu no final do século XIX, e tiveram uma militância em órgãos da comunidade negra seja administrando, escrevendo jornais ou mesmo ajudando a construir as sedes de suas entidades.⁵

A vida dos negros no pós-emancipação desenrolou-se em meio a uma série de acontecimentos adversos. Não houve incentivos governamentais para apoiá-los na vida em liberdade, perpetuando-se os estereótipos negativos remanescentes da escravidão que os desqualificavam da condição de trabalhador preferencial e quase único por tantos séculos.

Esta desqualificação não se fazia aleatoriamente mas contou cada vez mais com o amparo de estudos científicos. Os estudos sobre o negro no pós-abolição foram iniciados já em fins do século XIX, com o maranhense Raimundo Nina Rodrigues, médico e pesquisador da Faculdade de Medicina da Bahia. Com base na etnografia e nos estudos da antropologia física racial, as preocupações de Nina Rodrigues voltavam-se para as heranças africanas, e sua avaliação pela Medicina Legal, sendo ele o primeiro a reconhecer a importância do legado cultural africano

⁵ Gostaria de agradecer a Ana Lúcia Moreira Leite que me cedeu sua entrevista com Henrique da Cunha Jr., realizada em 1992.

no país⁶. Contudo, seu reconhecimento da importância de estudar o negro, não o isentava da crença em doutrinas racistas, o que fez Nina Rodrigues advogar tanto pelos estudos das sobrevivências africanas no Brasil, quanto a acreditar em uma hierarquia racial e uma suposta inferioridade negra. Segundo Mariza Corrêa, este parece ter sido seu “grande horror que denunciaria sem tréguas: a possibilidade do negro transformar o branco, alterá-lo, torná-lo outro”⁷.

Os conhecimentos científicos raciais de Nina Rodrigues acabaram se mesclando aos estudos de medicina legal que o fez creditar uma relação direta da criminalidade com origem racial. Estas hipóteses serviram às justificativas de incorporação do ex-escravo à sociedade, em condições eqüitativas aos brancos, além de demonstrar a importância da discussão racial nos meios acadêmicos naquele período.⁸ Na visão de cientista baiano, a inferioridade do africano era um fator degenerescente que comprometia mesmo mestiços. Na mesma linha, seguiu-se os estudos de Silvio Romero que continuou a recolher sobrevivências culturais dos afro-brasileiros⁹. Estudioso da contribuição afro-brasileira, ele tinha uma visão diferenciada ao menos no que tange ao pessimismo apregoado pelas escolas científicas do “determinismo geográfico e determinismo racial”. Ele acreditava que o

⁶ Raimundo Nina Rodrigues *Os Africanos no Brasil* 7ª ed., São Paulo, Ed. Nacional, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.

⁷ Mariza Corrêa “As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues & a Antropologia no Brasil”, USP, 1982, 2 vol., tese de doutorado, USP, 1982, p. 130.

⁸ Raimundo Nina Rodrigues *As raças humanas e a responsabilidade Penal no Brasil* 3ª ed., São Paulo, p.44.

⁹ Silvio Romero *História da Literatura Brasileira* Rio de Janeiro, 1888, 2 vol. Apud Thomas E. Skidmore In *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p.204. Silvio Rabello *Itinerário de Silvio Romero* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

mestiço era um elemento transitório de uma “raça” em formação que se branquearia¹⁰.

Para outros estudiosos da questão como Oliveira Vianna, a questão da inferioridade do negro e, conseqüentemente, da população brasileira poderia encontrar solução na mestiçagem. Diferentemente de Nina Rodrigues, ele não acreditava que haveria um retorno ao barbarismo devido à grande presença de negros. Para ele, a miscegenação poderia também produzir um tipo superior, isto é, aquele oriundo do “cruzamento” entre brancos e negros de capacidade mental e física desenvolvida. Desse modo, a reunião de características superiores dos negros somadas aos brancos, resultariam no “mestiço ariano”, permitindo o branqueamento da população e a sua absorção das características psicossomáticas da raça européia¹¹. Outro estudioso João B. Lacerda, diretor do Museu Nacional, foi defensor do branqueamento. Segundo sua tese, em algumas gerações os caracteres físicos da “raça branca” seriam majoritários na população. Lacerda buscou valorizar o papel do mestiço na história e entendia que os racistas “tinham pouca fé nos genes brancos”¹².

Coube ao trabalho de Gilberto Freyre *Casa Grande & Senzala* (1933), a mudança de olhar sobre o negro e sua herança “racial”. Inspirado na abordagem culturalista de Franz Boas, Freyre valorizou a mistura de etnias e a cultura do negro, mostrando o escravo africano como “civilizador na sociedade brasileira” que impôs

¹⁰ Sobre esta questão ver o trabalho de Lília M. Schwarcz *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 187—1930*, São Paulo, Cia das Letras, 1993, especialmente cap.2.

¹¹ “Em regra, o que chamamos mulato é o mulato inferior, incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da sociedade e provindo do cruzamento do branco com o negro do tipo inferior. Há porém, mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos, suscetíveis da arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização deste país”. Oliveira Vianna *Populações meridionais do Brasil* Belo Horizonte, Itatiaia, 1987, p. 101.

¹² Thomas E. Skidmore *Preto no branco* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1876, pp. 80-84.

sua cultura aos brancos.¹³ “Não nos interessa, senão indiretamente, neste ensaio, a importância do negro na vida estética, muito menos no puro progresso econômico, do Brasil. Devemos entretanto, recordar que foi imensa. No litoral agrário, muito maior, ao nosso ver, que a do indígena. Muito maior, em certo sentido, que a do português”¹⁴. Freyre postulava que a superioridade negra estava na cultura material, moral, técnica e artística desenvolvidas na história social africana. Segundo ele, o Brasil foi beneficiado com melhores elementos africanos em relação a outros lugares da América¹⁵. O trabalho do antropólogo pernambucano contrastava com o panorama histórico dos anos de 1920; época de consolidação da segregação racial no sul dos Estados Unidos, do surgimento do nazismo e da construção dos primeiros passos do “apartheid” no continente africano¹⁶. A influência mais perene de Freyre foi a concepção de que no Brasil teria havido uma escravidão menos cruel combinada de relações mais amistosas entre senhores e escravos, e de uma ampla miscigenação, confluindo para a emergência de democracia racial. Mais do que isso, ele centrou os estudos sobre o negro na vigência da instituição da escravidão e abriu caminho para uma grande concentração de trabalhos sobre o negro enquanto escravo nas ciências humanas de um modo geral.

Nos anos 1950, o Brasil foi escolhido para nele se desenvolver uma pesquisa em perspectiva comparada com a experiência dos Estados Unidos. Tratava-se de um trabalho piloto da UNESCO, coordenado por vários cientistas sociais, como Roger Bastide, Arthur Ramos e Florestan Fernandes. Visava-se

¹³ Gilberto Freyre *Casa grande & Senzala*, São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1933.

¹⁴ Ibid., p. 284.

¹⁵ Ibid., p. 304.

¹⁶ George R. Andrews *Negros e brancos em São Paulo: 1888-1988*, Bauru, Edusc, 1998, p.36.

investigar os contatos étnicos da população, "observando fatores políticos, sociais, culturais e psicológicos favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações harmoniosas entre grupos étnicos"¹⁷

O trabalho não obteve o resultado esperado, isto é, as relações raciais brasileiras revelaram a existência de desigualdades no tratamento entre brancos e não brancos. Todas as equipes de pesquisa, entre as quais estavam Octávio Ianni e Fernando H. Cardoso encontraram desigualdades raciais, descobrindo-se uma forte ênfase no preconceito que existia nos estados do sul e sudeste. O reconhecimento da discriminação fez ruir a idéia de democracia racial no Brasil. Ao analisar as relações raciais no estado de São Paulo, Fernandes concluiu que não fora possível ao negro firmar-se como trabalhador livre porque carregava em si a herança a herança da escravidão, que não lhe permitia ter tal consciência. A superação desta situação, entretanto, seria possível à medida que houvesse uma "normalização progressiva do estilo democrático de vida e da ordem social correspondente"¹⁸. Ou seja, a ampliação das formas democráticas ajudariam a superar a situação de desigualdade racial no país.

Para Florestan Fernandes, as dificuldades do negro recém-saído da escravidão na sociedade emergente de classes de São Paulo não eram decorrentes de "nenhuma espécie de ansiedade ou de inquietação, nem qualquer sorte de intolerância e de ódios raciais, que essas duas condições fizessem irromper na cena histórica. Em nenhum ponto ou momento o homem de cor chegou a ameaçar seja a posição do homem branco na estrutura de poder da sociedade inclusiva. (...) em

¹⁷ Marcos Chor Maio In Luiz A. Costa Pinto *O negro no Rio de Janeiro: relações em uma sociedade em mudança* 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1998, p.18.

¹⁸ Ibid., p. 268.

síntese, não se esboçou nenhuma modalidade de resistência aberta, consciente e organizada que colocasse negros, brancos e mulatos em posições antagônicas e de luta”. Nessa mesma linha de pensamento que apontava para a “anomia” do negro, Fernando Henrique Cardoso sugeriu que a condição marginal do negro seria por terem “que destruir-se como seres produtivos para destruir a situação de trabalho que lhe haviam criado”¹⁹. Outros cientistas sociais brasileiros como Clóvis Moura, Otavio Ianni, Emília Viotti da Costa também contestaram a visão idílica da escravidão, apontando os diversos aspectos desta instituição e sua responsabilidade na condição marginal dos negros e mestiços²⁰.

Se estes trabalhos tiveram o mérito de sepultar de vez a idéia de uma escravidão benevolente e o mito da democracia racial, apontando os efeitos nefastos desta instituição sobre aqueles que a ela foram submetidos, por outro lado a tese da escravidão violenta não permitia outras interpretações sobre as diferentes nuances da escravidão. Como os efeitos sobre o escravo eram vistos como indelévels, era difícil pensar em ações autônomas que não redundassem nas ações-limite como suicídio, assassinato, aborto, fuga. Além disso, devido a tais efeitos a recusa ao trabalho seria o comportamento mais comum do ex-escravo por ser aos seus olhos, negação da condição anterior, além da sua falta de preparo para a vida na sociedade livre²¹.

¹⁹ Fernando H. Cardoso *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, São Paulo, Difel, 1962, p.244.

²⁰ Octavio Ianni *Escravidão e racismo* 2^a ed., São Paulo, 1988, Fernando H. Cardoso *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, Clóvis Moura, *De bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro, 1977, Emília Viotti da Costa *Da Senzala à colônia* 2^a ed., São Paulo, Ciências Humanas, 1982.

²¹ Segundo Emília Viotti da Costa “muitos negros foram vistos a percorrer as estradas e a perambular sem destino pelas ruas das cidades. Outros, temerosos de se arriscar a uma vida livre, para qual não sentiam capacitados depois de longos anos de cativo, deixavam-se ficar nas fazendas onde sempre tinham vivido. A liberdade chegava tarde demais e a perspectiva que o futuro apresentava era de uma velhice desamparada”. Emília V. Costa *Da senzala à colônia*, p: 433.

Nos anos 1980, somaram-se ao debate novos trabalhos procurando discutir a sujeição escrava e a vida no pós-abolição. Uma produção historiográfica voltada para leituras diferentes da instituição da escravidão buscou rever a família, as resistências, o cotidiano, as diferentes formas de escravidão no campo na cidade, bem como a influência de insurreições no Parlamento brasileiro²². Mais do que isso, ela procurou discutir com a produção anterior as visões sobre o negro. Ao revisitar as teses de Florestan Fernandes, o brasilianista George R. Andrews investigou as relações raciais entre negros e brancos em São Paulo, durante o século posterior à Abolição da escravidão, ou seja de 1888 a 1988. Revendo a desigualdade social e econômica de brancos e negros em São Paulo, ele concluiu que os imigrantes não tinham experiências diferenciadas dos afro-descendentes, uma vez que a maioria vinha do campo. As perspectivas otimistas quanto aos europeus foram se matizando à medida que eles passaram a capitanear as greves e movimentos trabalhistas no início do século XX.

Segundo Andrews, “o mercado de trabalho de São Paulo nos anos imediatamente subseqüentes à abolição da escravidão era moldado por direcionamento e intervenção do Estado em um nível incomum (no contexto do liberalismo econômico dominante no mundo Atlântico, incluindo o Brasil, na virada do século). Esta era uma intervenção supostamente desprovida de qualquer conteúdo racial, mas na verdade, optando por investir recursos em trabalhadores europeus e se recusando a realizar investimentos comparáveis nos brasileiros, os

²² São frutos desta produção Cleber da Silva Maciel *Discriminações raciais: Negros em Campinas (1889-1921)*. Campinas, CMU/Unicamp, 1988, Sidney Chalhoub *Visões da liberdade*. São Paulo, Cia das Letras, 1990, Leila M. Algranti *O feitor ausente*, Petrópolis, Vozes, 1988, Célia M. M. Azevedo *Onda negra medo branco* Rio de Janeiro, 1987 entre outros.

fazendeiros da província e o aparato do Estado que eles controlavam, tornaram claras como cristal suas preferências étnicas e raciais”²³.

As teses de Andrews são importantes para desfazer os mitos sobre a incapacidade do liberto e do afro-descendente para o trabalho livre e o exercício da cidadania. O que esta pesquisa e outras do mesmo período mostram é que os negros criaram uma série de estratégias para sobreviver, tecendo cotidianamente trajetórias de vida dentro das parcas condições de que dispunham. Longe das expectativas que eram criadas pelos projetos de disciplinarização que transformavam espaços públicos e procuravam afastá-los dos centros urbanos e das benfeitorias arquitetônicas, eles forjaram experiências muito singulares que os levaram, por vezes, a serem entendidos como rebeldes e desordeiros do espaço público e que, só mais recentemente, têm sido reinterpretadas.

Nossa hipótese inicial partiu da premissa que as condições de vida em São Paulo seriam difíceis o suficiente para motivar uma migração dos ex-escravos e afro-descendentes para fora do estado. Uma vez na cidade do Rio de Janeiro, muitos obstáculos tinham que ser transpostos neste novo e desconhecido lugar. Acreditamos que, apesar das dificuldades, esta longa viagem trazia aos migrantes negros paulistas de fato uma nova vida. Se ela em termos econômicos tinha proporções modestas, migrar significou lutar por uma vida mais digna. Quanto à periodização, é preciso esclarecer que partimos de 1888, data da abolição, e concluímos com 1926, data que marca o fechamento do jornal *Getulino* e também o momento em que o item cor deixa de ser preenchido na documentação da Casa de Detenção.

²³ George R. Andrews *Negros e brancos em São Paulo*, pp.99-100.

Esta tese está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo trata da vida dos afro-descendentes no Estado de São Paulo no pós-abolição. Com base em depoimentos orais, jornais e um processo-crime, buscou-se recuperar as vivências de ex-escravos e afro-descendentes nos anos que se seguiram à Lei Áurea. Assim procuramos ver nestas vivências no campo, e também nas cidades do interior do estado e na capital como se dava a discriminação racial e a relação entre negros e brancos. São Paulo despontava como grande produtor de café e as riquezas proporcionadas por esta cultura agrícola refletiam-se em toda parte, com grandes transformações econômicas e sociais, entre elas o processo de crescente imigração européia subsidiada pelo estado. No segundo capítulo analisamos a atração que a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, exercia sobre a população negra de várias partes do Brasil e, por vezes do exterior. Também investigamos um pouco do perfil dos migrantes, quem eram, onde moravam na cidade do Rio de Janeiro e por quais motivos eram presos. O terceiro e último capítulo busca conhecer o cotidiano dos migrantes negros paulistas, como se relacionavam com os demais habitantes da cidade, as relações de trabalho, de amizade, as uniões conjugais, a vida nos cortiços e nos morros e as tentativas de concretizar a cidadania jurídica em direitos efetivos de vida.

CAPÍTULO 1

Após o Treze de Maio...

A convivência entre libertos e imigrantes em São Paulo

Crises são momentos de verdade. Elas trazem à luz os conflitos que na vida diária permanecem ocultos sob as regras e rotinas do protocolo social, por trás de gestos que as pessoas fazem automaticamente, sem pensar em seus significados e finalidades. Nesses momentos expõem-se as contradições existentes, por trás da retórica de hegemonia, consenso e harmonia social.

Emília Viotti da Costa¹

¹ Emília Viotti da Costa *Coroas de Glória, lágrimas de Sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823* São Paulo. Cia das Letras. 1998. pp.13-14.

Neste capítulo iremos analisar algumas experiências de vida de afro-descendentes paulistas no campo e na cidade, bem como as relações sócio-econômicas que se desenvolveram no período pós-Abolição. A partir de um processo-crime, depoimentos orais, artigos da imprensa negra e da imprensa paulista, analisaremos as sociabilidades e relações de trabalho da comunidade negra com o restante da população. Convivendo com muitos imigrantes europeus, parte desta população negra paulista saiu de um Estado próspero, onde se necessitava de trabalhadores, fazendo deste modo caminho inverso a aquele comumente associado ao do emigrante em busca de lugares economicamente mais viáveis. Nosso objetivo é compreender as motivações que levaram parte da população negra paulista a optar pela migração para a cidade do Rio de Janeiro, deixando para trás o estado mais promissor do país em termos econômicos e também aquele que mais atraía imigrantes da Europa.

Um crime e muitas histórias: vivendo na zona rural

*Só ri quem é forro**

Era o final da manhã do dia 24 de agosto de 1909, quando o delegado João Almeida de Moraes, acompanhado de seu escrevão, começou a tomar um depoimento. A depoente era uma italiana de nome Cicília Gratti, que residia em uma das muitas colônias existentes na fazenda Boa Vista, na cidade de Amparo, interior de São Paulo. Inquirida sobre o que sabia a respeito do recente acontecimento litigioso que envolvera uma mulher de nome Carolina, Cicília explicou que, no dia 23 de agosto, sua vizinha cuja casa ficava em frente à sua fora assassinada. Cicília lamentava a morte de Carolina, e não conseguia encontrar explicação para o ocorrido nem suspeitava quem teria sido o assassino, ou o motivo do assassinato:

Carolina não tinha inimigo algum, era uma mulher geralmente boa, muito pobre, velha de uns cinqüenta e quatro anos de idade mais ou menos e doente. Que Carolina não se entregava ao mister de fazer bruxedos e feitiçarias. Que ela vivia muito bem com seu marido².

O depoimento de Cicília deixa entrever que, na sua visão, Carolina havia sido atingida por uma injustiça, já que *vivia muito bem com seu marido e não se entregava a bruxedos e feitiçarias*. A menção a esta última informação aponta, ainda que de maneira indireta, para uma identidade étnica da assassinada, o que

* Provérbio popular.

² DEP, Barbara Stafocher Apelação Crime, 1909, processo n ° 831, fl. 7.

ocorreu de forma recorrente a partir de uma certa altura do processo, ao associar-se ao nome de Carolina a expressão preta ³.

Este é, sem dúvida, um dado sugestivo, sobretudo porque na fala de Cicília reside uma visível intenção de isentar Carolina da prática da feitiçaria. Esta prática era mal vista pela sociedade desde o século XIX, quando as manifestações religiosas de tal natureza eram consideradas ações perigosas e bárbaras, motivos pelos quais se tornaram alvo preferencial dos ataques da religião oficial, o Catolicismo, e de políticas públicas, que então passaram a ser implementadas com o fim de eliminá-las do seio da sociedade.

Lília Schwarcz analisando os jornais paulistanos do final do século XIX, observou que entre as caracterizações negativas associadas à figura do negro havia freqüentemente a de atrasado e supersticioso, por vezes dedicando-se a rituais macabros de feitiçaria. Era possível observar que o efeito do desconhecimento dos ritos e das religiões afro-brasileiras aliados ao preconceito contra os ex-escravizados resultava, não raro, em ações violentas da polícia, representadas pelas perseguições e prisões dos ditos *praticantes de bruxaria* ⁴.

Ainda que a fala de Cicília estivesse elaborada no sentido de preservar Carolina de suspeitas, a ênfase em afastá-la de envolvimento com feitiçaria poderia indicar o contrário, isto é, sugere a possibilidade da associação da figura de Carolina a tais práticas. Talvez fosse ela uma benzedeira, atividade comum entre mulheres conhecedoras das artes de curar males físicos e espirituais de

³ Grifo meu.

⁴ Lília Schwarcz *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Cia das Letras, 1987, pp.125-6. A prisão de pais-de-santo e mães-de-santo como infratores comuns, tornou-se usual a partir do Código Penal que proibia a prática de magia, espiritismo, sortilégios no artigo 157 no Código Penal. Ver Vicente Piragibe *Dicionário de Jurisprudência Penal*, São Paulo, Livraria Acadêmica, 1931, 1º vol., p.313.

pessoas e animais, evitando pragas e doenças. Certamente esta interpretação torna-se possível se levado em conta o relativo isolamento geográfico e social dos moradores da zona rural, onde o acesso a médicos e outros recursos era dispendioso. As suspeitas sobre a ligação de Carolina com atividades de cura serão retomadas adiante.

Tratada como a *preta* Carolina ou Carolina *de tal*, sendo esta última uma forma de tratamento usual em ocorrências policiais, quando existiam apenas informações vagas sobre uma pessoa. Seu sobrenome aparece a partir da incorporação do laudo médico ao relatório do delegado. Passa então a ser chamada de Carolina Pinto. Descobre-se ainda que era casada com Marcelino e madrastra de Sebastião. Vê-se assim que, subliminarmente, o tratamento dado a esta mulher, ainda que estivesse na condição de vítima, não a isentava da suspeição embutida na maneira de nomeá-la. Estes indícios corroboram a idéia de que continuavam a vigorar formas discriminatórias de tratamento para os escravos e seus descendentes que funcionavam não só como mecanismo de diferenciação social, mas também como estratégia para se manter inalterada a hierarquia social e étnica construída e sedimentada nos tempos de escravidão.

Esta forma de tratamento dispensada a Carolina estava longe de ser inocente, até porque as demais pessoas arroladas no processo, mesmo as citadas vagamente, foram nomeadas com sobrenome e estado civil como Cicilia Gratti, Hercules Gratti, entre outros. “Coincidentemente”, elas eram todas brancas, o que reforça ainda mais a hipótese da presença de um mecanismo de discriminação a ele subjacente. Os autos criminais davam a entender que Carolina e sua família eram os únicos negros que viviam naquela colônia, em meio a brasileiros e imigrantes. Esta hipótese, contudo, carece de dados mais consistentes.

A narração do processo situa o crime em *uma das colônias da Fazenda Boa Vista da cidade de Amparo*, o que possibilita acreditar que outros negros pudessem viver ali naquela fazenda, e em outros lugares naquela cidade. Segundo o economista Ronaldo M. Santos, Amparo, junto com Campinas, Bananal, Piracicaba, Guaratinguetá e Rio Claro detinham em 1885, cerca de 30% do total dos escravos da província paulista. Entre 1872 e 1887, o número de trabalhadores escravizados oscilava, mas há indícios de que a presença de negros continuava significativa⁵. Mesmo que houvesse ocorrido uma movimentação de libertos para fora do município de Amparo, o café era uma fonte segura de emprego que atraía outros libertos e também imigrantes em direção às fazendas cafeicultoras, as quais sempre estavam em busca de trabalhadores. É preciso considerar também o montante da população negra e mestiça em relação ao restante dos habitantes do estado de São Paulo:

População do Estado de São Paulo em 1890, segundo a cor

População	Números	Porcentagem
Branços	873423	63%
Pretos	179526	12,9%
Caboclos	114199	08,1%
Mestiços	217605	15,7%
Total	1.384753	100%

Fonte: Florestan Fernandes *A integração do negro na sociedade de classes*, vol.1 São Paulo, Ática, 1978, p. 23.

⁵ Em 1872 Amparo possuía uma população de 11.756 habitantes sendo 3.548 escravos. Já em 1885 a população saltou para 17.325 e o número de escravos passou para 4.246. Em 1887 para 3.524 escravos. Para mais informações ver: Ronaldo Marcos Santos. *O término do escravismo na província de São Paulo (1885-1888)*. FEA-USP, 1972, p. 22.

Vemos que após a Abolição, somados os negros e mestiços, aqui entendidos como os indivíduos resultantes de uniões de brancos e negros, havia 397.131 afro-descendentes ou 28,3% da população paulista, um montante que aparentemente tendia a diminuir porque já estavam em curso as imigrações de europeus para o país e sobretudo para o Estado de São Paulo.

A movimentação dos personagens do processo permite perceber que havia um intenso convívio entre ex-escravos, seus descendentes e imigrantes. Os registros de relações de amizade entre Cicilia e Carolina são particularmente exemplares deste convívio e emergem nos detalhes relativos à saúde de Carolina e ao conhecimento de Cicilia sobre a rotina de sua vida. Era uma convivência que pela configuração da colônia, acabava sendo bastante estreita:

Achando-se ela declarante (Cicilia) junto a janela que dá para frente da sua casa, no quarto, sentada do lado de dentro, remendando uma camisa, viu dali a preta Carolina sair da casa dela, pela porta da frente que é a única da casa; que Carolina carregava um balainho com espigas de milho, que foi dar aos porcos, no chiqueiro. Que dali a meia hora mais ou menos, continuando ela depoente a costurar, ela depoente mandou a sua filha menor Maria saber de Carolina como ela estava passando de saúde, visto que como seu costume ela declarante sempre mandava perguntar de Carolina , que como mulher de idade sempre se queixava de dores no estômago, de onde dizia subir uma bola até a garganta; que Maria foi até a casa de Carolina e de lá voltou dizendo que Carolina mandava dizer que se achava boa e estava costurando⁶.

Mas a solidariedade encontrava, por vezes, limites. Brigas, comemorações e fatos trágicos poderiam dar origem a situações inusitadas. Foi a narração do

⁶ DEP, Barbara Stafocher Apelação Crime, processo n ° 831, 1909, fl. 8.

cotidiano das pessoas que estavam próximas ao local do assassinato de Carolina, que possibilitou a resolução do caso, o que nos remete de volta ao episódio.

Desconfiando que Cicilia, em seu primeiro depoimento, não falara tudo o que sabia, o delegado a chamou para novas declarações. Ali, de fato, ela acrescentou outras informações ao seu depoimento anterior, afirmando ter visto sair da casa da vítima uma outra vizinha, de nome Barbara Stafocher, e sua filha Maria, ambas moradoras de parede e meia com a casa de Carolina. A primeira tinha roupa suja de sangue. Salientava também a estranha falta de reação de Barbara diante da notícia da morte da vizinha e o fato de ela dirigir-se à roça de café calmamente após a notícia do ocorrido.

No depoimento de Maria, filha de Barbara, emergiam mais suspeitas sobre a conduta de sua mãe. A garota mencionou que todos de sua casa estavam trabalhando no cafezal e que sua mãe, sentindo dor de cabeça, voltou para casa antes de todos, acompanhada por ela mesma e seu irmão Otílio. Em casa alimentaram os animais, em especial o porco, que seria morto em breve, pois não tinham mais banha. Já haviam inclusive emprestado banha da vizinha Cicilia. Após realizar tais tarefas, Barbara passou um pouco de pinga em sua fronte, bebendo um gole para curar sua dor de cabeça, enquanto ela, Maria, brincava no terreiro. De lá, ouviu os gritos de Carolina pedindo que fosse acudida e logo em seguida ficou sabendo da notícia de que ela havia morrido.

Aqui emergem novos elementos sobre o cotidiano da vida naquela colônia. Cicilia e os filhos menores permaneciam em casa realizando tarefas domésticas que incluíam costurar e cuidar dos animais domésticos de forma idêntica às que realizava Carolina momentos antes de ser morta. Segundo Andrews⁷, os

⁷ George R. Andrews *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*, pp.136-140.

imigrantes eram mais propensos a enviar suas mulheres e filhos para o mercado de trabalho do que os ex-escravos, o que talvez explicasse a presença de Carolina em casa. Mesmo em casa, as mulheres desenvolviam tarefas essenciais, como o trato dos animais, e auxiliavam a família que estava na roça preparando as refeições. Seu tempo era regulado pelos acontecimentos cotidianos, o que fica perceptível na fala de Cicília quando procura precisar o momento do crime:

Que ela declarante continuou a costurar sentada no mesmo lugar até meia hora depois de meio dia mais ou menos, isso porque o trem que por ali passa já havia apitado, ela declarante, porque estivesse ventando muito, levantou-se e fechou a janela e porque a sua filha Angelina estivesse chorando, dirigiu-se para o interior de sua casa foi até ao fogão esquentar o café para mandar ao marido no trabalho; que dali a pouco veio à casa dela seu filho Fortunato, com sete anos de idade, a quem ela deu o café e Fortunato saiu para o cafezal, já o trem tinha passado pelo que ela calcula que fosse uns três quartos de hora depois de meio dia⁸

Percebe-se que, na fala de Cicília, o horário em que o trem passava era um marco de localização temporal que lhe possibilitava saber quando o filho deveria ir para casa buscar café, quando ele estaria em casa e quando Cicília deveria ter o café pronto. A presença do menino Fortunato junto aos demais membros da família na roça, aponta para o emprego do trabalho infantil como parte complementar da mão-de-obra utilizada nas atividades empreendidas no cafezal.

Outro procedimento relatado neste processo e que nos chama atenção, é a forma utilizada por Barbara para tentar livrar-se da dor de cabeça que lhe acometia o uso de aguardente para efeitos terapêuticos. Este era um outro costume que poderia

⁸ DEP, Barbara Stafocher Apelação Crime, processo n.º 831 1909, fl. 7.

ser habitual entre as pessoas de sua época bem como o de beber um pouco da pinga. A confirmação de que essas ações poderiam ser corriqueiras evidenciam-se na atenção por parte do delegado, ao menos no que diz respeito ao relato que ele fez e anexou ao processo. A ação de Barbara poderia ser uma indicação de alguém que conhecesse remédios caseiros. Nos tempos de escravidão, tanto para africanos como para escravos nascidos no Brasil, o conhecimento do saber mágico era um importante aliado no combate a doenças. Muitos senhores associavam algumas doenças às práticas de bruxaria e feitiços⁹, e esse saber era passado de geração para geração talvez até mesmo como decorrência das precárias condições de vida dos libertos e da população livre pobre.

Em seu depoimento, Barbara aparentava estar confusa e dizia não se lembrar bem dos fatos, nem ao certo quando eles haviam acontecido, embora o crime tivesse ocorrido há apenas dois dias. Inquirida sobre o fato de sua roupa estar suja de sangue e onde estava no momento do crime, ela respondeu que estava matando um porco e que soubera da notícia de morte quando estava capinando junto com o marido no cafezal. As contradições evidentes entre a fala de mãe e filha, somadas ao depoimento de Cicilia, levaram-na a passar por um novo interrogatório no qual acabou por confessar o crime.

Inicialmente Barbara não apresentou maiores justificativas para o seu ato. Porém após novo interrogatório, chegava à seguinte explicação:

⁹ Segundo Mary Karasch muitos senhores que perdiam seus escravos mortos prematuramente interpretavam o “destino” deles como sendo “vontade de Deus”, ou resultado de mau olhado, feitiçaria ou de ira de um santo...os africanos tinham também suas explicações próprias para isso. Cercados por infelicidade e morte, muitos deviam por a culpa da morte prematura de malungos na feitiçaria ou bruxaria. Para autora eram as péssimas condições de vida que mais vitimavam os escravos na primeira metade do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro. Ver Mary Karasch *A vida dos escravos no Rio de Janeiro* São Paulo, Cia das Letras, 2000, cap. 6

*Perto do meio-dia há uma hora mais ou menos, deu nela declarante qualquer coisa de esquisito começando a ficar com o corpo frio, dor de cabeça, o corpo como que esquecido, entendendo que quem lhe tinha posto isso no corpo dela fora a **preta Carolina**¹⁰ pondo-lhe feitiçaria no corpo, tendo-lhe dado poucos dias antes um prato de doce de batata o qual tinha por cima uma espécie de pó. Riu neste momento no cafezal vendo que seu filho de menor de idade Otílio começou a correr, acreditou que fosse isso quebranto, tendo ela ido cura-lo, depois do que deu-lhe o acesso a que se referiu...foi para casa acompanhada de seu filho Otílio, Maria e a criança de braço. Que saiu veio direto par sua casa e ali passando a mão de uma pequena faca que ora reconhece ser a mesma que ora é apresentada, com ela afiou rapidamente o corte e com ela se dirigiu a casa de Carolina a qual se achava, mas vendo ela declarante entrar na casa veio para ai e dentro da casa de Carolina, no segundo cômodo, onde dorme Sebastião, ali sem trocar a menor palavra apenas dizendo a Carolina: “você quer me matar, mas eu te mato primeiro” ela pegando Carolina pelo peito do paletó derrubou-a no chão ela declarante deu-lhe facada no peito, matando-a imediatamente.¹¹*

Pelas declarações de Barbara, os motivos alegados para o assassinato teriam sido a feitiçaria da qual fora vítima por parte de Carolina. Na primeira vez em que a idéia da feitiçaria foi mencionada, a testemunha Cicilia asseverou tratar-se de algo com a qual Carolina não se envolvia, justamente por ser uma mulher de bem. Neste segundo momento, por ocasião do depoimento de Barbara falava-se em feitiçaria, como forma de desviar a culpa em direção à vítima. A acusação de Barbara e a ênfase de Cicilia, permitem supor que Carolina em algum momento manteve relações com alguma prática curativa e/ou mágica ou que atuava como benzedeira. A interpretação do que hipoteticamente ela fora, interferia diretamente

¹⁰ Grifo meu.

nos usos que as pessoas faziam desse conhecimento. Mesmo que essas suposições não tivessem nenhuma veracidade, Carolina estava a elas associada, quer pela acusação, quer pela pronta negação de Cicília de envolvimento daquela com a feitiçaria. Carolina poderia ter sido uma benzedeira, o que lhe daria um aspecto de respeitabilidade entre as pessoas da colônia, prática muito diferente de feitiçaria. Enquanto benzedeira, ela ajudava a curar doenças, afastava maus espíritos, fazia remédios, rezava pelos doentes. Porém, se suas práticas fossem reconhecidas como as de uma feiticeira, a visão da comunidade a seu respeito seria possivelmente outra¹².

Neste mesmo período, a polícia de Campinas dirigiu-se até o bairro do Taquaral e invadiu a casa de uma mulher negra chamada pelo jornal de *feiticeira*, demonstrando a intolerância a que podiam estar submetidas as pessoas quando assim rotuladas:

Não é de hoje que nesta cidade várias mulheres, sem profissão alguma se dedicam à toda sorte de bruxaria. Entregam-se a todos os meios para conquistar clientela a qual, fanatizada com os resultados que lhes parecem bons, proclamam-nas curandeiras sem rival. Já por vezes têm-se dado caso de loucura provocados por estas bruxas.

A polícia, que desde há tempo anda em inação, por acaso, anteontem, às 10 horas da noite, cercou um casebre, de porta e janela, situada no Taquaral na beira da estrada.

Na janela se achava uma preta velha que não opôs embaraço a entrada do sr. Delegado nessa casa que é um foco de imundície. As paredes da sala são despidas de ornamentos, ostentando a sujeira de muitos anos. Do teto pendem teias de aranha. Dá nojo entrar nesse casebre onde se aspira ar

¹¹ DEP, Barbara Stafocher Apelação Crime, processo n.º 831 1909, fls. 26 e 27.

¹² Karasch aponta para a manutenção da distinção que muitas sociedades africanas fazem entre bruxaria que seria uma “responsabilidade inconsciente e feitiçaria uma intenção consciente de causar dano. Mary Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo, Cia Letras, 2000, o cap. 9.

*infecto. A autoridade notou que nos cantos desse compartimento estavam roupas espalhadas e duas trouxas. Ordenou a revista desses objetos e qual não foi seu espanto ao ver rolavam-se as mandingas usadas pela feiticeira, cujo nome é Generosa de tal, conhecida mais pela alcunha de Generosa Feiticeira.*¹³

A maneira como Generosa era aqui descrita a transformava em uma criatura amedrontadora, uma imagem sobrenatural, quase de terror. Mesmo que ela não fosse nada do que lhe atribuíam, dificilmente poderia ser considerada inocente, ao menos naquela descrição que já era em si mesmo uma condenação por parte do jornal. Pobre, negra e sozinha, inserida em uma sociedade conservadora, ela era a imagem daquilo que muitos segmentos da sociedade de época queriam evitar e esquecer. Porém, o que também nos chama atenção nesta notícia é a menção de que Generosa tinha uma vasta clientela. Isso equivale a dizer que as atividades por ela exercidas tinham aceitação, ao menos daqueles que a consultavam. Enfim, importa aqui perceber que a notícia não deixava de registrar a visão ambígua que a sociedade tinha para com Generosa e outras pessoas como ela. Analisando as relações entre a incipiente medicina e o uso corrente do curandeirismo no Brasil colônia, Mary del Priore afirmou que o curandeirismo foi um mal necessário diante do não raro despreparo dos cirurgiões que existiam à época. As curandeiras gozavam de grande respeito na zona rural e nos povoados¹⁴, o que indica a ancestralidade desta prática. As curandeiras ou benzedadeiras eram os “médicos dos pobres”, que por meio de “fórmulas gestuais e orais, buscavam resgatar a saúde”.

¹³ *Jornal Comércio de Campinas*, 5 de janeiro de 1908. É representativo o título da notícia denominado: “A prisão de uma bruxa”.

¹⁴ “Perseguidos pelas autoridades civis e religiosas, exerciam seu ofício com desembaraço, usando da terapêutica clássica, popular, mágica ou sugestivas” In, Mary del Priore(org.) *História das mulheres no Brasil*, 2ª ed., São Paulo, Contexto, 1997, p.88.

Embora a Igreja Católica reclamasse que a comunicação com o sobrenatural fosse privilégio de poucos, e apesar da grande perseguição às mulheres benzedadeiras, elas eram ainda muito procuradas, e mesmo tratadas de forma ambígua pelas autoridades e por diverso segmentos sociais em fins do século XIX¹⁵.

Estudando as práticas de benzedadeiras, curandeiras e feiticeiras, Elda R. Oliveira afirmou que em geral, “a imagem se associava a uma mulher, casada, mãe de alguns filhos benzedadeiras, pobre, que conheça rezas, ervas, massagens, cataplasmas, chás e simpatias, que tenha um quê de mistério, que lide com magia, feitiçaria e bruxaria”¹⁶. A ausência de maiores informações na notícia sobre a prisão de Generosa não nos permitia saber de seu estado civil ou se tinha filhos, mas a descrição se encaixava ao perfil de Carolina Pinto, a afro-descendente assassinada. A notícia também mostrava que não havia uma clara separação entre as funções de cura, benzimento ou feitiço. Na realidade, às práticas misturavam conhecimentos de medicina popular, religião e magia que poderiam ser interpretados de diversas maneiras, e que produziam grandes ambigüidades na leitura que se fazia das pessoas que a exerciam bem como dos que a procuravam.

Tal ambigüidade estava presente também no crime de Amparo. Se as suposições sobre o envolvimento de Carolina com práticas de magia fossem concretas, tornava-se compreensível a ênfase de Cicília em negá-las no seu depoimento, já que sua vizinha poderia suscitar uma reação similar àquela manifestada pelo jornal de Campinas; sua inocência poderia ser questionada,

¹⁵ Maria Andréa Loyola *Médicos e curandeiros-conflito social e saúde*. São Paulo, Difel, 1984, Paula Montero *Da doença à desordem-magia na umbanda*. Rio de Janeiro, Graal, 1985, Elda Rizzo de Oliveira *O que é benzeção*, São Paulo, Brasiliense, 1985 e Maria Cristina C. Wissenbach “Ritos de magia e sobrevivência: sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil 1890-1940”, tese de doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1997.

¹⁶ Elda Rizzo de Oliveira *O que é benzeção* p. 25.

mesmo tendo sido a principal vítima. Porém, ninguém além de Cicília e Barbara fez qualquer outra alusão ao assunto o que nos permite pensar que a alegada ligação de Carolina com feitiçaria seria uma estratégia montada por Barbara para escapar à responsabilidade sobre o crime.

A situação em que ocorreu a morte de Carolina, por sua vez, é reveladora dos códigos que regiam a vivência entre os diferentes grupos presentes naquela comunidade. A estratégia utilizada por Carolina e sua família para viverem naquele meio passava sem dúvida pela condição de serem bons vizinhos. Traduzia-se também em um comportamento aceito por todos, em seu estado civil representado pelo seu casamento com Marcelino e pelo não envolvimento com práticas repudiadas por aquela comunidade. Em algum momento, porém, esta aceitação parece ter sido quebrada, tornando ambígua e comprometendo uma paz anterior. O entrelaçamento deste vínculo estabelecido entre os membros da comunidade é particularmente sugestivo, e indica quão tênue era a linha que separava as alianças e conflitos nesta comunidade rural e como um “evento crítico”¹⁷ podia desencadear um desvendamento das tensões presentes.

Após a prisão de Barbara, outros vizinhos declararam também suas suspeitas com relação à sua ligação com o assassinato. A maioria dizia não tê-lo feito anteriormente por medo, já que Barbara e seu marido eram conhecidos na colônia como briguentos e vingativos. Diante do inevitável, Barbara apresentou-se como uma pessoa perturbada e mentalmente confusa. Sua estratégia para reforçar tal imagem foi procurar convencer que não fora exatamente ela, mas “algo” que lhe acometera, e que a levava a praticar o crime, isto é, que estava sob efeito de uma

¹⁷ A expressão evento crítico é de Veena Das do seu trabalho *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*, Delhi, Oxford University Press, 1995, pp. 1-23.

suposta feitiçaria que a própria Carolina havia feito sobre ela, através do prato de doce de batata cujo efeito teria surgido dois dias depois.¹⁸

A partir desta interpretação, Barbara procurava passar de ré à vítima de uma força superior. Mas levemos este raciocínio adiante para procurar vislumbrar até que ponto este argumento calava fundo em alguns indivíduos daquela comunidade. O que seria para eles um feitiço?

Ao argumentar sobre os problemas da esposa, o marido de Barbara disse que suas filhas, Maria e Vitorina, já haviam recorrido ao expediente comum em benzimentos que consistia em fazer cruzes com alecrim sobre o corpo de sua mãe como forma de lhe aliviar o mal-estar. Ora, o uso de ervas como alecrim associava-se ao afastamento de males espirituais e demonstrava um certo conhecimento sobre as funções curativas desta planta de uso recorrente sobre pessoas doentes como combate ao quebranto.¹⁹ Tínhamos nas filhas da ré Barbara, evidências de conhecimento e intimidade com práticas de benzimentos. Assim, se considerássemos apenas os depoimentos das filhas de Barbara, poderíamos ser levados a pensar que elas estariam mais próximas de práticas de feitiçaria do que a vítima Carolina. Contudo, elas eram crianças brancas e Carolina era negra e adulta. Havia uma outra visão a respeito do assunto que nos é dada a ver através da fala de Antonio, marido da acusada. Fazer cruzes sobre o corpo da mãe para aliviar seu mal estar, nos remete à idéia de expulsar algo ruim do corpo de Barbara, um procedimento que casava com a idéia de que ela tinha alguma coisa de estranho em

¹⁸ Barbara Stafocher, *Apelação Crime*, 1909, processo nº 831, fl. 27.

¹⁹ O uso de alecrim e arruda na cura do quebranto foi registrado em tratado médico já em 1731 pelo dr. Francisco da Fonseca Henriques que reconhecia os efeitos físicos desse mal como febres e dores de cabeça. Segundo o dicionário entende-se por quebranto um resultado mórbido que, segundo a superstição popular, o mau-olhado de certas pessoas produz em outras. Outros registros sobre o uso de

seu interior. Isso pode ser também compreendido, como um reforço à idéia de uma misteriosa possessão maligna que justificava a inocência de Barbara.

Ninguém, a não ser o delegado achou estranho o que as meninas haviam feito, talvez por tratar-se de um procedimento corriqueiro. Novamente nos remetemos para os códigos que regiam a relação entre os componentes daquela comunidade. As relações ali estabelecidas poderiam conter referências, e entendimentos tão díspares quanto práticas de bruxaria e costumes cotidianos, e traziam tantos significados a um prato de doce como a um sinal da cruz feito com alecrim sobre o corpo de alguém doente. A idéia de que o corpo feminino era suscetível a encantamentos foi tema de estudo entre médicos já em 1734. A medicina reconhecia que o corpo da mulher poderia ser lugar de embate entre Deus e o Diabo, uma formulação que ecoava na justificativa de Barbara ao explicar a motivação do assassinato.²⁰ Tudo, porém, resumia-se a uma grande fatalidade, para o delegado João de Almeida Moraes. Em sua opinião, o crime fora cometido por motivo fútil e frívolo. Levada a julgamento, Barbara foi considerada culpada e condenada a oito anos de prisão.

A história de Carolina impressiona pela dramaticidade e a emoção que lhe são subjacentes. A virulência do ato praticado contra Carolina foi norteadas por concepções não muito precisas a respeito das práticas de feitiçaria, supostamente por ela professadas, ocorrendo em algum momento a ruptura de uma relação que colocava lado a lado libertos e imigrantes, partilhando um mesmo espaço físico de maneira harmônica apenas enquanto o reconhecimento de certos códigos e regras fossem respeitados. Além disso, está repleta de informações que revelam um

alecrim em forma de cruzes sobre a pessoa doente foram feitos em 1781, por frei José Santa Rita Durão no poema Caramuru. Cf. Mary del Priore, *História das mulheres no Brasil*, p.90.

²⁰ Ibid., pp. 106-111.

aspecto pouco explorado pela historiografia: a convivência entre ex-escravos e seus descendentes com imigrantes europeus que viviam em São Paulo, em especial na zona rural.

O crime que vitimou Carolina é rico de informações que apontam para as múltiplas relações que envolviam imigrantes e afro-descendentes. Se na solução do assassinato de Carolina as “solidariedades”, pesaram mais, uma vez que Barbara Stafocher foi condenada e cumpriu a pena na prisão, a história era um exemplo das regras não escritas que regiam a convivência de negros e brancos naquela fazenda. Era no rompimento destas regras que chamamos de “evento crítico”, que se redefiniam as ações da vida daquelas pessoas envolvidas direta ou indiretamente na comunidade.

Há também um aspecto importante a ser pensado a partir do crime de Carolina que é a presença dela e sua família na fazenda de café como colonos. Não conhecemos trabalhos que falem sobre a participação do negro no sistema de colonato, mas as pesquisas que discorrem sobre a esta forma de contrato de trabalho, vinculam majoritariamente o imigrante neste tipo de sistema de produção²¹. Segundo Thomas Holloway, “os brasileiros de pele escura sofreram preconceitos e discriminação, tanto na mão dos fazendeiros quanto na dos imigrantes, e os caipiras e ex-escravos eram relegados a papéis marginais na sociedade rural da zona cafeeira”²². Assim, o crime da fazenda Boa Vista na cidade de Amparo desvendava algumas faces de uma vivência até então desconhecida, e indicava que a convivência de afro-descendentes e imigrantes alternava alianças e conflitos.

²¹ Estamos nos referindo aos trabalhos de Emília Viotti da Costa *Da senzala à colônia* 2ª ed., São Paulo, Ciências Humanas, 1982, Verena Stolcke *Caféicultura: homens, mulheres e capital: 1850-1980*, São Paulo, Brasiliense e Thomas H. Holloway *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo: 1886-1934*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

²² Thomas Holloway, *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo* pp. 160-161.

Queremos respeito e vamos dar uma lição!: a vida dos libertos e afro-descendentes na cidade

No início do século XX, 90% da população de São Paulo vivia na zona rural.²³ O restante estava nos centros urbanos, naquilo que comumente chamamos de cidade, para onde acorriam movimentos migratórios e imigratórios, transformando as cidades paulistas em espaço de grande diversidade étnica. Nelas emergiam uma gama de singulares experiências cotidianas que mostravam a intensa luta dos afro-descendentes para serem reconhecidos como cidadãos e conduzirem suas vidas junto aos demais grupos étnicos ali estabelecidos. Neste sentido, faz-se fundamental recuperar os registros de quem vivenciou esta época em que os negros colocavam-se como os novos cidadãos:

*Sou filho de José Benedito da Cunha, nascido em Pindamonhangaba, e fui criado com uns tios meus: Gabriel Antunes da Cunha e Luisa Ferreira- vocês vão ver na fotografia que está naquele livro. Os meus tios já lutavam contra discriminação racial em Pindamonhangaba.*²⁴

Assim começa o depoimento de Henrique Cunha, um afro-descendente nascido no princípio do século XX,²⁵ no interior de São Paulo. Embora não tenha

²³ George R. Andrews *Negros e brancos em São Paulo*, pp. 93-98.

²⁴ Depoimento de Henrique Cunha nascido em 1908, em Pindamonhangaba, São Paulo, dado a Ana Lucia Souza Moreira e Sandra Santos em 26 de novembro de 1992, na cidade de São Paulo. Sou grata a Ana Lucia Souza Moreira que me cedeu a entrevista para este trabalho.

²⁵ *Ibid.*, p.1.

vivido o cativoiro, descendia de quem experimentara tal condição. A extensão dos laços de parentesco é registrada na sua criação pelos tios que aponta para a família extensiva, um tipo de organização familiar que coexistia paralelo ao modelo de família dos grupos dominantes que era a família patriarcal. Problemas cotidianos, relacionados aos preconceitos raciais, são explicitados na continuação do mesmo relato:

Um fato que marcou muito a vida deles foi a chegada do circo na cidade de Pindamonhangaba. Antigamente havia poucas diversões para o povo: um baralho à noite numa casa, um bailinho noutra casa... Mas o maior divertimento eram os circos. Os palhaços de circo naquela época montavam as suas graças em cima de pretos:

O palhaço o que é? É ladrão de mulher. / Olha a negra na janela: Tem cara de panela. / Olha o negro no portão: Tem cara de tição. / Olha o negro no jardim. Vai comer capim.²⁶

As quadrinhas populares usavam insultos como forma de sátira nas quais procurava-se estereotipar a população negra e estavam permeadas por uma carga pejorativa eficaz o suficiente para ser recordada prontamente pelo depoente. Segundo Florestan Fernandes, piadas e estereótipos ofensivos eram anteriores à Lei Áurea e ligavam-se à condição de escravo vivida no passado²⁷.

Mas é possível imaginar que os insultos racistas tenham se tornado ainda mais presentes a partir do momento em que os afro-descendentes alcançaram a igualdade jurídica e puderam competir com a população branca no mercado de trabalho. Os destinatários, dos insultos, porém, criavam suas estratégias para

²⁶ Ibid., pp.1- 2.

²⁷ Florestan Fernandes *A integração do negro na sociedade de classes*, pp. 307-8.

combater aquilo que os discriminava, como é possível vislumbrar em outra situação, também relatada por Henrique Cunha, a respeito da passagem do circo pela cidade:

Então apareceu um certo circo que tinha um palhaço chamado Ananias. Esse palhaço cantava umas quadrinhas muito depreciativas contra os negros... A quadrinha era assim:

-Branco bebe champanha / -Mulato vinho do porto / -Caboclo bebe pinga / -E o negro? / -Negro, mijo de porco. / -Branco mora na cidade / -Mulato mora vila / -Caboclo mora no sertão / -E o negro? / Negro, na correção.

Os brancos e até negros que não tinham consciência do que estava se passando achavam graça. Mas os meus velhos não. Eles tinham um grupo muito unido e que se reunia aos domingos, depois da missa. Então um dia eles combinaram que iam acabar com o palhaço e o circo: depois que o palhaço começasse a cantar, eles pulavam no picadeiro, davam uma surra no palhaço, colocavam o povo pra fora e punham fogo no circo.²⁸

Percebe-se que para os tios de Henrique Cunha e também para os membros da comunidade, o palhaço havia ultrapassado os limites do respeito aos moradores negros da cidade. As quadrinhas os inferiorizavam porque ali eram ridicularizados, e distanciados do padrão cultural construído cotidianamente. Aparentemente inocentes, as piadas alimentavam a estigmatização racial, provocando o riso através da ofensa aberta aos negros. Mais do que isso, elas continham um discurso que passava a ter status de “verdade”.²⁹ Para aqueles homens negros aceitar as sátiras e não reagir a elas significava aceitar depreciar-se e concordar com a mensagem

²⁸ Henrique Cunha, p.2.

²⁹ José Dagoberto Fonseca “A piada: discurso sutil da exclusão: um estudo do risível no racismo a brasileira” Dissertação de mestrado: PCS/PUC-São Paulo: 1994, cap. 2.

que elas veiculavam. As brincadeiras do palhaço Ananias, estavam permeadas por elementos que rompiam os códigos de tolerância de uma convivência pacífica naquela comunidade e constituíam-se em um *evento crítico* ou uma situação limite que requeria uma mudança de comportamento. Visto por este prisma, a reação dos negros de Pindamonhangaba pretendia expressar uma resistência de caráter exemplar contra a violência simbólica que os havia atingido.

O evento também nos oferece informações sobre os encontros do grupo após a missa aos domingos. Comum em muitas cidades pequenas, eles serviam como momentos de confraternização dos fiéis e também daqueles que circulavam neste dia pela cidade. O uso do espaço religioso como forma de encontro dos negros verificava-se desde os tempos da escravidão, registrado tanto por viajantes como Debret, como na biografia de afro-descendentes como do médico baiano Casemiro Rocha que viveu na cidade de Cunha no interior de São Paulo³⁰. Talvez fosse outra manifestação do espírito de associação afirmado por Artur Ramos,³¹ que, além da função sócio-política, proporcionava o prazer do encontro e servia de local para discussão dos problemas comuns aos membros da comunidade negra.³²

As ofensas proferidas nos versos do palhaço Ananias delimitavam o lugar social que caberia a cada um- negro, mulato, mestiço, branco- na hierarquia social a partir da cor da pele das pessoas. Os estigmas eram distribuídos, portanto, entre todos os não-brancos, atingindo de forma mais contundente os que estavam no

³⁰ Jean Baptiste Debret *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* 2 vol., São Paulo, Círculo do Livro, 1989; e Oracy Nogueira *Negro político, político negro: a vida do doutor Alfredo Casemiro da Rocha, parlamentar da Velha República* São Paulo, Edusp, 1992.

³¹ Arthur Ramos *O negro brasileiro: etnografia religiosa na sociologia brasileira e psicanálise* 2ª ed., Pernambuco, Ed. Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1988.

³² Sobre este assunto ver Clóvis Moura *Organizações negras* IN Paul Singer & Vinícius C. Brant (orgs.) São Paulo: o povo em movimento Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980, cap. 6.

último grau da hierarquia social e mais longe na escala racial das características consideradas humanas e civilizadas. Assim, entende-se que os versos refletiam uma forma de perpetuação da situação de inferioridade, coincidindo com a ampla difusão dos ideais de branqueamento e higienização que se processou nas cidades brasileiras em geral³³.

A escolha da punição para a ofensa do palhaço indicava que aquela comunidade negra desejava realizar um castigo exemplar para toda a cidade. Não havia intenção manifesta de matar alguém ou causar uma grande tragédia visto *que iriam tocar o povo pra fora*. A idéia era clara: demonstrariam a insatisfação com o que entendiam ser insultos à sua coletividade, e certamente, não seria um acontecimento que passaria de forma despercebida. Mas antes que a lição fosse ministrada ocorreu algo inesperado segundo Henrique Cunha;

Você veja que tragédia que ia acontecer, não é...

Mas alguém ouviu isso e por precaução, ou por uma razão que ninguém soube explicar, foi avisar o dono do circo o que ia acontecer...Bom, quando chegou a noite o pessoal foi para o circo, mas quando chegaram eles viram umas coisas que não era muito usadas - muito guarda, muita polícia - eles entraram, mas não estavam percebendo nada. Quando foi a hora do palhaço entrar, parece o dono do circo e diz: - O palhaço Ananias hoje não pode trabalhar porque teve uma indisposição de intestino e está muito doente. Aí o pessoal já ficou desarmado. Nessa hora o palhaço já tinha ido, já estava em outra cidade, tinha fugido...

*Esse fato marcou a vida deles lá na cidade, tanto que procuraram serviço e não encontraram. Na cidade pequena, estas coisas tem muita influência, ainda mais partindo dos pretos, naquela época. Eles viram que as coisas lá não estava muito boas e meu tio quis vir para São Paulo.*³⁴

³³ Nicolau Sevcenko *História da vida privada* vol. 3 São Paulo, Cia das Letras, 1998, p. 20.

³⁴ Henrique Cunha., p.2.

Ao mesmo tempo em que o entrevistado afirmava ser correta a atitude de seus parentes em reagir às ofensas, ele também manifestava apreensão com possíveis conseqüências. Talvez, esta mesma preocupação tenha sido o motivo que levou alguém a delatar o plano para as autoridades, acabando por abortá-lo. A presença da polícia representava ali, a repressão oficial a uma manifestação entendida como violenta, por parte dos negros, apontando a ingerência oficial nessa situação. Mais do que reprimir os atos, a cidade de uma forma geral, manifestou sua desaprovação ao plano da comunidade negra, impedindo sua sobrevivência naquele espaço, uma vez que os tios de Henrique Cunha não conseguiram mais obter emprego na cidade. Ali estavam postos os códigos para a convivência entre brancos e negros em uso naquela cidade, que foram entendidos como rompidos pelo comportamento dos negros. A forma como a partir de então foram tratados, corroboraram as mesmas idéias presentes nos versos do palhaço Ananias, em relação aos afro-descendentes de Pindamonhangaba. Neste sentido, a retirada da família Cunha para a cidade de São Paulo buscava solucionar a questão de emprego, demonstrava o desejo de permanecer em área urbana e indicava a migração para a capital como solução ao problema da sobrevivência criado pelo racismo da cidade de origem.

Em São Paulo, Benedito da Cunha, tio de Henrique realizou várias atividades; limpou chaminés, trabalhou como pedreiro, pintor, enfim fez um pouco de tudo. Segundo Henrique Cunha, “naquela época não se fazia só um serviço, fazia-se diversos”. Esta explicação contraria a tese de que os negros fugiam de trabalhos considerados humilhantes, como por exemplo, afirmava Florestan Fernandes ao analisar as diferenciações econômicas entre imigrantes e libertos. Segundo ele, a

condição econômica melhor do imigrante decorria de sua disposição em enfrentar oportunidades de trabalho mais modestas, ao contrário dos libertos.³⁵

Após três anos na cidade, junto com outros negros, Benedito Cunha fundou *uma sociedade de pretos, a 28 de setembro*. A data referia-se ao dia da promulgação da lei do Ventre Livre. A primeira referência sobre esta forma de agremiação pode ser encontrada já em 1891, quando um anúncio no jornal convidava “todos os homens de cor para uma reunião para tratar da fundação de uma sociedade de beneficência”.³⁶ A sociedade **28 de setembro**, embora com muita dificuldade, funcionava uma vez por mês para atividades de lazer e discussões de problemas comuns do grupo. Havia outras formas associativas como a imprensa negra paulista. A imprensa representava uma forma de posicionamento frente a sociedade e, era um importante órgão de protesto frente às perseguições e tratamentos desiguais sofridos pela população negra paulista. Ela servia também para discussões onde questionava-se a passividade e conformismo dos afro-descendentes frente à discriminação racial e foram um fenômeno das cidades do sul e sudeste do Brasil³⁷. Houve também associações como Grêmio Dramático (1915), o Recreativo Kosmos (1909) e o Centro Cívico Palmares (1924)³⁸.

³⁵ Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade classes* vol. 1, p.19.

³⁶ A notícia indicava como local para a reunião a rua Quintino Bocaiúva, antiga do Príncipe e datava do dia 15 de dezembro de 1889 no *Diário Popular*.

³⁷ Tanto Miriam Ferrara quanto José Carlos G. Silva entendem que a imprensa negra paulista era exercida por um grupo que se constituiu na elite intelectual negra, oriunda de lideranças que atuavam nas mais diversas áreas, indo do setor de serviços como motoristas a profissionais liberais como jornalistas e advogados. Miriam N. Ferrara “A imprensa negra paulista (1915-1963)” In *Revista Brasileira de História* São Paulo, vol. 5, março-agosto de 1985, pp. 197-207.

³⁸ Miriam Ferrara, “A imprensa negra paulista”, p. 206.

Embora nem todos os negros da cidade de São Paulo, estivessem envolvidos em movimentos e sociedades de combate ao racismo e defesa da cidadania, estas organizações representavam a busca de mecanismos coletivos de reação ao preconceito e acabaram por revelar-se em um complexo processo pedagógico no cotidiano dos afro-descendentes.

Na capital, as queixas sobre um comportamento inadequado por parte dos negros, indicava a presença da intolerância e apontava a quem cabia a culpa de tal comportamento:

No último Domingo foram presos e multados três cidadãos de cor, ex-escravos, que levaram sua liberdade ao extremo de infringirem as posturas municipais galopando pelas ruas da cidade, tendo um deles consigo uma faca.

Infelizes cidadãos! Sofrestes tal vexame, porque errastes, porque sois ainda escravos de vossa ignorância, e porque viveis num país onde o governo prefere espaldeirai-vos nas praças públicas, a instrui-vos nas escolas!

*Nada mais.*³⁹

A notícia apontava o comportamento considerado inadequado como um resultado do despreparo daquelas pessoas para a liberdade. Dava portanto a entender, que era necessário aos negros submeter-se a um processo de disciplinarização que incluía obediência às leis e a educação. Embora esta notícia revelasse um olhar complacente para com os negros, nela também transparecia a necessidade de uma tutela que passava por um preparo que incluía a escolarização, este um ponto importante desejado também pelos ex-escravos e afro-descendentes. Em *Diário de Bitita*, Carolina Maria de Jesus fala nas suas memórias de infância, em

meados de 1920, da importância da escola em sua vida embora tivesse problemas de rejeição por parte de colegas de classe brancos:

Minha mãe foi lavar roupa na residência do senhor José Saturnino, e sua esposa dona Mariquinha disse para minha mãe me pôr na escola. Minha mãe foi falar com a professora. Eu acompanhava. Quando entramos na escola, fiquei com medo...Quando eu olhava os quadros dos esqueletos, o meu coração acelerava-se. Amanhã, eu não volto aqui. Eu não preciso aprender a ler. É que eu estava revoltada com os colegas de classe por terem dito quando entrei:

-Que negrinha feia!

Ninguém quer ser feio.

-Que olhos grandes, parece sapo.

...Decidi estudar com assiduidade, compreendendo que devemos até agradecer quando alguém quer nos ensinar. Compreendi que estava sendo indelicada com a dona Lolita, cansando-lhe a paciência⁴⁰.

O acesso à escola tornara-se possível a partir da sugestão da patroa da mãe de Carolina e a conseqüente acolhida da idéia que resultou na entrada da garota no Colégio. de orientação religiosa, o Colégio Alan Kardec. Embora Carolina mostrasse uma certa resistência à escola, as dificuldades iniciais vinham menos de suas dificuldades no aprendizado do que da rejeição de teor racista por parte de seus

³⁹ *Diário Popular*, 12 de novembro de 1889, seção de cartas.

⁴⁰ Carolina Maria de Jesus *Diário de Bitita* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, pp.125-126.

colegas. Vê-se que existiam várias barreiras para a escolarização dos negros que iam além do acesso à escola propriamente dito. Contudo, a barreira mais difícil de transpor começava pela escassez de escolas para as camadas populares. No Brasil, a Maçonaria foi um importante órgão na instalação de bibliotecas e, principalmente, escolas para filhos de maçons e camadas populares, ação que se iniciou na década de 1870 e “atingiu o apogeu nos anos iniciais do século XX”⁴¹. A instalação de escolas seguia uma orientação maçônica que via na universalização do ensino primário laico, um modo de combater o fanatismo religioso da igreja Católica, a intolerância e a ignorância. José Correia Leite militante negro paulista, nascido no final do século XIX, foi um dos beneficiados por estas escolas:

*Os que freqüentavam escola tinham pai e mãe. Eu continuava naquela situação de não poder. Um dia descobri que a maçonaria tinha formado um conjunto de escolas pela cidade para meninos impossibilitados de pagar. Consegui entrar numa delas e passei a me inteirar mais um pouco. Até que a escola terminou*⁴².

A escolaridade representava uma forma de superação da exclusão social vivida pelos ex-escravos e seus descendentes, como mostra o depoimento de Henrique Cunha:

--Vamos lá pro quilombo.

⁴¹ Alexandre M. Barata *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*, Campinas, CMU-Unicamp, 1999, pp. 138-143.

⁴² José Correia Leite & Cuti... *E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*, São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.26.

-Que quilombo?

Chamavam de quilombo uma reunião de negros que faziam lá na rua Barão de Paranapiacaba, esquina com a Praça da Sé. Nas reuniões cada um contava uma coisa, porque o interesse do pessoal era contar para os outros companheiros que havia negros que se destacavam em determinadas coisas; negros que conseguiam diploma de advogado, de engenheiro...Aí aparecia o nome de nosso Rebouças, Teodoro Sampaio. Por que essas coisas de mostrar os valores negros? Porque o branco dizia que o negro não tinha capacidade, que era uma forma de excluir as pretensões dos negros de conseguir alguma coisa⁴³.

Para a comunidade negra, a educação era um dos meios essenciais para obtenção de melhores condições de vida, sobretudo onde até a participação política era vedada aos iletrados. Mas ainda que consideremos as propostas de expansão do ensino público, bem como as iniciativas particulares de promoção do ensino primário em São Paulo, grande parte da população negra e pobre continuou fora do processo de escolarização básica⁴⁴.

⁴³ Henrique Cunha, pp. 6-7.

Uma cidade difícil de viver: a dura vida dos libertos em Campinas.

Cleber S. Maciel ao estudar as práticas de discriminação racial, centrou-se na cidade de Campinas, no interior de São Paulo, e verificou uma imensa quantidade de ocorrências de intolerância racial nos anos que se seguiram à Abolição.⁴⁵ Cidade do oeste paulista, ela tornou-se um entroncamento de ferrovias paulistas como as Companhias Mogiana, Paulista e Sorocabana. Estas linhas cortavam o estado e desembocavam em Santos, servindo sobretudo para transporte da produção de café.

Na segunda metade do século XIX, a cidade tornou-se o principal centro econômico de sua região e, graças aos investimentos particulares de vários capitalistas,⁴⁶ foi dotada de condições similares aos melhores centros urbanos da época. Faziam parte destas melhorias, iluminação a gás, linhas de bonde de tração animal, linhas telefônicas e serviços de água e esgoto.⁴⁷

Campinas também possuía a fama de ser uma cidade cruel no que diz respeito ao tratamento dado a escravos,⁴⁸ o que se pode deduzir a partir do número de revoltas que ali se sucederam, embora os fazendeiros contestassem este

⁴⁴ Neusa M.M. Gusmão *Fundo de memória: "Infância e escola em famílias negras de São Paulo"* In *Caderno Cedes*, Campinas, FE-Unicamp, ano XVIII, n.º 42, outubro de 1997, pp. 53-74.

⁴⁵ Cleber S. Maciel *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926)* 2ª ed., Campinas, CMU-Unicamp, 1997.

⁴⁶ Nome dado aos grandes fazendeiros de café e negociantes prósperos na segunda metade do século XIX.

⁴⁷ Lycurgo C Santos Filho & José N. Novaes *A febre amarela em Campinas 1889-1900*. Campinas CMU-Unicamp, 1996, p.13.

⁴⁸ Sobre o assunto ver Lúcia Helena O. Silva "As estratégias da sedução: mulheres escravas apreendendo a liberdade: 1850-1888", dissertação de mestrado FE-Unicamp, 1993; Robert Conrad *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, São Paulo, Nacional, 1975, Florestan Fernandes, *A integração*

fato.⁴⁹ Para alguns habitantes negros da cidade, as dificuldades de vida neste local vinham do seu passado escravista de rigor com escravos e a manutenção de distanciamento dos grupos étnicos. Esta característica permeou as relações entre brancos e negros nos momentos que se seguiram à lei Áurea e apoiou-se na discriminação pela cor da pele.

Fruto da necessidade de mobilização, em 1910, criou-se o primeiro periódico da comunidade negra, **O Bandeirante**. Ele tratava das questões raciais e divulgava notícias dos afro-descendentes. Em 1923 surge o jornal **Getulino**, que teve uma vida mais longa e uma grande importância pelo fato de discutir, e denunciar as manifestações de intolerância racial que ocorriam ali e, em outros lugares do estado de São Paulo.⁵⁰ Para Irene F. Barbosa, a imprensa negra teve um importante papel educativo junto à comunidade negra no sentido de mobilizar e tratar de estratégias de combate à discriminação.⁵¹

do negro na sociedade de classes, 1978, Irene M. F. *Socialização e relações raciais: um estudo de famílias negras em Campinas*. São Paulo, FFLCH-USP, 1983.

⁴⁹ “Nesses meses de verão do Rio das Pedras, nas horas de descanso do piano e dos livros, minha mãe ensinava as rapariguinhas da fazenda e cosia(...) cosia muito bem; cosia par si, para a mãe, para os sobrinhos e... para as escravas... crianças e noivas...tinha minha mãe uma formação completa, e achava graça em mandar vir as crioulinhas limpinhas, para vestir, ela mesma, com as camisoladas novas de chita(...) os escravos do meu pai foram felizes enquanto tiveram sinhô e sinhá moça, que lhes cuidavam da roupa, da comida, que lhes impediam quanto possível, as bebedeiras, que ensinavam as rapariguinhas a trabalhar e os creoulinhos a rezar e a **ser gente de bem**” (grifo meu). Amélia de Resende Martins(org.) *Um idealista realizador: Barão Geraldo de Rezende*, São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Museu Histórico Nacional, 1932, pp. 214, 258-9. Em que pese as descrições idílicas das relações ente senhores e escravos na fazenda do Barão, registrados pela filha do barão, sua fama de cruel produziu até mesmo uma lenda intitulada a lenda do boi falô. Rita Ribeiro *Barão Geraldo: História e Evolução*, Campinas, Ed. do Autor, 2000

⁵⁰ Periódico surgido em 1923, redigido por Gervasio de Moraes e Lino Guedes, membros da comunidade negra da cidade de Campinas/SP e que circulou de 1923 a 1926.

⁵¹ Irene M. Barbosa, *Socialização e relações raciais: um estudo de famílias negras em Campinas* pp. 28-29.

Devido ao tráfico interprovincial durante o século XIX, a cidade teve períodos que concentrou uma população negra que era maioria numérica⁵². Em 1890, esta população já havia se alterado, os negros eram 30,5% e o número de brancos havia subido para 69,5%, isto é, em pouco mais de uma década, os negros haviam deixado de ser maioria numérica na população. Estas mudanças refletiam os acréscimos populacionais que a imigração européia proporcionou à cidade e ao estado, uma vez que os europeus vinham para trabalhar nas lavouras de café. Entre 1882 a 1900, entraram no município cerca de 10.631 imigrantes estrangeiros⁵³.

A preferência por trabalhadores europeus manifestava-se nitidamente na imprensa campineira em seus anúncios de emprego discriminatórios, pedindo pessoas brancas, o que nos dá indícios do grau de tensão entre brancos e negros na cidade. Os afro-descendentes da cidade criaram além dos jornais, uma série de entidades. Elas serviam como opções de lazer e fórum de discussões e denúncias, e também eram um indicativo de freqüentes embates raciais. Em 1915, surgiu a **Associação Campineira dos Homens de Cor**, criada depois de um surto de varíola e destinada à assistência dos negros que adoeciam, uma vez que eles não conseguiam tratamento satisfatório nos hospitais. Criadas paralelamente a órgãos similares aos dos brancos, muitas entidades emergiam em resposta à discriminação imposta aos negros. Foi assim, por exemplo, que surgiu a **Corporação Musical Campineira dos Homens de Cor** em 1933. Ela buscou

⁵² Veja-se por exemplo em 1872, quando os escravos e negros livres formavam 60,8% da população, os brancos constituíam 39,2%. Cf. Cleber Maciel, *Discriminações raciais em Campinas* pp. 60-61.

⁵³ Rosana Baeninger *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*. Campinas: CMU-Unicamp, 1996, p. 43.

criar um espaço para os músicos negros que não podiam tocar nas bandas formadas por brancos.⁵⁴

Além disso, Cleber Maciel destacou o alto grau de violência empregado contra as pessoas negras que ficavam nas ruas em horários de lazer e descanso. Em cidades onde o uso do escravo havia sido intenso, como Campinas, as ações discriminatórias aconteciam habitualmente:

*Não se pode mais sair com a família sem que hordas de negros invadam as ruas, especialmente a rua Barão de Jaguará. É preciso coibir as cáfilas antes que o mal cresça.*⁵⁵

A notícia, estampada em um jornal de Campinas, recriminava o direito de cidadãos negros de percorrer as ruas junto com os brancos, ou seja, o lugar deles não era ali junto a famílias brancas, ficando ainda subentendida uma ameaça de repressão contra eles. Coibia-se o direito de ir e vir dos afro-descendentes e manifestava-se a não possibilidade de convívio no mesmo espaço com os brancos. A repreensão se fazia inclusive pelo uso de adjetivos ofensivos comparáveis aos utilizados para animais e criminosos.

Chama-nos também a atenção a posição abertamente racista do queixoso anônimo, uma vez que era uma nota de um leitor. Fosse sua queixa algo considerado injusto ela nem seria publicada, uma “prova” da aquiescência do jornal e das elites locais

⁵⁴ Segundo depoimento de Benedito da Luz Egídio, dado a Lúcia Helena Oliveira Silva em setembro de 1991, à época presidente da Corporação Musical dos Homens de Cor, a outra banda da cidade a Banda Santa Cecília só aceitava brancos e na década de 1970, para desacreditar as denúncias permitiu a entrada de um único músico negro, tocador de tuba.

⁵⁵ *Gazeta de Campinas*, 3 de março de 1900.

A rua Barão de Jaguará, era considerada um território dos grupos mais abastados. Em depoimento, Cypriano de Oliveira, um outro afro-descendente que viveu desde 1922 em Campinas, afirmou que aos domingos e fora do período de trabalho este espaço era praticamente vedado aos não brancos, embora a rua fosse pública⁵⁶. Ele ainda acrescentou que “terríveis humilhações” eram infligidas aos negros quando passeavam pela Barão de Jaguará, a rua principal e onde se localizava a sede social do Clube de Cultura Artística que reunia a comunidade mais abastada nos dias de domingo.⁵⁷ Nela se concentravam os grupos de maior poder aquisitivo assim como a elite intelectual da cidade, sendo que aqui também se destacavam as manifestações de racismo⁵⁸. Ocorrência de atos de violência de natureza racial contudo, aconteciam mesmo entre as pessoas que não eram da elite:

*Ontem na rua Ferreira Penteado, um menor, filho de Germano de tal, atirou uma pedra contra uma preta, ferindo-a na cabeça. A infeliz deu queixa a polícia sendo o menor severamente repreendido*⁵⁹.

Agressão:

O italiano Rafael Pagani, residente no bairro do Bonfim, de certo tempo a esta a parte, começou a suspeitar de feitiçarias de uma preta de 100 anos de idade, sua vizinha. A infeliz velha, ultimamente, causava-lhe terror. Ontem

⁵⁶ Depoimento de Cypriano de Oliveira a Lúcia Helena Oliveira Silva em novembro e dezembro de 1991.

⁵⁷ Segundo Cypriano de Oliveira o negro que ousasse passar nas ruas poderia receber cusparadas ou ser xingado do alto da sede, um sobrado à esquina da rua Barão de Jaguará com Benjamin Constant.

⁵⁸ O Clube de Cultura Artística surgiu dos saraus do CCLA (Centro de Ciências Letras e Artes) e reunia a elite intelectual da cidade, seu primeiro sarau data de 1915. Para maiores detalhes ver Paulo Sérgio Barreto “O caracol e o caramujo: artistas e Cia na cidade”, dissertação mestrado IFCH-UNICAMP, 1994.

⁵⁹ *Diário de Campinas*, 24 de fevereiro de 1891.

*o supersticioso encontrou-se com a feitiçeira, e, como esta o encarasse, descarregou-lhe várias e violentas pancadas com um pau de rolo de fumo, prostrando-a em estado grave. A polícia tomou conhecimento do fato, fazendo medicar a ofendida.*⁶⁰

As duas notícias acima relatavam manifestações de violência e intolerância por parte de “pessoas comuns”, uma criança e um homem idoso. Em ambos, as vítimas eram mulheres e seus agressores, brancos do sexo masculino. Enquanto na primeira notícia, a agressão relativiza-se pela atenuante de um menor ter sido o agressor, na segunda a violência partia de um adulto que, a partir de uma suspeita sua agredia uma mulher idosa. É interessante observar que, embora o jornal denunciasse à agressão covarde do italiano à anciã negra, uma provável ex-escrava, ele incorporava a suspeita do agressor, pois em um determinado momento a chama de feitiçeira, sem aspas, isto é, sem relativizar a acusação feita. Além da gravidade do ato em si, revelando a intolerância racial aliada a uma interpretação religiosa, vemos novamente agressões contra mulheres negras baseadas em suspeita de feitiçaria. A seqüência de atentados a mulheres afro-descendentes era denunciada pelos militantes negros, e constituía-se em provas eloqüentes das dificuldades vivenciadas por este segmento da população nesta cidade do interior e neste estado⁶¹.

Em Campinas, o dinheiro proporcionado pelos lucros do café permitiu que florescessem várias manifestações culturais na cidade, como a criação de clubes literários, salões de chá onde se congregavam políticos conservadores e aqueles

⁶⁰ *Cidade de Campinas*, 5 de junho de 1903, citado também em Cleber Maciel, *Discriminações raciais em Campinas*, p.109.

⁶¹ José Carlos G. Silva “Os sub-urbanos e a outra face da cidade: negros em São Paulo, 1900-1930-cotidiano, lazer e cidadania”, dissertação de mestrado IFCH-Unicamp, 1990, pp.73-101.

ligados ao partido republicano, depois PRP (Partido Republicano Paulista). Figuras como Campos Sales, Francisco Glicério e os irmãos Lobo foram atuantes na campanha abolicionista e atuaram intensamente junto aos tribunais.⁶² Contudo, é interessante perceber que a defesa da liberdade dos escravos não implicava necessariamente na incorporação do mesmo na sociedade em condição paritária aos brancos. A maioria acreditava ser necessário um processo de adaptação do liberto às novas condições. Segundo o depoente Cypriano de Oliveira, Orosimbo Maia, que foi advogado e prefeito da cidade no início da década de XX, não permitia que negros andassem na mesma calçada em que ele estivesse, havendo muitas ocasiões que ele agredia as pessoas negras com sua bengala.

Mesmo em espaços privativos, a comunidade negra de Campinas não deixava de sofrer a ingerência dos grupos da elite branca. Os excessos de intolerância, combinados com formas de controle e disciplinarização dos descendentes de escravos, ocorriam com frequência como podemos ver nesta notícia:

Aplaudimos com desassombro toda e qualquer ação da Polícia, mormente quando vem ela concorrer para o progresso de nossa terra. O mesmo apoio dispensamos nas anteriores campanhas não podemos emprestar à que ultimamente iniciou a polícia contra as pretas desocupadas que foram guindadas pelos diversos agentes que percorreram vários cortiços no bairro do Frontão, prendendo as mulheres ali residentes que se ocupavam em nada fazer!

Cremos que a intenção da autoridade não é melindrar quem quer que seja quando se trata de restabelecer a ordem(...) Mas segundo o noticiário dos jornais, parece que, unicamente por elas serem pretas, morar em cortiço

⁶² José Carlos G. Silva, “Os sub-urbanos e a outra face da cidade: negros em São Paulo, 1900-1930-cotidiano, lazer e cidadania”; cap. 2.

*e sem ocupação (o que não é verdade) é que lhes movem guerra. Conhecemos muitas brancas que também residem em cortiço e sem ocupação porque não se obriga a essas que procurem emprego?*⁶³

Vemos que a situação de discriminação era apoiada diretamente pelas autoridades policiais, que prendiam pessoas que estavam em suas casas sem alegação de infração de qualquer lei, a não ser idéia de que eram mulheres negras desocupadas, alegação refutada pelo jornal da comunidade negra. Mas, ainda que as acusações fossem verídicas, a gravidade do fato estava no desrespeito à condição de liberdade que elas possuíam. Ser pobre, morar em cortiços e ser negro em Campinas, parecia incidir em ser potencialmente culpado e não simples suspeito.

A exortação de se estar empregado por parte do **Getulino** reforça a hipótese de que ser “um negro de bem” era ser alguém que trabalhasse regularmente. Além disso, havia um código de convivência entre negros e brancos e a segregação de alguns espaços urbanos públicos, quando destinados ao lazer. Em uma cidade com uma longa tradição escravista atrás de si, eram muito fortes as resistências ao reconhecimento de direitos dos ex-escravos e afro-descendentes, o que implicaria em reconhecer a igualdade jurídica de todos os habitantes.

As práticas de discriminação racial, vigentes em vários pontos do estado de São Paulo, podem ser considerados também em sua dimensão disciplinar, necessária ao controle do cotidiano de uma população liberada da escravidão, e portanto, livre dos freios tradicionalmente impostos pelos proprietários sobre ela⁶⁴.

⁶³ *Getulino*, 11 de novembro de 1923, p.2.

⁶⁴ Durante todo o período de existência do jornal *Getulino*(1923-26), e em outros periódicos da imprensa negra que surgiram de 1915 a 1963, foram verificadas ocorrências de racismo e

Mas se estas práticas geravam constrangimento, elas levavam também à politização dos afro-descendentes, o que se traduzia na emergência de vários canais de protesto e luta por condições dignas de sobrevivência. Em São Paulo, como decorrência deste processo, criou-se um grupo de liderança que formou a elite intelectual negra. Esta elite fomentou o engajamento dos negros paulistas já nas primeiras décadas do pós-Abolição, assumindo inclusive o papel de orientar a comunidade quanto aos códigos de procedimentos que entendiam como adequados para a convivência entre eles e os brancos.⁶⁵ Nesse sentido, foi fundamental o papel desenvolvido por periódicos negros como o jornal **Getulino** na divulgação de normas de comportamento apropriadas aos seus leitores como observamos no trecho do artigo abaixo:

Norma de conduta

*O homem preto quase que geralmente não está(?) atento par as leis da sociedade, fazendo muito pouco caso de se portar nas ruas e mesmo nos lugares em que se encontram, sem se lembrar que nós, os homens de cor preta ou escura, somos observados em todos os nossos passos e em todos os nossos atos, resultando daí que pelo procedimento de muitos qualificam a toda a nossa raça (...)*⁶⁶

Observamos aqui como as exortações tratavam da responsabilidade de alguns indivíduos cujo comportamento repercutia sobre a opinião pública, isto é, dos brancos acerca dos negros. Estar atento às leis significava corresponder a um

discriminação. Miriam N. Ferrara “A imprensa negra” In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 5, n.º 10, março-agosto de 1985. Pp.197-207.

⁶⁵ Entendemos como elite negra paulista aqueles que eram líderes reconhecidos junto à comunidade e militavam na imprensa negra ou em associações da comunidade. São exemplos desta elite, Henrique Cunha, José Correia Leite, Evaristo de Moraes, Jaime Aguiar, Lino Guedes, entre outros.

⁶⁶ *Getulino*, 13 de julho de 1924, p.2.

comportamento aceito posto que eram observados pelo restante da sociedade. Esta posição de exemplo deveria espelhar-se na estética, nas formas de tratamento que elogiavam a discrição, e mesmo o reconhecimento de um lugar social. No segundo número do **Getulino**, um artigo repreendia o hábito de alguns *homens de cor* posicionarem-se à frente das procissões, a modos de “mamãe óie eu”. Estar na frente do cortejo era no entender, do jornal, um exibicionismo que demonstrava falta de educação religiosa. O lugar não seria, contudo atrás de todos *comendo pó*, mas em uma “posição adequada”⁶⁷. Aquelas recomendações acabavam por revelar o ideário dos negros no pós-abolição, naquela sociedade, ou seja, o lugar social entendido como ideal era aquele que os aproximava do grupo, nem atrás isolados, nem à frente de todos. Os negros buscavam ser entendidos na singularidade de sua condição e respeitados como os brancos.

Daquilo que causa mal estar: herança racial e formulações sobre a inferioridade do negro.

Desde meados do século XIX, as elites intelectuais buscavam criar uma identidade para o Brasil. Esta identidade implicava em transformar o caráter rural e escravista do país em modernidade, espelhada em transformações urbanas e arquitetônicas, no advento de novos costumes e na incorporação de novas idéias científicas. Para nos integramos aos padrões ocidentais do progresso era preciso criar “uma atmosfera de civilização”. O período final do século XIX e as primeiras

⁶⁷ Getulino, 5 de agosto de 1923, p.1

décadas do século XX, foram momentos fundamentais no desenvolvimento do pensamento ocidental, onde assistiu-se a difusão do racismo científico que associava raça e cultura. Entre as várias discussões em curso, os “homens das ciências” estudavam a contribuição das raças na identidade nacional para melhor discernir soluções para o país.⁶⁸

Segundo Lilia Schwarcz, no período de transição do XIX para o XX, o discurso do determinismo racial difunde-se no país. “A discussão das teorias de Lombroso é recorrente no local, assim como da influência de Gobineau (que esteve no Brasil como enviado francês, odiou tudo que viu e disse que todos os brasileiros se pareciam com macacos menos D. Pedro II, que por sua vez tinha muitas espinhas)”.

Cesare Lombroso, médico italiano que estudou a criminalidade, elaborou uma teoria que atribuía razões biológicas ao criminoso. Para o médico, a criminalidade era decorrente de anomalias que influíam decisivamente na personalidade do criminoso, e que estas características degenerativas, poderiam levá-lo ao estágio mais primitivo da evolução do ser humano. Tais características poderiam ainda ser reconhecidas, através dos estigmas ou características anatômicas que incluíam, por exemplo, a medição da caixa craniana⁶⁹.

Uma outra tendência crescente nas explicações científicas sobre as diferenças entre as raças humanas era o darwinismo social que nada mais era do que a adaptação da hipótese de evolução das espécies, dos mais aptos, os superiores sobre os menos aptos, os inferiores, aplicada aos grupos humanos

⁶⁸ Lilia M. Schwarcz *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil: 1870-1930* São Paulo, Cia das Letras, 1995, p.40.

⁶⁹ Rachel Soihet *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989, p. 82.

para explicar as diferenças raciais, onde os negros estariam no último degrau da escala.⁷⁰

Todo este grupo de teorias influenciou e dividiu os estudos dedicados ao problema racial no Brasil, refletindo-se nas políticas públicas como subsídios para a imigração, no pensamento da intelectualidade brasileira, e também junto à população.

Para diversos intelectuais, a crença no branqueamento como redenção do país tornou-se nos anos 1920 um suporte ideológico⁷¹. Mas por trás da aquiescência dessa idéia, subentendia-se que o país melhoraria à medida que os negros desaparecessem. Nem mesmo o jornal **Getulino** escapava a essa lógica:

(...) Começa a ascensão dos mulatos com o alvorecer do século XIX, verdadeiramente “das luzes” para os mulatos(...) desde o Primeiro Império foram eles notáveis estadistas e sentaram-se nos conselhos da Coroa: foram médicos e tiveram aos seus cuidados a preciosa saúde dos dois imperadores(...) Repete o Delgado de Carvalho o mesmo conceito, nestas palavras que ninguém dirá mentirosas: O mestiço que resulta do cruzamento do branco com o negro tem a tendência a afastar-se do tipo africano[Geografia do Brasil, 1913, p.217]

*Sirva o que aí fica para compensar os desaforos que, de raro em raro, recordam o antigo menosprezo.*⁷²

No artigo de Evaristo de Moraes, o redator-chefe, repetia-se a idéia de que o processo de miscigenação do negro com o branco proporcionava um tipo humano

⁷⁰*Ibid.*, cap. 2 e Thomas E. Skidmore *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, cap.2.

⁷¹ Thomas Skidmore, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, pp. 81-85.

⁷² *Getulino*, 21 de outubro de 1923, p.4

que estaria mais próximo das características do branco, isto é, como a negação dos atributos do negro e a admissão do branqueamento como melhora da raça. Assim, o mestiço era melhor porque distanciava-se do negro. A introjeção do branqueamento, mesmo entre militantes negros, indicava o grau de penetração das teorias raciais nas primeiras décadas do século XX. Mas se no seio da comunidade negra, a miscigenação era vista como um aspecto positivo, a valorização do negro sempre era exortada como resposta aos prognósticos negativos que o viam como símbolo do retrocesso. Deste modo não eram incomuns nos jornais da imprensa negra afirmações como a que se segue:

O negro foi, assim um robusto agente civilizador (...) Aqui pelo menos, não resultaram do mestiçamento as conseqüências ruidosas por Lepouge e Le Bon. Tem-se vontade de rir, ao lembrar que em 1888, Lepouge dissera:

Constituirá o Brasil, dentro em um século, imenso Estado negro, se não voltar, como é provável a barbárie (V. Les Selections Sociales, p.187)⁷³

Mais do que alimentar discussões em torno da contribuição positiva ou negativa junto à população, o uso de teorias científicas teve a função de legitimar a discriminação racial e de “construir uma visão mítica e romantizada do imigrante com trabalhador ideal”⁷⁴. Na verdade, os imigrantes vinham para cá para solucionar o problema de mão-de-obra na agricultura, setor que mais empregava pessoas. A vinda deles era menos por suas habilidades superiores de europeus e muito mais como exército de reserva, fazendo os salários baixarem ampliando a disputa por

⁷³ *Getulino*, 04 de novembro de 1923, p. 1.

⁷⁴ Marcia Regina. C. Naxara *Estrangeiro em sua própria terra- representação do brasileiro: 1870-1920*. São Paulo, Anna Blume, 1998.

vagas⁷⁵. Não se pode negar, porém, que a escolha de mão-de-obra tinha uma preferência étnica, tanto que ainda nas discussões parlamentares, recusaram-se as possibilidades de uma imigração asiática⁷⁶. Assim, as teorias racialistas ainda que não fossem de grande domínio público serviram de base para manter inalterada a situação de desigualdade que ocorrera por séculos.

A sobrevivência no mercado de trabalho.

Segundo Thomas Holloway, entre 1887 a 1892, chegaram 341.000 imigrantes europeus em São Paulo, sendo 240.000 trabalhadores em potencial. Em vista dos 64.400 (1887) escravos registrados nas áreas rurais da região oeste do estado, os imigrantes formavam um grande contingente, que estava efetivamente alterando a composição étnica do estado. Assim, os negros deixavam de compor numericamente a maioria entre os trabalhadores. Ainda que não se saiba ao certo quantos negros livres e libertos existiam na província naquela época, acredita-se que, mesmo se somados aos escravos não suplantavam o número de imigrantes.⁷⁷

⁷⁵ George R. Andrews *Negros e brancos*, pp. 121-129.

⁷⁶ Referimo-nos às discussões parlamentares que ocorreram a partir da segunda metade do século XIX, quando o projeto de colonização chinesa foi recusado, após acalorado debate. Cf. Célia M. M. Azevedo *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das grandes elites* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 147 e também Jeffrey Lesser *A negociação da identidade nacional e a luta pela etnicidade no Brasil* São Paulo, Ed. Unesp, 2000, cap.2.

⁷⁷ Thomas Holloway. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, cap.2.

Trabalhando com uma periodicidade maior, Andrews concluiu que 2,1 milhões de europeus entraram no estado de São Paulo entre 1888 e 1928,⁷⁸ o que tornava a presença dos libertos e seus descendentes menos perceptível entre os paulistas. Há que considerar também que as formas de contabilizar os trabalhadores nacionais eram mais precárias, porque não se contava com alguns tipos de controle como aqueles presentes nas hospedarias, companhias agrícolas e portos, como acontecia com os imigrantes, que por serem subsidiados por agências privadas, estaduais e federais eram permanentemente computados. Os dados sobre a população nacional só podiam ser recuperados nos ocasionais censos de rigor questionável, que nem sempre captavam o dinamismo da população.

Não podemos esquecer também, que a ausência de dados sobre a população nacional, em especial, sobre a comunidade afro-brasileira, poderia ter uma orientação de cunho político. Carlos José F. Santos, em seu estudo sobre a população urbana da cidade de São Paulo no período de transição do século XIX para o século XX, observou que raramente a presença dos não imigrantes⁷⁹ era citada seja em documentos oficiais, seja pelos cronistas. O Anuário Estatístico de 1902, sublinhava a importância do imigrante ao mesmo tempo em que minimizava os brasileiros:

⁷⁸ Andrews, *negros e brancos em São Paulo*, p.93.

⁷⁹ Eram compreendidos como não migrantes os negros, índios, pardos, caboclos, caipiras, mulatos, nativos, enfim brasileiros, pessoa da terra. Estas últimas denominações desses sujeitos sociais eram encontradas em documentos oficiais que o autor pesquisou. Para mais detalhes ver Carlos J. F Santos . *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*, São Paulo, Anna Blume/FAPESP, 1998, p. 15.

*Em São Paulo onde predomina o elemento estrangeiro, acontece o mesmo que se dá em Buenos Aires, isto é, a inferioridade com o elemento nacional concorre para o desenvolvimento da população.*⁸⁰

Como observa Andrews, as orientações eram claras; na medida em que a política de incentivos concebida para os imigrantes centrava-se “nas preocupações relativas ao Estado” e aos fazendeiros, residia nelas não apenas uma preocupação com os problemas de mão-de-obra, mas também uma orientação política subjacente que revelava a escolha de opção étnica da população do Estado de São Paulo.⁸¹

Os imigrantes “escolhidos” para ficar em São Paulo acabaram, em princípio, por se submeter ao regime do colonato, como observamos em algumas evidências na história de Carolina, em Amparo. Tal sistema surgiu como um tipo de contrato de trabalho em substituição ao regime de parceria, por volta de 1870, em que se remunerava a mão-de-obra com um pagamento fixo pelos “tratos culturais e manutenção do cafezal. Assim, o fazendeiro ampliava seu controle sobre a qualidade do trabalho realizado”⁸². Segundo Luiz Norder, o colonato foi um sistema que perdurou por várias décadas, e articulou-se com a imigração subsidiada, impedindo que a maior parte dos imigrantes se tornasse pequeno proprietário rural, levando muitos deles a optarem pelas cidades.

Testemunha desse processo de movimentação social do início do século XX, Henrique Cunha, quando foi para São Paulo, presenciou a chegada de muitos europeus na cidade, sobretudo aqueles que vinham do interior do estado, da zona

⁸⁰ Ibid. p.37.

⁸¹ George R. Andrews *Negros e brancos em São Paulo*, cap. 1.

⁸² Luiz A. Norder C. *Formação agrária brasileira*. Londrina, mimeo., 2000. p19.

rural para a capital. Segundo ele, nem todos na cidade viam com bons olhos a presença imigrante:

A gente ouvia muitas coisas que os brancos falavam...naquela época mais sobre os imigrantes que estavam chegando e incomodando o brasileiro que chamava os que eram negociantes de carcamanos e tinha aquela coisa:

*Carcamano pé de chumbo
Calcanhar de frigideira,
Você não tem licença
De casar com a brasileira.⁸³*

A hostilidade contra imigrantes estigmatizava-os como intruso. Segundo Paula Beiguelman a população nacional passou a demonstrar seu ressentimento contra o imigrante, pois na sua vinda para as cidades ele tornava mais aguda a concorrência por empregos. Vários foram os antagonismos entre brasileiros e estrangeiros, principalmente italianos, em São Paulo⁸⁴.

A agricultura era como já falamos, o lugar onde havia mais oportunidades de trabalho e nela predominavam vários tipos de contrato de trabalho como o colonato. Havia também os empregos sazonais de colheita, mas era o colonato que proporcionava a possibilidade de moradia e de desenvolvimento de outras culturas entre os pés de café, além da criação de animais, também registrado na história do crime de Carolina. Para os fazendeiros o sistema era lucrativo, pois os salários eram baixos, eram reduzidas suas despesas e as culturas

⁸³ Henrique Cunha, pp. 4-5.

⁸⁴ Várias manifestações de xenofobia aconteceram nos anos de 1892, 1896 na cidade de São Paulo. Ver Paula Beiguelman *A formação do povo no complexo café: aspectos políticos*, São Paulo, Livraria Pioneira, 1966, p.141.

complementares acabavam por ocupar os colonos durante todo o tempo, prendendo-os mais à terra. Porém, as relações estavam longe de serem ideais. Havia conflitos entre as duas partes, e o uso de vários mecanismos de controle, fazendo freqüentemente os colonos se deslocarem para outras fazendas ou para a cidade.

As regras mudavam de fazenda para fazenda e as relações de mandonismo dificultavam a permanência de colonos no campo. Já nos referimos à ausência de trabalhos sobre colonos negros, mas uma notícia do ano de 1923, do **Getulino**, relatava em seu editorial a situação de um colono negro perseguido pelo administrador da fazenda onde morava na cidade de Pirajú no interior do estado de São Paulo:

*Apesar de há 35 anos a Princesa Izabel ter assinado a lei 3353, declarando extinta a escravidão no Brasil, os desmandos a que vimos assistindo, levam-nos a crer que **estamos livres, mas algemados à dura soberbice dos autocratas e ferrenhos escravocratas**. Estamos certos que o Patronato Agrícola já tomou conhecimento da carta abaixo, que endereçou ao vespertino paulistano A Gazeta, o sr. Jacintho Miguel da Silva, colono da fazenda Himalaya, sita em Piraju*

O tom de indignação mantinha-se no relato de Jacintho:

Oprimido na fazenda Himalaya, neste município, pelo respectivo administrador José Campos Valadão, venho pedir o apoio do vosso jornal em defesa dos meus direitos: vai para quatro anos que eu e minha família, ao todo onze pessoas, entramos como colonos para a fazenda acima citada...por ser de condição humilde e de cor preta, o administrador Valadão, não sei porque, tomou-se de ódio contra mim, zangando-se a toa comigo e multando-me no dia 17 em 415\$200, uma quantia que para reunir,

*levo um ano inteiro a trabalhar. Quis sair da fazenda, pedindo ao meu algoz que deixasse a multa, aliás, injusta, por 125\$600, que eu tenho de saldo, por meus serviços. Recusando, Valadão, esse oferecimento, exigiu a totalidade da multa, vedando-me e a família, a saída da fazenda. Procurei o promotor público, como representante do Patronato Agrícola, para intervir e resolver o caso, tendo sua exma dito que me dirigisse ao dr. Delegado de polícia Essa autoridade tentou harmonizar meus interesses com a fazenda, mas foi repelida, pois eu tendo cientificando o patrão, em São Paulo, do que havia acontecido o patrão que creio é rico conseguiu anular a ação da polícia, pois indo eu a delegacia insistir no pedido de providência o dr. Delegado, declarou nada poder fazer, por ser negócio de patrão e colono. Si eu fosse italiano ou espanhol, teria um cônsul para me proteger. Infelizmente sou preto e brasileiro. Peço sua proteção.*⁸⁵

A situação do colono flagrava as relações entre patrão e empregado no campo. O Patronato Agrícola era um órgão que havia sido criado para resolver este tipo de questão, e ali naquele relato parecia ser inócuo. A queixa mais comum entre os colonos era as multas, um método coercitivo para disciplinar os colonos. Elas eram estabelecidas em dinheiro e eram imputadas àqueles que desobedeciam as regras internas da fazenda. Porém, para Jacintho, a perseguição feita pelo administrador era motivada pela sua condição humilde e a sua cor. Não se falava de outros motivos, mas era certo que esta pendência não deveria ser tão antiga, pois Jacintho dizia morar há quatro anos na fazenda. Segundo Thomas Holloway, havia muita animosidade entre diferentes grupos étnicos nas fazendas.

⁸⁵ *Getulino*, 16 de setembro de 1923.

*No correr dos anos, os brasileiros de pele escura sofreram preconceitos e discriminação, tanto na mão dos fazendeiros quanto na dos imigrantes, e os caipiras e ex-escravos eram relegados a papéis marginais na sociedade rural na zona cafeeira*⁸⁶.

Estes padrões mostravam que Jacintho tinha uma condição “privilegiada” em relação ao espaço de trabalho que os negros normalmente tinham e que, talvez por isso, sofresse pressões. Mas as queixas do colono até ali eram muito similares à queixa de outros colonos imigrantes que reclamavam do tratamento hostil por parte dos fazendeiros e seus auxiliares. Ele contara até certo ponto, com apoio do delegado que mediara as relações entre o queixoso e o patrão. Mas era visível a desigual correlação de forças, uma vez que a partir de um determinado ponto o delegado disse não poder mais interferir. No embate de forças, Jacintho era o lado mais frágil. Seu desabafo no final da notícia mostrava a situação de abandono que sentia:

Se eu fosse italiano ou espanhol, teria um cônsul para me proteger. Infelizmente sou preto e brasileiro. Peço sua proteção.

É elucidativa sua denúncia de que a falta de solução para seu problema devia-se ao fato de não ser estrangeiro, pois ele certamente acreditava que poderia contar com ajuda dos representantes de seu país, se assim o fosse. A condição de negro e brasileiro fazia-lhe sentir-se só e desprovido, pois não tinha quem o representasse. A divulgação de freqüentes denúncias de abuso de poder por parte dos fazendeiros, bem como a atuação de muitos representantes

⁸⁶ Thomas Holloway *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo*, pp. 160-161.

consulares, sobretudo após muitas denúncias de abuso e violência contra imigrantes, davam a ele a idéia que o imigrante de origem européia era melhor amparado⁸⁷.

Estava posto que havia uma relação entre a origem étnica, as relações sociais e as condições trabalho. Possivelmente, o que dava a Jacintho esta sensação de certeza de amparo dos imigrantes era o prestígio usufruído por eles junto aos demais segmentos da população, denotando que ser branco e estrangeiro eram atributos que possibilitavam a alguém gozar de uma melhor situação social e política. Porém, chama-nos a atenção o final da notícia: indignado por ser impedido de sair da fazenda, sentido-se impotente devido à falta de apoio das autoridades, Jacintho achava que sua situação estaria solucionada ou teria apoio se fosse estrangeiro. Embora não possamos saber dos motivos que haveriam causado a perseguição, a história de Jacintho era mais um indício das tensas experiências vivenciadas pelos trabalhadores negros na zona rural paulista.

Teresinha Bernardo, ao trabalhar com memórias de negros e brancos que viveram na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, recuperou diferentes percursos trilhados por negros e brancos imigrantes para conseguirem trabalho. Estas diferenças podem ser observadas nos trechos de depoimento abaixo, que contém um pequeno relato de um homem negro e, em seguida, de um homem imigrante que viveram no mesmo período na cidade. Observemos o depoimento do homem negro:

⁸⁷ Ibid., pp. 161-165.

Trabalhei desde os oito anos. Aquele trabalho por um prato de comida. Queria estudar, sempre quis, mas não conseguia um emprego que podia contar no final do mês... Só consegui emprego fixo com 30 anos. Era desesperador. Com 30 anos emprego fixo na Otis, empresa de elevadores, foi a maior alegria da minha vida, porque eu gostava de trabalhar (senhor Cassiano).⁸⁸

Agora o depoimento do homem branco:

Como fui bom profissional, nunca fiquei desempregado, pelo contrário, sempre procurei trabalhar onde pagassem mais. Às vezes alguém falava: não faço a barba com aquele carcamano!, mas eu não ligava, nunca perdi emprego por isto! (senhor Carmino)⁸⁹

A tônica das duas falas são a questão do emprego e é possível perceber sua importância para as pessoas, já que ele era um componente importante de reconhecimento da cidadania. Para Cassiano, o depoente negro, o emprego fixo só aconteceu aos 30 anos. Até então vivera de serviços temporários. É interessante como ele faz questão de ressaltar seu gosto pelo trabalho, quase como que buscando reafirmar-se diante de uma possível comparação com o estereótipo do negro ocioso. Obter emprego fixo foi para ele a maior alegria de sua vida, o que o posicionava como um homem de trabalho e, portanto um negro de bem.

Para Carmino, encontrar trabalho era consequência de ser bom profissional. Ele não teve dificuldades em estabelecer-se profissionalmente; ao

⁸⁸ Teresinha Bernardo. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo, Educ/Unesp, 1998, p. 119.

⁸⁹ Ibid., p.142

contrário, pôde até buscar outros empregos. Esta condição mostrava que ele gozava de melhores possibilidades, ainda que também sofresse hostilidade devido à sua origem. Os relatos indicam os problemas que ambos enfrentaram para obtenção de trabalho ou mesmo dentro da profissão, mas a situação é nitidamente mais difícil para Cassiano, o depoente negro.

No campo, a situação poderia ser mais favorável devido às constantes necessidades de trabalhadores, mas não necessariamente boas e ainda muito próximas das condições anteriores à Abolição, o que desestimulava a permanência dos afro-descendentes nas fazendas como já observamos anteriormente. Neste sentido, o jornal expressa toda sua indignação, declarando que apesar de passados os 35 anos da Abolição “os desmandos a que vimos assistindo, levam-nos a crer que estamos livres, mas algemados à dura soberbice dos autocratas e ferrenhos escravocratas”.

Ao retomarmos a notícia do jornal *Getulino*, vemos que as providências que Jacintho pede são no sentido de conseguir proteção na sua condição de colono. Nos registros sobre o surgimento do colonato nas fazendas paulistas são freqüentes as referências a seu uso disseminado entre os imigrantes, raramente aparecendo os nacionais brancos ou negros como trabalhadores nesta modalidade de emprego. Assim Verena Stolke analisa a conexão entre a política imigratória e a produção cafeeira:

O incrível “boom” cafeeiro na passagem do século é a melhor prova de que a imigração subsidiada, combinada ao sistema de colonato, foi bem-sucedida em resolver o problema da mão-de-obra. Estima-se que no período entre 1884 e 1914 cerca de um milhão de homens e mulheres,

*agora de origem predominantemente italiana, entraram em São Paulo para trabalhar na lavoura de café.*⁹⁰

Embora sejam distantes no tempo e espaço, as histórias de Carolina e Jacintho comprovam que existiu uma participação dos negros neste sistema de trabalho, e abrem campo para estudos sobre a participação do trabalhador negro na zona rural, no período pós-emancipação. Os estudos já desenvolvidos têm discutido a vida em áreas de remanescentes de quilombo e o trabalho em pequenas propriedades com produção voltada para subsistência ou pequeno comércio⁹¹.

As dificuldades de Jacintho com o administrador poderiam decorrer da sua condição de minoria étnica na fazenda, ou de continuidade do antigo tratamento dispensado aos escravos, aos afro-descendentes, ou as duas hipóteses juntas. As comparações entre o papel que ele exercia e o papel de feitor apontam para o assunto e parecem testar os limites da relação entre o representante do patrão e empregado.

Tanto a notícia sobre a história de Jacintho, em Pirajú, como o crime que se passou na cidade de Amparo, mostram-se importantes testemunhos da vida dos libertos e seus descendentes nas zonas cafeeiras e confrontam as teses de uma suposta incompatibilidade do ex-escravo com o trabalho livre sob contrato.⁹² Não se tratava de despreparo para enfrentar a concorrência com imigrantes, mas da escassez de oportunidades quer no campo, quer na cidade.⁹³

⁹⁰ Verena Stolcke *Cafeicultura- homens, mulheres e capital (1850-1980)* São Paulo, Brasiliense, 1978.

⁹¹ Tânia Andrade(org.) *Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas* São Paulo, IMESP, 1997.

⁹² Florestan Fernandes *A integração do negro na sociedade de classes*, cap.1 e Emília Viotti da Costa *Da senzala à colônia* 2ª ed., São Paulo, Ciências Humanas, 1982, cap.3.

⁹³ Florestan Fernandes *A integração do negro na sociedade de classes*, p 18-19.

Pelos depoimentos que vimos as dificuldades de conseguir emprego levavam os negros a aceitarem os mais variados tipos de trabalho para que pudessem se manter, o que nos leva a concluir que nem todos os negros consideravam-se à margem, embora sofressem a discriminação, o preconceito e a concorrência com o imigrante branco. Contudo, era na cidade que a competição era mais visível.

A vinda dos imigrantes para a cidade produziu não só acirrada concorrência como ajudou a organizar os primeiros movimentos trabalhistas. Mas devido às dificuldades de obtenção de emprego, nem sempre os negros atuavam de acordo com os nascentes movimentos urbanos de reivindicação de melhores condições de trabalho. Testemunha da greve de 1917, Henrique Cunha então com nove anos, lembra-se do seguinte acontecimento:

Foi a greve...meu tio, eu o chamava de pai... estava trabalhando num telhado, na Rua Peixoto Gomide, então vinham aqueles homens com umas capas, uns cacetões grandes:

- Ô, companheiro, desce daí.

Ele não entendia nada daquilo, né:

-Mas o que é que há?

-Desce!

-Mas o que é que é isso?

-Não pode trabalhar.

-Mas por que não pode trabalhar?

-Nós estamos em greve.

Então aí ele explicou:

-Ah! A greve é para isto... é contra o governo...

-Ah! Tá certo.

Aí ele desceu do telhado, né. E o grupo subiu a Peixoto Gomide e foi embora. Então ele voltou a trabalhar, pois ele não tinha nada a ver com a

*greve (risos)... Ele precisava era ganhar dinheiro... Mas esse foi meu primeiro movimento.*⁹⁴

Para aqueles que viviam de pequenos expedientes, abrir mão do trabalho disponível seria desperdiçar as escassas possibilidades de ganho. Talvez por isso, os movimentos dos operários muitas vezes acusassem os negros de fura-greve, uma vez que dispensavam-se os trabalhadores grevistas e abriam-se vagas para quebrar o movimento, sendo muitas destas vagas preenchidas por trabalhadores negros, como na greve dos estivadores de Santos em 1891.⁹⁵ Alguns líderes do movimento operário, segundo Andrews, até entendiam as dificuldades vivenciadas pelos negros no que concerne conseguir emprego, bem como o fato de serem eles usados nas interrupções do movimento. Há que se considerar, que havia dificuldades reais de obter a adesão de trabalhadores nacionais nas greves, uma vez que os discursos e jornais em sua maioria, não eram falados nem editados em português. Estas condições devem ser consideradas, ao analisarmos o distanciamento do tio de Henrique Cunha ao ser intimado a participar da greve. No início da década de 1920, após muitas greves, a desilusão com os trabalhadores europeus e a diminuição da imigração no período pós-guerra levou as fábricas a abrirem mais vagas para a mão-de-obra nacional. O contato dos negros com as idéias anarquistas e comunistas da época era mínimo. Muitos sentiam-se alijados destas discussões justamente por não contemplarem muitas das questões específicas que os afligiam:

⁹⁴ Henrique Cunha , p. 5

⁹⁵ A cidade de Santos foi considerada uma cidade de abolicionista tanto pela sua fama na luta contra a escravidão, quanto por um grande quilombo chamado Jabaquara. Sobre o assunto há um romance Histórico de Afonso Schimdt *A marcha romance da Abolição*, São Paulo, Clube do Livro, 1945. Sobre a cidade no período e transição ver Maria Lúcia C. Githay “Os trabalhadores do Porto de Santos

*O comunista sempre entendeu que não havia questão racial, não havia causa de negros. A questão era econômica, de classe. O proletariado era tão sofrido, tão explorado quanto o negro. Eu nunca concordei com isso. Sempre debati, que havia também nesse meio um prejuízo do negro que era sempre mal recebido em casa de proletários brancos.*⁹⁶

A fala do militante negro Correia Leite ia ao encontro das queixas de muitos operários negros do início do século XX.⁹⁷ As dificuldades de afirmar-se enquanto cidadão fizeram com os negros moradores no estado de São Paulo se tornassem mais mobilizados desde os primeiros anos do início do século. Vivenciando situações de clara intolerância racial, as comunidades negras presentes nos espaços urbanos buscavam obter visibilidade, traçando estratégias que permitissem viver neste mesmo espaço povoado pelos inúmeros grupos de imigrantes e brasileiros presentes na cidade.

Em alguns momentos, as impressões sobre os imigrantes aparecem no depoimento de Henrique Cunha permeadas por um posicionamento de quase confronto como na expressão: “os imigrantes que estavam chegando e incomodando o brasileiro”. De fato, a medida que os imigrantes dirigiam-se para o

(1889-1910)” dissertação de mestrado, IFCH-Unicamp, 1983 e Ana Lúcia D. Lanna *Uma cidade na transição, Santos: 1870-1913*, São Paulo, Santos, Prefeitura Municipal de Santos/Hucitec, 1996.

⁹⁶ José Correia Leite & CUTI, *...E disse o velho militante José Correia Leite* São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura do município de São Paulo, 1992, p. 55.

⁹⁷ O reconhecimento da existência da discriminação como situação real vivida pelos negros, só foi admitida nos partidos de esquerda com o ressurgimento dos movimentos de luta contra discriminação racial em 1978. Este movimento ressurgiu com um protesto no dia 7 de junho de 1978, “o dia do basta”, quando atletas negros foram discriminados no clube Tietê e foi morto Robson Luz em Itaquera pela ROTA(Ronda Ostensiva Rafael Tobias de Aguiar), Ela havia matado vários jovens trabalhadores negros que nunca haviam participado de ocorrências policiais Em 1998, durante o IV Encontro Nacional de Negros e Negras do Partido dos Trabalhadores redigiu-se um documento descrevendo o isolamento político da luta anti-racista no espaço de lutas do partidos de esquerda e junto a sociedade. Para um estudo mais aprofundado ver Paul Singer & Brandt *São Paulo em movimento* Petrópolis, Vozes, 1980 e Cuti “A voz do Velho” Leite In *Memória* São Paulo, Eletropaulo, jul-dez, 1993, nº19.

mercado de trabalho, aumentava a competição no que se referia às oportunidades de emprego. Na cidade, a situação de confronto tornava-se mais visível devido ao número menor de colocações que o espaço urbano oferecia em relação ao campo. Ainda assim, os empregos na cidade eram mais leves que o trabalho na roça e proporcionavam maior dinamismo para se conseguir novas oportunidades, uma idéia semelhante aquela pensada do escravo rural em relação ao urbano.

As dificuldades para obter emprego eram freqüentes e as denúncias de preconceito racial eram noticiadas nos jornais da comunidade negra. Em 1924, por dois meses seguidos, o editorial “Os pretos em São Paulo”, denunciou a péssima situação social dos negros em São Paulo e as dificuldades para a obtenção de emprego. Em um deles comentava-se a carta de um “patrício”:

*Senhor Bernardo Vianna, recentemente chegado do Rio e que por ser preto não encontra emprego em parte alguma vai às fábricas mas nem lhe deixam falar com os gerentes. Procura anúncios nos jornais onde precisam e embora chegue primeiro do que qualquer outro candidato por ser de cor é posto à margem e recusado... o missivista manifesta-se assustado diante das suas crescentes privações e escreve a distinta folha citada, protestando contra a perseguição e lembrando a conveniência de se fundar, a exemplo do Rio, uma “Associação de Homens de Cor, em São Paulo”...*⁹⁸

Há neste trecho duas idéias que se repetem outras vezes no jornal, por estarem constantemente presentes no cotidiano dos negros que viviam tanto na cidade de São Paulo como no interior paulista. A primeira é a idéia de perseguição e da existência de obstáculos à obtenção de emprego pelo fato de ser negro. A

⁹⁸ Getulino, 21 de setembro de 1924, p. 1.

segunda idéia é a lembrança de uma *associação de homens de cor* na cidade do Rio de Janeiro. De novo surgia a idéia da ação associativa como forma de defesa dos interesses comuns. Florestan Fernandes, ao analisar os movimentos sociais no *meio negro*, percebeu que a idéia de criar movimentos reivindicatórios era uma forma de buscar assistência e promoção dos negros em todos os níveis, concorrendo para a criação de mecanismos coletivos de reação ao preconceito de cor.⁹⁹

A denúncia de Bernardo Vianna podia ser facilmente constatada nos anúncios dos jornais da capital e do interior, sobretudo quando se tratava do emprego feminino:

Precisa-se de uma branca, nacional ou estrangeira, paga-se muito bem para servir e cozinhar em casa de pequena família. Quem não estiver nas condições não se apresente. Rua 24 de maio, 15 A.

Precisa-se de uma mulher branca para cozinhar em casa de um casal sem filhos. Rua dos Carmelitas, 13.

Precisa-se de uma cozinheira, um copeiro e um criado, preferindo-se estes últimos estrangeiros, a rua do Brigadeiro Tobias, 57.

Precisa-se de uma criada que lave e engome para casa de pequena família. Prefere-se estrangeira. Rua da Imperatriz, 40, sobrado.

Cozinheira- na rua da Tabatinguera, 15, precisa-se de uma mulher branca para cozinhar e outros pequenos serviços, preferindo-se alemã.¹⁰⁰

Classificados como estes povoavam as páginas dos jornais paulistas e mostravam que o mercado de trabalho era muito mais favorável aos estrangeiros,

⁹⁹ “Não se trata de ir a barbeiro ou hotel e ter a navalha sem corte ou cama dura, mas de lutar em torno de reivindicações mais sérias e de raízes mais profundas”. In Florestan Fernandes *A integração do negro na sociedade de classes*, p.39.

¹⁰⁰ *Diário Popular*, 23 de julho de 1889, pp. 6 e 7.

traduzindo a preferência por trabalhadores brancos. Esta preferência pelos estrangeiros dificultava a obtenção das melhores vagas no que dizia respeito à remuneração, mas não impedia que o negro trabalhasse em São Paulo, ainda que em serviços provisórios, como já vimos. Neste sentido, uma outra carta de 1889, endereçada ao **Diário Popular**, exprimia os sentimentos de frustração dos patrões para com os trabalhadores domésticos.

Serviço doméstico:

É uma das maiores dificuldades a da nossa vida familiar na atualidade. A Abolição desorganizou o serviço doméstico, feito por escravos com todos os seus vícios e defeitos, é verdade, mas com estabilidade, permanecia, o que nos é pequena vantagem.

O serviço doméstico, livre, ainda estava para se organizar, o que também as famílias e aos próprios criados grandes inconvenientes. Não há regra alguma para firmar direitos e obrigações entre amos e criados. Tudo é arbitrário e contingente.

O amo toma um criado ou uma criada para o serviço da casa, e de um momento para o outro, está sujeito a que eles abandonem o serviço da casa e por um motivo qualquer; muitas vezes porque outro amo lhes oferece alguns mil réis de salário; porque a dona da casa exige serviço bem feito, e naturalmente ralha quando não lho fazem; porque não lhe consente receber visitas nos dias de serviço, ou não ir aos bailes aos domingos.

Isto acontece freqüentemente com criadas alemãs que são, todavia a melhores que temos para vários serviços domésticos. Não negamos ao criado, como outro operário, o direito de servir de preferência a quem melhor salário oferece e mais concessões faz. O que não parece justo, porém, é que uma vez contratado o serviço de um criado ou criada, eles possam abandoná-lo sem dar notícia prévia de sua intenção; de maneira que os amos com razoável facilidade encontre quem os substitua.. Igualmente, não queremos que o amo possa despedir um criado da noite para o dia, porque achou outro melhor ou mais barato, mas seja também obrigado a dar ao

criado tempo razoável para procurar outra colocação. É isto que se faz em todo o mundo.

Tanto o amo como o criado é obrigado no caso de desagrado ou desarmonia, a dar oito dias para aquele novo criado e novo amo... Submeto o que fica mal exposto ao Sr. Digno chefe de polícia, que tem mostrado desejos de fazer no importante cargo que em boa hora foi-lhe confiado.

S.s. saberá suprir as lacunas da nossa reclamação, e esperamos que dará sua boa intenção a este assunto de obrigações gerais recíprocas entre amos e criados, o que certamente interessa a todos, e está reclamando providências das autoridades.

*Farmer*¹⁰¹

O tom queixoso do longo artigo endereçado por alguém que se identifica com um codinome em inglês, que significava “fazendeiro”, era claro em relação à posição social que assumia. As exigências de condições melhores de trabalho eram entendidas como uma traição, uma vez que os empregados deixavam seus antigos serviços em busca de melhores ofertas. A quebra dos laços paternalistas permitia uma mobilidade maior. Desse modo, revelava-se o outro lado de um mercado saturado de trabalhadores. Se por um lado, o mercado baixava os salários levando a dificuldades na sobrevivência, por outro, ele permitia maior mobilidade levando à quebra da fidelidade das relações criado-patrão burladas por um melhor salário, afrouxando os laços de compadrio e obrigações dos tempos de cativoiro. Constituem-se, enfim, novas relações de trabalho.¹⁰²

¹⁰¹ *Diário Popular*, 11 de novembro e 19 de dezembro de 1889.

¹⁰² Não descartamos, entretanto que as relações entre patrão e empregado não tenham passado por formas de coerção física e psicológica como a perda do emprego. O que queremos aqui salientar é como fatores pensados como um benefício para os grupos mais abastados poderiam ser também fatores complicadores aos mesmos.

Escrito em 1889, um ano após a Lei Áurea, no mesmo ano em que surgiram os anúncios que discriminavam racialmente os empregados solicitados, o artigo acabava também por revelar a reação dos trabalhadores domésticos frente ao mercado de trabalho que ora se configurava. Eram evidentes os desejos da classe senhorial que queria o mínimo de alterações nas antigas relações de trabalho e em seu relacionamento com a criadagem. Neste aspecto, nem mesmo as imigrantes eram poupadas das queixas, ao reivindicarem folgas semanais e direito a visitas. As memórias saudosas dos tempos senhoriais da escravidão permitiam deduzir que havia um número menor de concessões no período da escravidão. Se o comportamento dos patrões urbanos buscava se resguardar em relações paternalistas tal como faziam os fazendeiros do oeste paulista, não era difícil entender o motivo da rotatividade de empregados domésticos na cidade. Os excessos praticados pelos patrões eram indicativos da falta de adaptação aos novos tempos:

Que patroa!...

Assim como há criadas ruins e criados péssimos, existem patrões que além de ínfimos são desumanos. Ainda agora foi levado ao conhecimento do dr. Delegado Regional de Polícia um fato esquisito e escandaloso, que está quase a provocar um intervenção judiciária... e no caso que vamos abordar, quando a vítima seja branca, a nossa atitude seria ativa, e de franca censura contra um abuso inqualificável. Um menina de origem humilde, mas educada na escola severa dos bons costumes e a moda da moral antiga empregou-se na citada casa, porque é assim que vive: trabalhando honestamente para comer e vestir-se.

Num destes dias, quando ia retirar-se à noitinha, foi chamada pela patroa que em uma sala diante de suas filhas e filhos, tirando-lhe as vestes a deixou completamente nua, para ver se não levava alguma coisa roubada...

*A pobre mocinha caiu em prantos envergonhada de ter sido assim vexada mas a patroa disse-lhe que não chorasse, porquanto era esse seu costume...*¹⁰³

Para tais patrões, os tempos do cativo não haviam acabado e certamente faziam parte do mundo dos *senhores saudosistas*.

Em busca de alternativas: a migração de libertos.

Como vimos, a experiência de vida de libertos e afro-descendentes no estado de São Paulo, era permeada por um lado, pelas suas expectativas de inserção social e, por outro, pelas tentativas senhoriais de manutenção da situação sócio-racial anterior à Abolição.

Somada a essa situação, havia os imigrantes europeus que ao se estabelecerem nesse mesmo espaço, modificaram a configuração populacional e consequentemente do mercado de trabalho, dificultando a contratação de trabalhadores nacionais e a inserção social de libertos e afro-descendentes. Contudo, a fama de São Paulo como um lugar de vida difícil para os negros existia antes mesmo da imigração, ainda nos tempos do cativo. Tal fama e temor foi analisado por Sidney Chalhoub ao apontar o medo dos escravos da Corte de

¹⁰³ *Getulino*, 6 de abril de 1924, p. 3.

serem enviados para a província de São Paulo¹⁰⁴. Sob este aspecto, é interessante refletir sob o caso da escrava Cristina:

Manuel Antonio Castanheira comprara uma escrava de nome Cristina por 1:400\$000rs de Domingos Ferreira Mendes do Rio de Janeiro. Acontece que a dita escrava de ofício de cozinheira e costureira passou a apresentar uma doença até então não tinha se manifestado. As desconfianças de que ela estava fingindo levaram o seu novo senhor a castigá-la, fato que em nada mudou seu comportamento. Levada então ao médico, comprovou-se que ela sofria de histeria, doença que lhe diminuía o valor e a impossibilita de trabalhar, diminuindo-lhe extraordinariamente o valor. Manuel então buscou a justiça para desfazer o negócio e recuperar o investimento.¹⁰⁵

Neste processo de contestação ocorrido em 1882, havia sérias desconfianças de que apesar dos três laudos médicos, ela não estivesse tão doente assim. Mais do que isso, Cristina não só não aceitava o seu novo senhor como repetia continuamente que queria voltar para o Rio de Janeiro. Tanta recusa, mais a possibilidade de prejuízo, tiveram como desfecho o seu retorno à cidade do Rio de Janeiro.

A história de Cristina demonstra que a propriedade de sua pessoa não se fazia apenas pela força física; mesmo na correlação de forças entre senhor e escrava e com aparente desvantagem, ela conseguira concretizar sua vontade. O caso de Cristina permite inferir ainda que a capital do país talvez pudesse ser, posteriormente, uma opção para aqueles ex-escravos que vivessem

¹⁰⁴ Sidney Chalhoub *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte* São Paulo, Cia das Letras, 1990, p. 178.

¹⁰⁵ Lúcia Helena O. Silva, *As estratégias da sedução*, pp. 70-71.

uma situação bastante adversa em São Paulo¹⁰⁶ ou mesmo para aqueles que desejassem estabelecer novos laços em um novo lugar com as características de uma grande “cidade negra”¹⁰⁷.

Também é importante notar as epidemias que grassaram São Paulo imediatamente após a Abolição (1889), quando houve um surto de febre amarela no interior e na capital paulista que esvaziaram cidades como Campinas

É possível que a cidade do Rio de Janeiro, contando com uma expressiva concentração de ex-escravos e descendentes, já estruturados de longa data em espaços de tradição cultural e resistência, acenasse com melhores condições de vida para migrantes negros vindos de diversas partes do país. Como observou o redator do jornal **A Redempção** em 1897, “os pretos” estavam desaparecendo do Estado de São Paulo, mas não pelos motivos apontados pelos “escravocratas”, entre eles, a morte em massa por embriaguez. A “raça preta” diminuía em São Paulo porque ela havia se posto em movimento em busca de outros estados, talvez na esperança de encontrar menos violência por parte das autoridades e proprietários e, portanto alcançar condições melhores e mais dignas de vida¹⁰⁸. No próximo capítulo, encontraremos parte destes migrantes negros paulistas construindo uma nova vida na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁰⁶ Além do racismo, a população negra também encontrou condições adversas nas epidemias que assolaram o Estado de São Paulo. Ver Lycurgo C. Santos Filho & José N. Novaes *A febre amarela em Campinas 1889-1900*, Campinas, CMU-Unicamp, 1996.

¹⁰⁷ Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade*, p. 185.

¹⁰⁸ *A Redempção*, 27 de junho de 1897, fl. 1.

Capítulo 2

Negros Paulistas no Rio de Janeiro

“Na tina

Vovó lavou, vovó lavou

A roupa que mamãe vestiu quando foi batizada

E mamãe quando era pequena era menina teve passar, que teve passar

Muita fumaça e calor no ferro de engomar

Hoje mamãe me falou de vovó, só de vovó

Disse que no tempo dela era bem melhor

Mesmo agachada na tina

E soprando no ferro de carvão

Tinha-se mais amizade e mais consideração

Disse que a palavra de um mero cidadão

Valia mais que hoje em dia

Uma nota de milhão

Disse afinal que o que é liberdade ninguém mais hoje liga

Isso é coisa da antiga

Ô na tina....

Hoje o olhar de mamãe marejou, só marejou

Quando se lembra do velho, do meu bisavô

Disse que ele foi escravo mas não se entregou a escravidão

Sempre vivia fugindo e arrumando confusão

Disse pra mim que esta história do meu bisavô, o negro fujão

Devia servir de exemplo pra estes nego “pai João”

Disse que afinal o que é liberdade ninguém mais hoje liga

Isso é coisa da antiga”

“Coisa da antiga”

Wilson Moreira/ Nei Lopes

Idéias de canário: uma possível inspiração para migrar

Machado de Assis escreveu um conto que servirá de introdução para esta segunda parte que trata dos libertos paulistas que migraram para a cidade do Rio de Janeiro. Era um dia qualquer entre o final do século XIX e início do XX, na cidade do Rio de Janeiro, quando um certo Macedo, ao andar pelas ruas, quase foi atropelado por um tálburi. Para escapar do acidente, jogou-se dentro de uma loja de bugigangas onde viu um lindo canário. Admirado pela vivacidade do pássaro que destoava do restante da loja, ele murmurou para si o que faria tal animalzinho ali, quando o pássaro, adivinhando-lhe o pensamento, respondeu. Espantado, Macedo perguntou ao pássaro senão tinha saudades do espaço azul e infinito, ao que o canário interrompeu sua fala dizendo:

- Meu caro homem, trilou o canário, que quer dizer espaço azul e infinito? Mas perdão, que pensas deste mundo? Que cousa é o mundo? O mundo, redargüiu o canário com certo ar de professor, o mundo é uma loja de belchior, com uma pequena gaiola que habita a loja que o cerca. Fora daí, tudo é ilusão e mentira.

Embevecido com tudo que lhe acontecera, Macedo comprou o canário, levou-o para casa, dando-lhe as melhores condições. Lá o acomodou em uma nova gaiola que tinha maior e melhor espaço e, de novo, repetiu a pergunta para o passarinho sobre o que achava do mundo. O canário prontamente respondeu:

O mundo, respondeu ele, é um jardim assaz largo com repuxo no meio, flores, arbusto, alguma grama, ar claro e um pouco de azul por cima; o

canário, dono do mundo, habita uma gaiola vasta branca e circular, donde mira o resto. Tudo o mais é ilusão e mentira.

Um dia porém, o pássaro fugiu da gaiola e em vão tentaram pegá-lo. Desolado, Macedo olhava para a janela, pensando onde estaria o passarinho, quando foi cumprimentado pelo próprio. Ele tentou convencê-lo a voltar para a gaiola, pois tinha muito que saber sobre as idéias do canário, mas qual o que, o canário não quis saber mais de gaiola. Macedo então, perguntou-lhe se não tinha saudade de seu mundo, sua gaiola, o jardim ao que o canário respondeu:

- Que jardim? Que repuxo?

- O mundo, meu querido.

- Que mundo? Tu não perdes os maus costumes de professor. O mundo, concluiu solenemente, é um espaço infinito e azul, com o sol por cima.¹

Assim como a experiência da liberdade proporcionou uma visão de mundo mais larga e autônoma, transformando o mundo do canário que vivera parte da vida confinado em um pequeno espaço, os libertos e seus descendentes também reelaboravam suas representações de mundo ao vivenciarem, dentro da liberdade, a opção pela migração.² Essa era uma ação

¹ Joaquim Maria de Machado de Assis *Papéis velhos e outras histórias* Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995, pp. 164-166.

² No Brasil há poucos estudos sobre a questão da migração negra no pós-abolição. Entretanto na historiografia norte-americana percebemos uma tradição no estudo acerca da migração de libertos. Lá o movimento de deslocamento da população negra iniciou-se após o fim do período chamado *Reconstrução Radical*. Este período foi particularmente doloroso para os libertos, sobretudo, aqueles do estados do sul dos Estados Unidos, pois os negros perderam os direitos adquiridos através da 14ª emenda da Constituição que havia lhes dado direitos de cidadania, e também as terras que cuidaram durante a Guerra Civil (1860-1865). Além disso, havia os ataques

aguardada e vivida como um ato muito especial pelos ex-cativos, assim como rever parentes separados pela escravidão, mudar para onde bem entendessem; escolher outro lugar para viver e criar novas referências.

As migrações internas foram um dos fatores que caracterizaram o período entre o final do século XIX e início do XX³. Cidades como o Rio de Janeiro receberam uma grande população que mesclava, segundo Maria Cristina Wissenbach,

*Diferentes etnias e composições de mestiçagem que iam do branco estrangeiro ou nacional pobre, passando pelo mulato e chegando ao negro retinto, localizados indistintamente nas moradias coletivas e nos cortiços, nas áreas insalubres da cidade, invadindo quotidianamente as ruas, os mercados e as praças públicas*⁴.

Buscar uma nova vida a partir da migração em uma cidade das proporções do Rio de Janeiro significava optar por se viver em um espaço

do terrorismo branco da Ku Klux Klan, organização criada a partir dos veteranos da Confederação que perseguia negros e aliados com linchamentos, surras e incêndios. Entre os vários trabalhos que abordam da migração dos negros do sul para o norte conhecida como *Great Migration* podemos citar, Farah J. Griffin *Who set you flowin The African-american, migration narrative*, New York/Oxford, Oxford University Press, 1995, James R. Grossman *Land of hope: Chicago, Black southerners, and the Great Migration*, Chicago, The University of Press, 1992, Eric Foner *Nada além da liberdade* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

³ Segundo Maria Cristina Wissenbach, grandes contingentes de nacionais e estrangeiros eram atraídos sobretudo para as cidades como Recife e Rio de Janeiro e, em menor proporção para São Paulo. Ver Maria Cristina Wissenbach “Ritos de magia e sobrevivência: sociabilidades e práticas mágico-curativas no Brasil (1890-1940)”, tese de doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1999, p.61

⁴ Ibid., p. 62

complexo. A cidade no período pós-abolição, era um local de grande adensamento populacional com muitos negros egressos da escravidão, e um número considerável de pessoas nacionais e estrangeiros que perfaziam em 1890, um total de 522.651 habitantes. Este aumento populacional agudizou a crise de moradia no Rio de Janeiro ao mesmo tempo em que ocorreu uma *“deliberada política de destruição de moradias coletivas na cidade”* que se desenvolveu no início do século XX, levando a um processo de favelização⁵

A condição de capital administrativa do país, conferia à cidade uma importância política e econômica. Contava com o maior porto comercial, o que a diferenciava da maioria das capitais e cidades do país. Logo após a Abolição e o advento da República, houve o Encilhamento que aumentou a circulação de papel-moeda e reativou os negócios.⁶ Mesmo não tendo o retorno na proporção imaginada pelo seu idealizador, Rui Barbosa, esta política econômica serviu para criar um *boom* que se refletiu na cidade e no comércio.⁷

Nesse sentido, ainda que acompanhada da inflação decorrente do Encilhamento, a cidade tornava-se atraente para quem buscava um lugar próspero. Seu crescimento suplantava o da cidade de São Paulo e outros

⁵ Sylvia Damazio, *Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século* Rio de Janeiro, Eduerj, 1996, cap. 1.

⁶ Durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca(1889-1891), o então ministro da Fazenda, Rui Barbosa promoveu uma reforma financeira em janeiro de 1890, baixada por decreto que chamou-se Encilhamento. A reforma consistia em permitir a emissão de dinheiro para expandir-se e ampliar o crédito. O país foi dividido em zonas que teriam seu banco emissor que poderia financiar indústrias, lavouras. Houve uma onda de especulações na bolsa e muitos títulos eram de empresas fantasmas. Após um período de muitos negócios, seguiu-se uma sequência de quebraadeira e falências e o aumento da inflação. Para mais detalhes ver:, Luiz Antonio. Tannuri *O Encilhamento*. São Paulo/Campinas, Hucitec/Funcamp, 1981.

núcleos urbanos do interior paulista. Quem vinha para a cidade do Rio de Janeiro provavelmente conhecia ou ouvira comentários sobre estas condições. E foi nesse espaço potencialmente aglutinador que os migrantes e cidadãos natos acabaram por desenvolver uma criatividade admirável, inventando maneiras de sobrevivência, uma rica vida cultural própria a léguas de distância da cultura da “elite da belle époque”.⁸

Desde os seus primórdios, o Rio de Janeiro foi considerado um local aprazível, de grandes belezas naturais que recebia estrangeiros e migrantes de todas as partes do Brasil. Segundo Nei Lopes, a população aumentou realmente a partir da abolição da escravidão.

*Aos migrantes do Vale do Paraíba que para o Rio de Janeiro continuam vindo desde a falência da lavoura cafeeira na região, aos veteranos da Guerra do Paraguai, aos flagelados da grande Seca, vêm juntar-se, agora, mais e mais negros, oriundos das diversas regiões do País, mas principalmente das províncias vizinhas*⁹.

Os negros paulistas que para ali se dirigiam, traziam a singularidade de sair de um lugar que não os expulsava economicamente, ao contrário de muitos migrantes que saíam de regiões decadentes, como algumas áreas de seca do sertão nordestino. Vinham de um estado próspero onde havia escassez de

⁷ Luiz Antonio Tannuri, *O Encilhamento*, cap. 1.

⁸ Expressão de José Murilo de Carvalho no prefácio ao trabalho de Sylvia Damazio In *Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século* Rio de Janeiro, p.8

⁹ Nei Lopes *O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical: partido-alto, calango, chula e outras cantorias*. Rio de Janeiro, Pallas, 1992, p. 3

trabalhadores no campo e, portanto, onde não faltavam recursos econômicos.¹⁰ Porém, os empregos em São Paulo como já se afirmou no capítulo um, estavam em sua maioria, na zona rural, particularmente nas fazendas de café, lugar recusado por muitos ex-escravos. Além disso, as políticas imigrantistas privilegiavam os imigrantes europeus em detrimento dos ex-escravos e da população nacional pobre em geral.¹¹

Por outro lado, a cidade do Rio de Janeiro exercia nos libertos uma atração pelo dinamismo e variedade das atividades, ao mesmo tempo em que a natureza dos trabalhos dava mobilidade e uma certa autonomia de ação. Muitos ex-cativos viam na cidade do Rio de Janeiro um espaço onde podiam reelaborar suas vidas, e afastar-se das lembranças do cativeiro, vivendo anonimamente. Esse era o caso de Theodoro Félix.¹² Ele tinha 25 anos de idade e quando questionado sobre sua profissão, afirmava ser trabalhador sem fornecer maiores informações. Nascido na província de São Paulo dizia não ter casa por haver chegado há pouco na cidade. Sob a suspeita de ser ladrão, foi preso no dia 21 de novembro de 1889, mas solto no dia seguinte, o que indicava que não haviam encontrado nada contra ele que possivelmente acabara de chegar para viver na cidade grande.

¹⁰ Sobre esta questão há diversos trabalhos como Caio Prado Jr, *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1974, Roberto Simonsen *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Nacional, 1973.

¹¹ Ver Célia M. Marinho Azevedo *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das grandes elites- século XIX* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 e George R. Andrews *Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988*, Bauru, Edusc, 1998.

¹² Arquivo do Estado do Rio de Janeiro doravante AERJ, 1889, livro n ° 5420, s/n °.

Migrar internamente não era uma ação incomum. Wissenbach apontou a permanência da tradição nômade na população brasileira. Segundo ela, esta tradição vinha do período colonial, atravessara o período imperial e mantinha-se presente nos anos pós-abolição. Excetuando as regiões litorâneas e os centros urbanos, este fenômeno repetia-se em quase todas regiões do país.¹³ A intensa mobilidade dos homens livres pobres dava-se sobretudo no campo, onde os deslocamentos podiam ter um caráter sazonal, obedecendo ao período das colheitas ou, poderiam adquirir caráter permanente, se as condições climáticas ruins não melhorassem. Outras vezes, a migração era uma forma de escapar dos alistamentos forçados e da truculência dos recrutadores¹⁴ que usavam momentos de lazer como festas para realizar o engajamento forçado, como observou o viajante inglês Ewbank.¹⁵ Ela também podia ser uma fuga da violência do mandonismo local.

¹³ Maria Cristina C. Wissenbach “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível” In, Nicolau Sevcenko (org.) *História da vida privada no Brasil 3*, São Paulo, Cia das Letras, 1998, cap.1.

¹⁴ Segundo Maria Cristina Wissenbach a fuga dos alistamentos forçados ocorreu sobremaneira no período imperial (para a participação nas forças do exército) na época da Guerra do Paraguai. Eles dirigiam-se a pessoas que eram entendidas como sem ocupação, vadios, andarilhos, tropeiros e roceiros. A população passou a desertar e fugir para o mato e, meio século depois, já no século XX, Mário de Andrade registrava no norte o costume de morar escondido para fugir do recrutamento, lembrança alusiva à guerra do Paraguai, Maria Cristina Wissenbach, *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível* 1998, pp. 57-58. Também há referências nos trabalhos de Carlos Eugênio L. Soares *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1994 e Wilma Peres Costa *A Espada de Dâmocles – O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo/Campinas, Hucitec/Editora da Unicamp, 1996.

¹⁵ Thomas Ewbank observou que enquanto os brancos pobres cobiçavam uma patente no exército, os negros livres fugiam com toda a força, para escapar do engajamento. Como os recrutadores procuravam os negros que tivessem usando sapatos, condição essencial dos libertos, muitas vezes eles passavam-se por escravos enganando os oficiais. Ver Jaime L. Benchimol Pereira Passos:

Entre o período de 1888 e 1926, pudemos observar a afluência de muitos migrantes paulistas e de outros vindos de várias regiões do país na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Sylvia Damazio, o aumento da população carioca foi de 95,8% entre 1872 a 1890 e 56,30% até 1906, causando problemas como falta de habitação, e indicando um grande movimento de migração interna e externa, já que os óbitos neste período eram superiores ao número de nascimentos devido a inúmeras epidemias. Uma outra fonte que também pode ajudar a aferir a migração é o Fundo da *Casa de Detenção da Corte*. Este Fundo era composto de livros de registros onde constam a ficha de cada pessoa que foi presa na Casa de Detenção ou na Casa de Correção, instituições diferentes mas que ocupavam o mesmo espaço físico. A Casa de Detenção servia para abrigar presos recolhidos em delitos mas que logo seriam soltos, ou aqueles presos que aguardavam julgamento. Já a Casa de Correção correspondia ao presídio onde os presos cumpriam pena, após terem sido julgados.

A liberta Ouvídia Maria Feliciano de Araújo foi uma das muitas pessoas a passar um período na Casa de Detenção. Em 23 de abril de 1889, esta afro-descendente foi presa sob a acusação de embriaguez e desordem, à Rua da Prainha, esquina com Uruguaiana, às 10 horas da noite. Nascida na cidade de São Paulo, ela dizia ter chegado há pouco, (cerca de um mês mais ou menos) mas já possuía residência na cidade, à Rua dos Arcos, 12, na Lapa. Contava 20 anos de idade, e exercia o ofício de doméstica. Ouvídia ficou na prisão por quase um mês sendo libertada apenas no dia 20 de maio. Não consta nenhuma

anotação de que tivesse sido julgada. Aparentemente fora esquecida na prisão pelo tempo correspondente à pena por embriaguez¹⁶.

Em 28 de abril de 1889, outra migrante paulista foi presa nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Tratava-se de Elvira Carolina de Souza, solteira com 22 anos, cozinheira de profissão, acusada de promover desordens na rua do Regente, onde morava. Embora a causa de sua prisão fosse parecida com a de Ouvídia, Elvira ficou apenas dois dias presa. Apesar dos delitos serem muito parecidos, víamos que eram aplicadas penas diferenciadas, situação que se repetia em vários outros casos. Joana Maria da Conceição, natural da então província de São Paulo, por exemplo, foi presa em 1º de agosto de 1889. Tinha 18 anos e era casada sem profissão definida; morava na rua General Caldwell e fora presa na Praça da Aclamação. O motivo de sua prisão era desordem e vagabundagem. Foi solta na mesma data. Em 3 de agosto de 1892, Eufrásia Maria dos Santos, outra afro-descendente paulista de 35 anos, lavadeira e moradora a rua Barão de São Félix, foi presa às 9 horas da noite por ser considerada vagabunda; foi solta nove dias depois. Estas prisões indicavam a presença de um possível critério aplicado pelas autoridades que singularizavam cada prisão e que, a partir disso, se considerasse o tempo de cárcere.

O Código Penal surgido em 1890 regulava os crimes, contravenções e penas para cada infração, mas era preciso que a pessoa fosse a julgamento para ser punida. O que pode ser observado nestes exemplos de prisões era a

¹⁶ O artigo que tratava de embriaguez segundo o Código Civil era o artigo 396 que regulava a prisão celular por esta pena no período de 15 30 dias. Ver Vicente Piragibe *Diccionario de Jurisprudência Penal do Brasil*, 2º vol., São Paulo, Livraria Acadêmica, 1931, p.270.

aplicação sistemática de penas sem que houvesse qualquer julgamento, ao menos formal. Ao mesmo tempo, havia um certo método de encaminhamento penal, segundo o qual o tempo de permanência no presídio variava de algumas horas a quase trinta dias. A presença de muitas detentas negras foi registrada pelo cronista carioca João do Rio, após sua visita à Casa de Detenção:

- Quando entramos, algumas detentas lavavam a primeira sala, sob olhar severo de um guarda (...) Quantas presas?

—Há atualmente cinqüenta e oito, divididas por três salas, uma das quais é enfermaria. Há falta de lugares, a promiscuidade é ignóbil nesses compartimentos transformados em cubículos. A maioria das detentas, mulatas ou negras, fúrias da última classe, são reincidentes, alcóolicas e desordeiras¹⁷.

Para o policial informante de João do Rio, aquelas mulheres faziam parte dos grupos mais miseráveis social e economicamente daquela sociedade. A causa que as trazia ali era o alcoolismo e a prática de desordens, além da reincidência. As impressões do cronista também não eram as melhores:

Há caras vivas de mulatinhas com olhos libidinosos dos macacos, há olhos amortecidos de bode em faces balofas de aguardente, há perfis esqueléticos de antigas belezas de calçadas, sorrisos estúpidos navalhando bocas desdentadas, rostos brancos de medo, beijos trêmulos, e no meio dessa caricatura do abismo as cabeças oleosas das

¹⁷ João do Rio *A alma encantadora das ruas* Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 165.

*negras, os narizes chatos, as carapinhas imundas das negras alcóolicas*¹⁸.

É claro que como um estudioso de seu período, João do Rio sofria a influência da literatura racialisista e dos preconceitos de sua época, presentes nas comparações sobre as mulheres negras presas, mas seu olhar esquadrihava a vida de pessoas até então, desconsideradas. Estavam ali por serem reincidentes e presas por bebedeiras e desordens. Estes motivos eram comumente a causa alegada da prisão de afro-descendentes paulistas, sobretudo de mulheres. No ano de 1892, por exemplo, de 45 prisões feitas entre junho e agosto de mulheres libertas e afro-descendentes, 40 referiam-se à embriaguez e desordem. Nos anos anteriores de 1888 e 1889, embriaguez e desordem eram mais de 70% das causas de prisão. À medida que o tempo avança os dados sobre a prisão feminina desaparecem dos registros dos dados, mas nos processos criminais consultados eles eram responsáveis por mais de 50% das prisões¹⁹.

É provável que os motivos estivessem relacionados menos a uma culpabilidade criminal claramente definida e mais a uma disciplinarização da presença de alguns grupos na rua, sobretudo nas altas horas da noite, quando a maioria das detentas afro-descendentes era presa. Além disso, as prisões indicavam uma vida que extrapolava os princípios de recato, de moralidade, de comportamento considerado honesto e dos horários adequados para sair e

¹⁸ Ibid., p 165.

permanecer nas ruas. É importante notar que as concepções dos escrivães acerca dessas mulheres estavam presentes nas descrições feitas na documentação da Casa de Detenção, e traziam muito das representações que a sociedade fazia delas na época. O ideal construído para o universo feminino no final do século XIX, expresso na literatura, era voltado para a mulher recolhida ao lar que já esboçava gosto pela instrução básica, consumia, ia às compras e até saía sozinha. Seu universo, contudo, era ainda bastante limitado e restringia-se à casa, às lojas, às visitas a amigos e familiares e espaços de lazer, como as casas de chá e os clubes literários.²⁰ Esta movimentação ocorria nas cidades durante o dia. Paralelo a isso, havia outras mulheres que pertenciam aos segmentos mais pobres da população urbana, e que desenvolviam uma série de ocupações para sobrevivência. Devido à precariedade das condições de trabalho, realizavam ocupações depreciadas pela sociedade da época e, coincidentemente, também faziam parte de uma parcela desconsiderada que eram as mulheres livres pobres e mulheres libertas. Pela natureza dos serviços que faziam, elas estavam em toda parte e em todos os horários, quebrando os códigos que definiam as regras morais, os padrões sociais de comportamento e

¹⁹ Nos processos pesquisados entre 1888 a 1920, do universo de 310 processos, 275 envolviam embriaguez, desordens, vagabundagens e ofensas físicas leves.

²⁰ Ver Rachel Soihet *Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana: 1890-1920*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989, Martha Abreu Esteves, *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor da Belle Époque* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, Maria Thereza C. C. Bernardes *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro, T. A. Queiroz, 1989, Albertina Oliveira & Cristina Bruschini (orgs.) *Entre a virtude e o pecado*, Rio de Janeiro, Rosa dos tempos, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992, June E. Hahner *Emancipating the females sex: the struggle for women's rights in Brazil, 1850-1940*, Maria Paula N. Araújo "Um mundo ao avesso: um ensaio sobre a cultura popular e condição feminina no Rio de Janeiro da

valores aceitos que delimitavam a mulher honesta e virtuosa, isto é, a mulher desejável a esta sociedade.

Dessa forma, as descrições presentes tanto na crônica de João do Rio quanto aquelas feitas pelos escrivães que as qualificavam como sujas e desordeiras tratavam de estabelecer um lugar-social para destas mulheres. Indiretamente, davam o sentido de censura a um comportamento inadequado e a conformação de uma possível culpa. Além disso, as concepções de moralidade, honra, casamento, pensadas pelo universo burguês eram constantemente ameaçadas por vivências tão autônomas que contrastavam com um controle sexual e higienizador que os ideais da *belle époque* traziam.²¹

Se não era estranho encontrar homens migrantes nas ruas, não era menos comum encontrar mulheres migrantes afro-descendentes, nesta condição. Solteiras, possivelmente sozinhas, elas a despeito de afirmarem estar pouco tempo na cidade, possuíam endereço em freguesias freqüentadas por outros negros. Ouvídia morava na freguesia da Glória, mas estava na freguesia de Santa Rita quando foi presa. Já Elvira morava na freguesia de Sacramento, parte do centro velho da cidade do Rio de Janeiro ²², locais onde se podia encontrar uma comunidade negra extensa. Morar nas regiões centrais da cidade era uma forma de driblar as dificuldades com transporte - um peso no

virada do século: 1880-1920”, Magali Engel *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*, São Paulo, Brasiliense, 1989.

²¹Jeffrey D. Needel *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

²² Ver mapa das freguesias da cidade do Rio de Janeiro de Noronha dos Santos em anexo no final da tese.

orçamento. Embora um espraiamento da cidade já se processasse desde 1870, “somente a população mais abastada podia se dar ao luxo de não residir na área central”. De modo geral, a maioria a população carioca, dependia da residência nas áreas centrais para poder sobreviver, pois nestas áreas vendiam seus serviços ou encontravam ocupações²³.

O surgimento da companhia de carris a partir de 1868 deslocou do centro velho as elites que progressivamente saíram da área central para Laranjeiras, Botafogo, Jardim Botânico, Tijuca e São Cristovão, e que podiam pagar transporte nos bondes puxados a burro²⁴. Ao mesmo tempo, na segunda metade do XIX, surgiram nestas freguesias centrais, as habitações coletivas e um amplo comércio que fazia das áreas centrais um espaço predileto para morar e trabalhar.

Para Ouvídia e Elvira, a ampliação do universo doméstico no Rio de Janeiro pode ter sido um chamariz para estas migrantes que haviam vindo de São Paulo. Segundo Sandra Graham, estima-se que as empregadas domésticas eram entre 61% e 65% das mulheres livres, e 87% a 90% das escravas trabalhadoras na década de 1870. Embora houvesse um pequeno declínio no número de empregadas no decorrer dos anos, em 1906 havia mais de 77 mil criadas.²⁵ Portanto, se as migrantes desejavam viver em um grande centro

²³ Mauricio A. Abreu *A cidade, a montanha e a floresta Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro* Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, cap.4.

²⁴ Ibid. p. 81.

²⁵ Sandra L. Graham *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910* São Paulo, Cia das Letras, 1992, p. 18.

urbano, elas tinham muita chance de conseguir trabalho na cidade do Rio de Janeiro onde se concentravam empreendimentos econômicos e toda a burocracia oficial que ali fixava residência.

Mas o mundo das domésticas não era só trabalho. A prisão dessas mulheres em altas horas da noite indicava, no caso de Ouvídia, um domínio espacial suficiente para se aventurar à noite nas ruas, distanciando-se de sua casa. Contrariando as noções de comportamento feminino da época, elas se divertiam em bares junto com os homens, ou conversavam até tarde em frente de casa. Tal como as mulheres burguesas que experimentavam maior liberdade, elas também se faziam presentes na vida social pública, frequentando cafés e festas, mostrando valores culturais diferentes dos apregoados para a projetada “mulher do lar”.²⁶ Essas migrantes conheciam, e possivelmente se relacionavam, com a ampla comunidade negra que vivia na cidade do Rio de Janeiro. A migração feminina, embora menor numericamente era uma constante:

*As mulheres do século XIX movem-se mais do que se pensa. Participam das migrações camponesas vindas como domésticas ou costureiras, burguesas médias contratadas como preceptoras, não raro muito longe de seu país. Elas viajam e (às vezes) exploram. O mundo muda, modificam-se as fronteiras, mas também os sexos.*²⁷

²⁶ Maria Ângela D’Incao “Mulher e família burguesa” In Mary del Priore *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1997, pp. 223-240.

²⁷ Jean Lebrun “Palavras de mulheres” In Michelle Perrot *Mulheres públicas* São Paulo, Ed. da Unesp, 1998, p.86.

Como observou Jean Lebrun, a migração feminina européia no século XIX deixava de ser um atributo exclusivamente masculino para tornar-se uma opção de vida também para as mulheres, dos mais variados segmentos, que passaram a viajar mais constantemente. Para Ina von Binzer, uma preceptora alemã que viveu no país entre 1881 e 1884, a migração foi a decisão que lhe possibilitou a melhoria nas suas condições de sobrevivência e independência econômica.²⁸ Em um dos trechos de suas memórias, ao descrever uma viagem entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, ela observou que também os negros viajavam de trem:

*Às nove horas, Mr. Carson instalou-me num carro de 1ª classe, da S. Paulo Railway - 1ª classe, não por luxo ou por uma repentina maré alta no cofre - (ao contrário, você conhece Mme. Victorine) mas porque nesta terra só há duas classes nos trens; e na segunda, viajam somente "niggers" de todos os matizes.*²⁹

No comentário da preceptora havia espanto com o gasto despendido por sua antiga patroa para com ela, e o registro da presença de negros na segunda classe do trem. Seria plausível deduzir que a viagem de trem não era um meio barato, o que selecionava indiretamente os usuários. Percebia-se que naquele

²⁸ Ina von Binzer *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil* 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

²⁹ Ibid. p. 73.

período (metade da década de 1880), eram vigentes os códigos de distinção sócio-racial, presentes na divisão étnica entre a primeira e segunda classe.

As informações das fichas de presos, não permitiam saber se Ouvidia e Elvira tinham vindo de São Paulo sozinhas, mas é possível acreditar que os deslocamentos delas pudessem estar ligados ao término da escravidão. Se tivermos em mente a hipótese de Roger Bastide, poderíamos pensar que a vinda delas estaria inserida dentro de um processo maior. Para ele, a diminuição da população negra na província de São Paulo após a Lei Áurea, foi em parte pela emigração de libertos de regiões para onde tinham sido trazidos pelo tráfico interprovincial.³⁰ Após 1870, os escravos em solo paulista eram, em sua maioria, originários do tráfico que era alimentado por uma série de correntes migratórias vindas de inúmeros lugares do Brasil.³¹ Assim, mesmo que elas não tivessem vivido no Rio, seus ancestrais traficados poderiam ter mencionado condições que as atraíssem; notícias de parentes que ali morassem, razoáveis condições de trabalho na cidade seriam excelentes motivos para uma mudança.

³⁰ Após a lei de 1850 que proibia o tráfico africano, uma das alternativas encontradas pelos senhores foi o tráfico interprovincial para levar mão-de-obra escrava às fazendas cafeicultoras. Sobre a questão do tráfico ver: Jaime Rodrigues *O Infame Comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, Cecult/Unicamp, 2000, Sidney Chalhoub *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990; Mary C. Karasch *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000. Robert Conrad *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978 e do mesmo autor *Tumbeiros: o tráfico e escravos para o Brasil*, São Paulo, 1985.

³¹ “Os dados demográficos indicam que o elemento escravo na população de São Paulo continua a aumentar progressivamente até os fins do 3º quartel do século XIX, sem determinar, no entanto, nenhuma modificação considerável na proporção de negros e mulatos em relação aos brancos passando a declinar daí em diante” Roger Bastide *Branços e negros em São Paulo*, 2ªed., São Paulo, Cia Editora Nacional, 1959, p. 137.

Além do tráfico interprovincial, houve também a migração de fazendeiros fluminenses. Sua causa teria sido esgotamento das terras do Vale do Paraíba. A conseqüente diminuição da produção cafeeira, levou fazendeiros daquela região às terras da província de São Paulo, o que para o historiador Odilon Nogueira de Mattos, teria ocorrido em 1884. Segundo ele, os fazendeiros fluminenses fixaram-se na região da alta Mogiana, no noroeste da província de São Paulo, mais precisamente na região de São Simão, próximo a cidade de Ribeirão Preto. Tal escolha devia-se ao fato de ali existir o ponto final do terminal férreo da Companhia Estrada de Ferro Mogiana, uma condição que facilitaria o escoamento da safra. A divulgação de notícias de terras férteis paulistas através de jornais teria sido o chamariz para possíveis interessados:

*Fazendeiros do médio Paraíba (Vassouras, São Fidélis, Cantagalo) aliaram-se aos da Zona da mata (Leopoldina, Cataguases, Carangola, Muriaé) no 'rush' para as terras paulistas, especialmente depois que uma certa propaganda em torno do valor das terras roxas para a cultura do café começou a ser feita na imprensa do Rio de Janeiro.*³²

Assim, seria possível pensar que parcelas de ex-escravos e descendentes que haviam vindo através do tráfico com os fazendeiros fluminenses, bem poderiam estar realizando um retorno à província do Rio de Janeiro, buscando os antigos laços de amizade e uma vivência da qual, às vezes, eles só teriam ouvido falar. Porém, se este retorno existiu o destino não

era o mesmo de onde haviam saído, pois os libertos não voltavam às áreas rurais decadentes do Vale do Paraíba fluminense, mas dirigiam-se ao Distrito Federal. Aliás, muitos dos libertos fluminenses também se encaminhavam em grandes levas para a cidade do Rio de Janeiro.³³ Estradas de terra e os trens tornaram-se as formas usuais para viagens sendo este último transporte, usado pelos fazendeiros também com o propósito de atrair trabalhadores para a zona rural:

*Após maio de 1888, o governo imperial liberou as passagens ferroviárias para facilitar os deslocamentos de trabalhadores. Aparentemente destinada a facilitar o recebimento de imigrantes, os trabalhadores libertos foram os grandes usuários da franquia.*³⁴

Segundo Hebe Castro, o uso das passagens gratuitas foi um recurso que não trouxe os resultados esperados pelos fazendeiros, pois a tendência dos libertos saírem do campo se mantinha.

Além destas motivações conjunturais do pós-abolição, é importante considerar a própria cidade do Rio de Janeiro como espaço de acolhida. Desde 1808, quando se tornara oficialmente sede do reino lusitano, a cidade recebera

³² Odilon N. Matos *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira* 3^a ed., São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, p. 97

³³ Jaime L. Benchimol, *Pereira Passos: um Haussmann tropical*, p.168.

³⁴ Hebe M. Mattos, *Das cores dos silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista Brasil, século XIX*, 2^a ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 249.

muitas pessoas com a vinda da família real portuguesa, dos funcionários do Estado português e um enxame de aventureiros,³⁵ além de pessoas de outras regiões do país que vinham em busca de oportunidades dentro da burocracia oficial. A esta presença seguiu-se uma intensificação do tráfico de africanos, tornando-os imprescindíveis e constantes por toda a cidade, como salienta Leila Algranti.³⁶ Maria Graham, viajante inglesa que esteve na cidade entre 1821 e 1824, registrou em seu diário esta grande circulação de escravos:

*(...) procurei sem êxito obter um quadro correto do número de escravos importados em todo o Brasil. Temo realmente que será difícil para mim consegui-lo, em vista das distâncias de alguns portos; mas não descansarei até que obtenha, ao menos, um quadro do número da entradas nas alfândegas daqui durante os últimos dois anos. O número de navios da África que vejo constantemente entrando no porto e as multidões que se atropelam nas casas de escravos convencem-me de que a importação deve ser muito grande.*³⁷

Espalhados pela cidade, africanos e crioulos (negros nascidos no Brasil), podiam ser encontrados em muitos lugares, especialmente no Valongo, o maior mercado de escravos do país. Uma vez adquiridos, faziam todo o trabalho

³⁵ Leila Mezan. Algranti *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro-1808-1822* Petrópolis, Vozes, 1988, p.29.

³⁶ *Ibid.*, pp. 17-32.

³⁷ Raymundo C. B. Campos, *Viagem ao nascimento de uma nação- Diário de Maria Graham*. São Paulo, Atual, 1996, p. 56.

braçal, enquanto que os serviços manuais mais especializados eram feitos pelos mestiços, que descendiam de miscigenação de brancos e negros, uma vez que os portugueses achavam o trabalho manual degradante:

*Em geral, os escravos cariocas eram forçados a labutar na agricultura e em atividades de subsistência, transporte, manufatura, pedreiras, obras públicas, vendas, serviços e administração. A maioria deles, evidentemente, era empregada em atividades braçais, desprezadas pelos seus senhores*³⁸

Segundo Mary Karasch, entre 1808 e 1850, além de negros de várias procedências da África, em especial a região central do continente, havia também aqueles livres e que vinham de países como Estados Unidos, Uruguai, Cuba, Argentina. Era o caso de John Nembre, um norte-americano preso em 20 de novembro de 1860. Aos 23 anos de idade dizia-se solteiro e afirmava ser marinheiro. Foi acusado de vagabundagem.³⁹ Morava a bordo de um navio não declarado, e pela descrição física que citava a cor da pele, sabíamos que era negro, e muito provavelmente, livre uma vez que a tripulação do navio não contestou a sua condição. John amargou uma semana de cadeia. Anos depois em 25 de outubro de 1881, encontramos um francês que dizia apenas se chamar Arcide com 23 anos, cozinheiro que também fora preso por ser

³⁸ Mary C. Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, cap.7.

³⁹ AERJ, Livro n.º 4059, s/n.º, 1860.

vagabundo.⁴⁰ Arcide possuía residência à rua Machado Coelho na freguesia do Espírito Santo, mas fora preso na freguesia de Santa Rita, ambas regiões que faziam parte do centro velho da cidade. No mesmo dia, mês e ano também foi encarcerado Miguel da Silva, um uruguaio afro-descendente de Montevideú, de 24 anos. Qualificado simplesmente como trabalhador, ele fora preso por desordens e embriaguez habitual.⁴¹ Embora fosse preso na região da Candelária morava à rua da Misericórdia na freguesia do Espírito Santo.

As pontuais presenças de negros estrangeiros sugerem que as afirmações de Karash continuam válidas para as décadas seguintes a 1850. Como Ouvídia e Elvira, os endereços dados pelos detentos mostravam que eles moravam em meio à comunidade negra nas regiões centrais, possivelmente criando relações de amizade, e simultaneamente, concorrendo com os negros brasileiros no mercado de trabalho. Nos últimos anos do século XIX, porém, a presença de negros estrangeiros pode ter se tornado cada vez mais rara. Os últimos estrangeiros a serem citados nos livros de registros de presos foram o norte-americano William John, estivador, 49 anos, morador na Saúde que havia sido preso sob a acusação de ser vagabundo e desordeiro em 16 de dezembro de 1890; e Charles Andersen, outro marítimo, também norte-americano, preso em 5 de janeiro de 1891, sob acusação idêntica e residente à rua de São José.⁴²

⁴⁰ AERJ, Livro n °CD 72, s/n °, 1881.

⁴¹ AERJ, Livro n ° CD 72, s/n °, 1881.

⁴² AERJ, Livro n °3972, s/n °, 1891.

Nas fichas destes americanos estava grafado “vagabundos conhecidos”, o que indicava familiaridade com as autoridades policiais e um certo tempo de permanência na cidade. O local de morada de John, o bairro da Saúde, era a antiga região do Valongo, e apontava como a territorialidade negra estava próxima dos locais de trabalho, condição válida também para Charles que morava à rua de São José local próximo a região da Prainha no cais. Ainda que os migrantes negros do exterior não tivessem grande representação em termos numéricos, é interessante pensar porque pessoas de tão variadas procedências escolhiam o Rio de Janeiro para ser seu lar. Ouvídia, Elvira, Willian e Charles vieram e ficaram na cidade porque nela descobriram algo que possivelmente não existisse onde anteriormente estavam e que tinha seu poder de atração, pois a migração de negros perdurou por décadas.

As profissões de William e Charles ligavam-nos ao porto, situação esta que se repetia nas fichas de outros detentos negros e não negros. Maria Cecília Cruz observou a partir da formação das primeiras associações de estivadores que era maciça a presença de negros na organização e entre os operários estivadores. Eles não só foram bem sucedidos na primeira greve que realizaram, como lutaram para manter sob controle a gestão da mão-de-obra que prestava serviços no cais do porto. Embora o serviço fosse extenuante, a procura era grande, pois “no Rio de Janeiro do início do século o que não faltava era gente pobre sem qualificação à procura de emprego”⁴³.

⁴³ Maria Cecília Velasco e Cruz “Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café”. Rio de Janeiro, 1905-1930 In *Afro-Ásia* nº 24 Bahia, UFBA, pp. 243-289.

Vimos que, a partir da natureza das ocorrências que os migrantes iam à cadeia direta ou indiretamente por ações entendidas como vadiagem. Podiam ser vistos como vadios, mas viviam em algum lugar da cidade, certamente relacionavam-se com outras pessoas e tinham que fazer alguma coisa para viver, o que significa que não eram desocupados como queriam entender as autoridades.

O final do século XIX e o início do século XX foi um período pautado por projetos de repressão e enquadramento dos grupos pobres da população. Eles se faziam presentes em muitos lugares. Segundo Maria Stella Bresciani, as transformações ocorridas nas cidades européias no final do XIX trouxeram uma nova elaboração do espaço urbano que buscou coibir e disciplinar as classes trabalhadoras.⁴⁴ As reformas urbanas partiram da Inglaterra e influenciaram a França, que empreendeu um programa de demolições e construções entre 1853 e 1870, buscando embelezar a cidade de Paris a exemplo de Londres, com muitas praças e avenidas largas. Ora, todo esse processo desmembrou bairros tradicionais da classe operária e potenciais focos de revolta, uma lição valiosa aprendida pelos alunos da *Ecole Polytechnique*, lugar onde estudou Pereira Passos, futuro prefeito da cidade do Rio de Janeiro e executor das reformas

⁴⁴ “Paralelo ao crescimento e reurbanização das cidades, crescia o temor aos desvalidos e uma diferenciação entre os que tinham e não tinham direitos crescia: Nos textos ingleses do século XIX, a diferenciação entre os que têm direito à sobrevivência porque trabalham e os que são simplesmente mantidos vivos pela condescendência da sociedade é muito nítida. A classe trabalhadora se localiza dentro dos limites da sociedade, conquanto esteja ainda num nível de moralidade bem abaixo daquele das classes altas; os vagabundos estão fora dela por se recusarem ao trabalho”. Maria Stella Bresciani *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 4ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1987, p.81.

urbanas cariocas.⁴⁵ Segundo Larry Benchimol, Pereira Passos agia conjuntamente com o governo federal, atuando na demolição de prédios, abertura de avenidas, ajardinamento de praças e também com vistas a transformar os velhos costumes que “negariam ao Rio de Janeiro, a condição de “lugar civilizado””. A partir de decretos várias mudanças passaram a vigorar:

Comecei por impedir a venda pelas ruas de vísceras de reses, expostas em tabuleiros, cercados pelo vôo contínuo de insetos, o que constituía um espetáculo repugnante (...) tenho procurado pôr termo à praga dos vendedores ambulantes de bilhetes de loteria que, por toda parte, perseguiram a população, incomodando-a com infernal grita e dando à cidade o aspecto de uma tavolagem. Muito me preocupei com a extinção da mendicidade pública, o que mais ou menos tenho conseguido, de modo humano e eqüitativo, punindo os falsos mendigos, eximindo os verdadeiros à contingência de exporem sua infelicidade⁴⁶

Como se vê, o prefeito Pereira Passos buscava não só moldar a face urbana como também disciplinar os hábitos e costumes da população, de acordo com o ideal europeu de “civilização”. Neste sentido, a mendicidade era objeto de sua preocupação. Em 1903, um decreto proibiu a mendicidade pública na cidade do Rio de Janeiro. Não se tratava de resolver fenômenos como vadiagem e mendicância, mas de tirá-los da cidade para que eles não a enfeiassem. Nas

⁴⁵ Jeffrey D. Needel *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século* São Paulo, Cia das Letras, 1993, cap.1

⁴⁶ Jaime Benchimol, *Pereira Passos um Hausmann tropical*, pp. 277-278.

palavras de Larry Benchimol, o objetivo era simplesmente, extirpar da cidade, que se queria exibir para o estrangeiro como moderna e civilizada, essa chaga, essa “disfunção que a enfeava, limitando-se a enclausurar” os mendigos e vadios na delegacia ou num asilo⁴⁷.

Assim muitos migrantes negros e mesmo aqueles naturais da cidade que vagavam pelas ruas eram constantemente presos e encarcerados sob suspeita de serem mendigos ou vagabundos. Em termos jurídicos, as preocupações não se resumiam apenas em definir a ociosidade, mas também em dar cabo dela. Iniciativas como casas de caridade e reeducação para o trabalho feitas na Europa, e odiadas pelos que ali eram internados, foram reeditadas no Brasil como o surgimento da Colônia Correccional Dois Córregos no estado do Rio de Janeiro e também pelos hospícios.⁴⁸ Para Magali Engel as instituições asilares passaram por profundas mudanças com o advento da República. O Hospício de Pedro II por exemplo tinha como normas admitir indigentes, escravos de senhores sem recurso e marinheiros de navios mercantes e alienados que tivessem meios de pagar seu tratamento. A partir da primeira reforma republicana deveriam ser encaminhados para ali “todas as pessoas que, por alienação mental adquirida ou congênita, perturbarem a tranquilidade pública,

⁴⁷ Ibid., p. 279.

⁴⁸ Affonso D. Gama, *Código Penal Brasileiro*. 2ª ed., Livraria Acadêmica, 1890, p. 76

ofenderem a moral e os bons costumes, e por atos atentarem contra a vida de outrem ou contra a própria”⁴⁹.

A repressão à vadiagem no Brasil não era tarefa simples. Durante mais de três séculos, houve um “aviltamento do trabalho” relacionado ao caráter escravista da nossa sociedade, o que produzia uma idéia ambígua do que devia ser prescrito para os pobres e negros, e o que devia ser vivido pelos de condição mais afortunada. Tal restrição assumia então um duplo papel, buscando retirar da sociedade os indivíduos considerados indesejáveis e recolocá-los como cidadãos úteis trabalhadores, ou confiná-los em asilos de mendicidade.

Contudo, os negros migrantes paulistas da cidade do Rio de Janeiro demonstravam não aceitar o seu enquadramento em esquemas disciplinares e agiam com um entendimento muito próprio dos seus interesses, como foi o caso da paulista afro-descendente Maria das Dores. Em 1902, um processo foi aberto a partir da queixa de um casal de patrões contra a ex-empregada. Segundo Aristóteles de Souza, sua ex-empregada “a preta” Maria das Dores da Conceição trabalhava para ele e sua esposa, uma professora de escola pública, e nela depositavam inteira confiança:

Há dias atrás, sua esposa deu por falta de algumas peças de roupa de seu uso e ao pedir conta dos objetos a Maria das Dores, esta a insultou com palavras injuriosas e retirou-se da casa. O casal achou por bem deixar a situação daquela forma mas não obstante, a ex-empregada

⁴⁹ Artigo 13, decreto n.º 206 A, 15 de fevereiro de 1890 do Hospício Pedro II, Magali Engel, “A loucura na cidade do Rio de Janeiro: idéias e vivências (1830-1930)”, tese de doutorado,

*passou a ir a casa deles insultá-los e bêbada. Contra isso pediam providências.*⁵⁰

Ao prestar declarações na polícia, a versão de Maria das Dores revelou-se bem diferente. Segundo ela, não havia subtraído nada além de seus direitos, uma vez que não recebia pagamento há cerca de 3 meses. Acrescentava ainda que achava que a sua patroa estava acostumada a isso, pois era fato que “também estava em atraso com o aluguel e que Aristóteles não trabalhava e vivia às custas da mulher sendo falsa a afirmação dela ter ido insultar a mulher de Aristóteles pois todos os dias saia para trabalhar”.⁵¹ Contudo, a versão de Maria das Dores não foi considerada, sendo levada a julgamento à revelia. Foi condenada a três meses de prisão que não cumpriu por ter desaparecido. Entretanto, Maria das Dores não parecia se sentir intimidada, pois as testemunhas arroladas pelos patrões confirmavam que ela estava sempre na rua de seu antigo emprego.

É interessante observar neste caso, que Maria das Dores alegava ter pego peças de roupas apenas no valor montante do que lhe deviam. Em suas declarações apontava sua ação como um ato de direito, comparando-o indiretamente à situação um tanto embaraçosa de sua patroa. Ela afirmava sua inocência, pois esclarecia que se havia culpa, não cabia só a ela. Nos códigos de convivência social do início do século XX, a situação de Maria da Dores era

Campinas-SP, IFCH/Unicamp, 1995, vol.2, pp. 345-346.

⁵⁰ AN, Maria das Dores, 1902, n.º 172.

⁵¹ *Ibid.*, fl.5.

constrangedora para seus patrões, tanto que somente prestaram queixa quando a situação tornou-se pública, através dos insultos feitos pela ex-empregada.

A história de Maria das Dores e o posicionamento singular que ela assumiu frente aos seus patrões e ao juiz, afirmando o que ela entendia como seus direitos, remete-nos às estratégias dos escravos quando buscavam negociar condições melhores de vida e a liberdade. Essa situação poderia ser diferente se ela tivesse acontecido em uma cidade pequena, onde a conformação física e social mais estreitas poderiam ser mais intimidadoras para Maria das Dores como por exemplo na cidade de Campinas, no interior de São Paulo, onde vimos que se manifestavam claramente práticas racistas. Uma cidade com as características do Rio de Janeiro, no entanto, permitia que histórias como essa pudessem repetir-se nas suas relações cotidianas. Portanto, ainda que não ocorressem grandes mudanças de comportamento por parte dos patrões cariocas em relação aos negros, migrar para esta cidade dava ao liberto e afro-descendente paulista uma liberdade de ação que dificilmente poderia acontecer em pequenas localidades do estado de São Paulo.

Uma babel negra: libertos no Rio de Janeiro.

A palavra babel remete-se ao termo bíblico *torre de Babel*, descrita “Gênesis” como uma torre construída pelos homens para chegar aos céus. Deus, então, ao ver a construção que os homens faziam, impediu-os

confundindo suas línguas que até então era única e assim, por causa da confusão que ocorreu no lugar ele foi chamado de Babel.⁵²

A simbologia da linguagem serve-nos de analogia com a profusão de origens dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1880 e 1920. Observando os dados da Casa de Detenção de 1881 e 1891, percebemos que a presença de migrantes negros manteve-se constante após a Abolição sofrendo uma leve diminuição após a lei Áurea. Em 1881 encontramos 61 detentos migrantes que representavam 18,56% da população de detentos, e 60 detentos ou 17,14% em 1891.⁵³ Contudo, estes dados não são eqüitativos. Em dez anos, os negros estrangeiros deixaram de ser tão freqüentes nas fichas policiais, mas em compensação outros estrangeiros brancos, como espanhóis, portugueses, italianos, passaram a ser fichados, assimilando a vinda deles para o Rio de Janeiro. É plausível pensar que uma diminuição da migração negra estrangeira para a cidade não deixaria de levar em conta o mercado de trabalho que se tornava, nesta fase, altamente competitivo. Além disso, aos negros que ficavam havia um aprendizado de como sobreviver na cidade, usando de estratégias para livrar-se da polícia, isto é, procedimentos que só a experiência legava, como as horas para sair, o que dizer para não ser preso, declarar endereço, enfim recursos que pudessem evitar o cerco policial. Não devemos

⁵² “Gênesis”, cap. 11 In *A Bíblia Sagrada*, 44^a ed., São Paulo, Ed. Ave Maria, 1984.

⁵³ Estas porcentagens são calculadas a partir do total de fichas que cada livro da Casa de Detenção comportava, cerca de 250 registros de prisões. Devido à falta de conservação adequada, existem livros que não puderam ser consultados ou simplesmente não estão disponíveis para todos os meses do ano, havendo inclusive anos onde não há mais um único registro legível. Escolhi estes dois anos por dispor de dados anuais completos.

subestimar a tessitura de relações de toda ordem, como relações de amizade dessas pessoas com os demais habitantes da cidade.⁵⁴

Observando a tabela abaixo, vemos que era alto o número de migrantes que não declarava endereço. Isto poderia significar uma chegada recente que dava a condição de provisoriedade, ou ainda, uma estratégia desenvolvida a fim de não ser encontrado, caso fosse procurado pela polícia.

⁵⁴ Sobre a questão da formulação das estratégias de sobrevivência nas ruas da cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX, existem estudos como Carlos Eugênio L. Soares *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*, Secretaria Municipal de Cultura, 1994; Thomas Holloway. *A Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997 e outros trabalhos anteriormente citados como: Mary Karasch, Sidney Chalhoub, Hebe Mattos e Leila Algranti.

Tabela 1 – Freguesias de moradia de migrantes paulistas negros nos anos de 1881 e 1891

Freguesias	Moradores/Detentos	
	1881	1891
	No (%)	No (%)
São José	02 (3,3)	01 (1,7)
Santa Rita	02 (4,9)	03 (5,0)
Santana	15 (24,7)	19 (31,8)
Espírito Santo	01 (1,6)	02 (3,3)
Sacramento	04 (6,6)	02 (3,3)
Engenho Velho	01 (1,6)	02 (3,3)
Candelária	01 (1,6)	03 (5,0)
Engenho Novo	—	02 (3,3)
Glória	—	03 (3,3)
Santo Antonio	—	03 (3,3)
Não Declarados	33 (54,1)	22 (36,7)
TOTAL	61 (100)	60 (100)

Fonte : Livros nº C 72 de 1881 e 3985 de 1891 da casa de Detenção

Os dados da tabela acima mostram que a freguesia de Santana era o local preponderante de habitação de migrantes detentos, quando comparamos os dados sobre as demais regiões, como Glória, Candelária, Engenho Novo,

São Cristovão e Santo Antonio. Em 1881, Santana, Sacramento e Santa Rita concentravam o maior número de endereços de migrantes, enquanto os dados de 1891 evidenciam que os migrantes já estavam espacialmente mais distribuídos, apontando para um processo de interiorização nas áreas da cidade do Rio de Janeiro. O crescimento da cidade em direção à periferia fortaleceu-se após 1870 com o forte crescimento demográfico e também devido aos problemas de abastecimento de água⁵⁵. O crescimento em direção às periferias não alterou significativamente a densidade populacional das áreas centrais da cidade, uma vez que só os que possuíam uma boa e estável remuneração poderiam mudar para os novos bairros. Além disso, as regiões centrais continuavam oferecendo as maiores possibilidades de trabalho.

Em 1868, Santana concentrava parte dos cortiços existentes na cidade, 154 num total de 842. A região reunia órgãos como Ministério da Guerra e sede do Exército, a estação da Estrada de Ferro Central do Brasil e os ramais férreos que iam dali até Santa Cruz, à época uma freguesia rural.⁵⁶ Segundo Eulália Lobo, nesta freguesia concentravam-se as atividades fabris e artesanais, havia um ativo comércio varejista, fontes diversificadas de emprego, bons motivos, enfim, para ali fixar moradia.⁵⁷ Com as ampliações do cais, pessoas que

⁵⁵ Maurício A. Abreu *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*, p. 81.

⁵⁶ Há pequenas variações nos números que atestam este crescimento. O Censo de 1906 traz a cifra de 67.533 pessoas e Noronha Santos diz que Santana tinha 68.500 pessoas o que bem pode ser um arredondamento dos números do Censo. Ver Noronha Santos. *As Freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1965.

⁵⁷ Eulália M. L. Lobo . *História do Rio de Janeiro (da capital comercial ao capital industrial e financeiro)* Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, 2 vol.

moravam ao redor daquela área como a Prainha, transferiram-se para Santana que abrigou a prefeitura municipal e Cidade Nova, atual sede da administração da cidade. Estes bairros adquiriram importância por serem verdadeiros espaços culturais afro-brasileiros, e atuaram como veremos depois, como locais de recepção de migrantes baianos. Porém, antes de explorarmos as múltiplas faces destes locais na cidade do Rio de Janeiro, é preciso lembrar da anterioridade da construção de um espaço físico e de grande conotação simbólica que foi a cidade negra:

A cidade negra é o engendramento de um tecido de significados e de práticas sociais que politiza o cotidiano dos sujeitos históricos num sentido específico- isto é, no sentido da transformação de ventos aparentemente corriqueiros no cotidiano da relações sociais na escravidão em acontecimentos políticos que fazem desmoronar os pilares da instituição do trabalho forçado (...) em suma, a formação da cidade negra é o processo de luta dos negros no sentido de instituir a política- ou seja, a busca da liberdade- onde antes havia fundamentalmente a rotina.⁵⁸

Esta resistência cotidiana em tempos de escravidão criou uma negociação por espaços, que mesmo não tendo sempre alcançado sucesso teve um importante papel na obtenção de uma maior liberdade de movimento por

⁵⁸ Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade*, p. 186.

parte dos escravos. Assim, a existência de espaços culturais e de trabalho da comunidade afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, davam continuidade às conquistas dos escravos ao longo do século anterior.

Em estudo sobre a construção cultural afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro, Roberto Moura encontrou Hilária Batista de Almeida, mais conhecida como Tia Ciata. Ela era uma afro-descendente baiana que chegara no Rio de Janeiro em 1876, com 22 anos. Ela e seu marido João Batista da Silva moraram na rua da Alfândega e depois na rua Visconde de Itaúna, próximo à praça Onze de Junho, na Cidade Nova. Além de quituteira famosa, Ciata era uma ialorixá, sacerdotisa do candomblé. Graças ao emprego do marido no gabinete do chefe de polícia, suas festas e ritos religiosos estavam livres das interferências das batidas. Sua casa foi um reduto para os que chegavam da Bahia em busca de uma vida melhor na cidade do Rio de Janeiro:

*Negros baianos livres, principalmente das nações sudanesas, em busca de uma sociedade mais aberta onde pudessem se afirmar, superando os traumas da escravidão. Os primeiros que conseguem uma situação na capital, um lugar para morar e cultuar seu orixás e uma forma de trabalho, não hesitam em fornecer comida e moradia aos que vão chegando, o que permitiu um fluxo migratório regular até a passagem do século, garantindo uma forte presença dos baianos no Rio de Janeiro.*⁵⁹

Na extensão das ruas dos bairros de Santana e Cidade Nova recriava-se nos dizeres de Moura, uma pequena África. Além da riqueza cultural reunida naquela comunidade, o espaço era uma prova de que os migrantes não vinham aleatoriamente, mas a partir dos laços de parentesco, amizade, notícias dos entes queridos que inclusive eram apoio na procura de empregos na nova cidade. No porto, por exemplo, criaram-se as primeiras organizações de trabalhadores onde os negros respondiam pela diretoria da organização e marcavam presença entre os afiliados. Ali os laços de origem, parentesco e religiosidade levavam ao emprego muitos contrerrâneos conhecidos.

A primeira agremiação foi a Sociedade da Resistência dos Trabalhadores em Trapiche de Café. Segundo o depoimento de Bucy Moreira, neto de tia Ciata, ele teve mais de vinte primos na estiva, conferentes e estivadores⁶⁰ e baianos, o que nos dá a idéia da importância dos laços de amizade na recepção e arranjo de formas e sobrevivência no Rio de Janeiro .

Em uma outra mostra onde foram levantados os dados de todos os negros migrantes nos meses de julho e agosto de 1894,⁶¹ período particularmente de grande incidência de ocorrências com migrantes negros, pudemos observar a forte presença dos baianos na composição da população carcerária. É o que se vê na tabela abaixo, a qual se baseou nos meses de maior índice de prisão neste ano:

⁵⁹ Roberto Moura *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1995, p.86.

⁶⁰ Ibid., p.71.

⁶¹ AERJ, 1894, livro n º 5628.

Tabela 2 – Distribuição de detentos negros migrantes de acordo com a sua procedência, nos meses de julho e agosto de 1894

Procedência	Moradores/Detentos	
	Número	Porcentagem
Ilha de São Tomé	1	2,0
Minas Gerais	4	8,2
Pernambuco	4	8,2
Sergipe	2	4,1
Rio Grande do Norte	2	4,1
Cabo Verde	5	10,2
Rio Grande do Sul	5	10,2
Ceará	1	2,0
Maranhão	1	2,0
Bahia	14	28,6
São Paulo	8	16,3
África	2	4,1
Total	49	100

Fonte: Livro de registro de detentos n.º 5628 da Casa de Detenção da Corte

Não seria inverossímil pensar que existissem outras tias Ciatas, isto é, outras comunidades de migrantes negros que recebiam seus conterrâneos, e a partir de arranjos desta comunidade conseguissem espaços e meios de

sobrevivência. Assim, poderia haver uma comunidade de migrantes negros paulistas, onde aqueles que haviam vindo antes, recebiam os amigos e parentes, proporcionando um teto e até arranjos de trabalho, o que podemos deduzir na sugestiva presença paulista apontada pelos números apresentados na tabela. Esta hipótese será retomada ao analisarmos os endereços dos libertos e afro-descendentes paulistas.

Embora fossem presença costumeira nas ruas do Rio de Janeiro, os negros escravizados ou livres sempre foram objeto de atenção por parte das autoridades, situação observada por Leila Algranti já no início do século XIX⁶². Ao estudar a polícia na cidade do Rio, Thomas Holloway mostrou que este era um tema recorrente entre os grupos dirigentes desde a formação da polícia em 1830. Devido às agitações do período, neste mesmo ano foi criada a Guarda Municipal que passou a ser Corpo Militar da Polícia da Corte em 1866, e finalmente em 1920 a Polícia Militar. Em 1831, criou-se um corpo auxiliar, a Guarda Nacional. Cabia porém à Guarda Municipal, o dever de patrulhar a cidade dia e noite, e controlar a multidão. Os guardas desta corporação eram considerados bastante truculentos, especialmente com os grupos mais pobres, onde situava-se a população negra, sendo reconhecido seus excessos mesmo pelos seus integrantes:

Acontecendo por vezes ter eu mesmo presenciado pancadas dadas pelas rondas municipais em pretos, quando nenhum artigo das instruções, pelas quais se devem regular, dá-se tal autoridade, cumpre a V.Me. lhes

*faça constar que serão severamente punidos, com tal rigor da lei, se de qualquer maneira ofenderem a pessoa alguma, ou esta seja livre ou escrava, competindo-lhes somente prendê-las, quando estejam compreendidas em alguns dos artigos das ditas instruções...*⁶³

Esta situação foi agravada com o surgimento de leis de caráter mais restritivo, a partir de 1890 quando buscaram inibir os negros nas ruas. Em 1891, no Engenho Velho, um homem negro de nome Francisco de tal foi espancado barbaramente, por dois guardas com sabres, vindo em decorrência dos ferimentos a falecer⁶⁴. O motivo alegado pelos guardas teria sido uma tentativa, por parte da vítima, de tomar o sabre de um dos policiais. O excesso de violência foi tamanho que mesmo as testemunhas, que em geral não queriam se identificar, falaram ao jornal *Gazeta da Tarde*, tecendo duras críticas à polícia.⁶⁵ O reconhecimento do excesso de violência por parte das autoridades que denunciaram seus subordinados, somado às manifestações da população, apontavam para o cerceamento sofrido pelos negros e pobres, um ano após a criação do Código Civil.

⁶² Leila M. Algranti *O feitor ausente*, cap.2.

⁶³ Apud. Thomas Holloway, *Polícia na cidade do Rio de Janeiro*, p. 95.

⁶⁴ AN, Francisco de tal, 1891, n.º 4.

⁶⁵ A referência da notícia divulgada pelo jornal foi citada pelo promotor, à folha 4 do processo Francisco de tal, n.º 4.

Mesmo antes que o Código surgisse, observa-se nos dados relativos à prisão, um especial empenho em prender pessoas que praticavam “desordens”, e que eram consideradas vadias, motivo principal de prisão entre os negros. Porém nos dados de 1881, dos 350 presos fichados, menos de 20% (64 detentos) eram negros o que em princípio desmente a idéia de que eles eram os que mais praticavam contravenções. Na verdade, as contravenções pareciam cerceá-los. Eram presos por estarem na rua à noite, por estarem bebendo, comemorando, enfim eles poderiam ser enquadrados nas mais diversas ações cotidianas. A atuação repressiva da polícia contudo, não conseguia controlar a presença dos negros, embora ela seguisse tentando arregimentá-los à força ou enviando-os para instituições disciplinares.

Tanto Roberto Moura quanto Martha Abreu apontam as festas religiosas católicas como espaço de reelaboração de ritos afro-brasileiros. Eram festas altamente concorridas por constituírem espaços de sociabilidade e lazer da comunidade negra. Nas festas em honra ao “Divino Espírito Santo”, escravos e libertos faziam suas homenagens ao padroeiro e também dançavam o lundu, tocando seus batuques, mesclando práticas religiosas afro-brasileiras com profanas em uma festa religiosa católica. Embora as queixas por parte das autoridades municipais existissem, e por alguns anos, as comemorações religiosas deixassem de ser realizadas, as manifestações favoráveis a elas mantiveram-se presentes, indicando a existência de um espaço de negociação entre a comunidade católica e os devotos afro-brasileiros⁶⁶, o que se deu até o

⁶⁶Martha Abreu *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro 1830-1900* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, caps. 1 e 4.

início do século XX. Ainda que houvesse tentativas de apagamento da memória das lutas pela liberdade ensejadas pela cidade negra, assim como de manifestações afro-brasileiras como a festa do Divino, existia também um movimento em direção contrária que lutava para a preservação desses espaços da cultura afro-brasileira.

A presença de migrantes negros indicava que a cidade tinha seu lado bom também para eles, e condições que a faziam um lugar muito estimado pelos negros dos mais diversos lugares do Brasil e também de outros países no período pós-abolição. Ali pareciam encontrar possibilidades de preencher suas expectativas com relação à vida em liberdade, negociando espaços culturais e reelaborando festas como a do carnaval ou do Divino. Estabelecer alianças era um passo importante para obter respeito junto à sociedade. Foi o caso de Ciata e Wenceslau Brás, relatado por Roberto Moura. Ciata foi procurada por um conhecido que pediu a ela como ialorixá, que curasse o então presidente Wenceslau Brás de um equizema. Ela deu uma receita seguida fielmente pelo presidente que foi curado em três dias. Como forma de agradecimento, ele perguntou o que Ciata queria, ao que ela respondeu que para ela nada, mas gostaria de um emprego para o marido, no que foi prontamente atendida.⁶⁷

A estratégia de Ciata rendeu-lhe a colocação do marido em um lugar privilegiado, o gabinete do chefe de polícia, o que lhe proporcionou uma melhor situação e respeito da comunidade e dos colegas da própria instituição. Sua residência era uma das raras casas da comunidade da Cidade Nova, que podia

⁶⁷ Roberto Moura, *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*, p. 97.

fazer festas sem ser incomodada. Nenhum dos negros que morava na cidade, sobretudo aqueles que tinham vindo morar nela, ignorava que era importante estabelecer algumas alianças com a classe dominante, e Ciata demonstrou como ninguém, que conhecia esta lição.

Liberdade e intolerância: os afro-descendentes paulistas no Rio

Aos 30 dias do mês de 1907, cidade do Rio de Janeiro, adentrava à delegacia do 17º Distrito Policial conduzida pela guarda a preta⁶⁸ Josefa Maria da Conceição presa às 8 horas da noite mais ou menos por perambular em estado embriaguez andar implorando a caridade pública na Muda da Tijuca.⁶⁹

Assim começava o processo da ré Josefa Maria da Conceição, filha de libertos, paulista, recolhida à Delegacia do bairro da Tijuca. Presa por embriaguez e por perambular constantemente nas ruas, Josefa era acusada pelo policial e testemunhas arroladas, de estar costumeiramente neste “estado deplorável”. As acusações indicavam a reprovação a dois comportamentos: estar bêbada e andar sem destino certo. Tanto a acusação de excesso de bebida, quanto a de vadiagem, indicavam reprovação a comportamentos que

⁶⁸ Expressão usada pelo escrivão no livro que lavrava a prisão de Joana Maria da Conceição, 1907, processo 4859.

⁶⁹ A.N. Maria da Conceição, 1907, processo n ° 2521.

comprometiam os projetos de disciplinarização daqueles que eram pensados tão somente como “braços para o trabalho” em potencial pelos grandes proprietários e seus representantes políticos. O contínuo cerceamento e disciplinarização da população negra e pobre visava coibir condutas vistas como transgressoras e imorais pela elite governante.

Como já vimos, segundo Magali Engel, antes mesmo da criminalização da vadiagem, os comportamentos considerados perigosos como o de bêbados e loucos já eram submetidos a práticas de exclusão.⁷⁰ Pelo Código Criminal de 1830, condutas que ofendessem a moral e bons costumes (art. 280), vadiagem e mendicância (arts. 295 e 296) poderiam motivar a prisão. Após 1890, estas condutas foram criminalizadas e as internações nos hospícios e cadeias aumentaram sensivelmente.⁷¹

Assim perante a lei, Josefa desrespeitava os códigos existentes que puniam a embriaguez nas ruas e também a enquadravam a partir de suas andanças pelas ruas, como vagabunda, o que era atestado pelos comerciantes da rua onde fora presa. Segundo as declarações dos mesmos, Josefa incomodava a freguesia com suas bebedeiras e seu estado de abandono.

Inquirida pelo delegado, ela refutou as acusações dizendo ter profissão e meio de vida. Era viúva, com 25 anos e perdera o marido há um mês mais ou menos no bairro do Realengo. Dizia não ter mais residência, dormindo às vezes

⁷⁰Magali Engel “A loucura na cidade do Rio de Janeiro”, 2º vol., cap.4.

de favor, em casas em que pedia agasalho, e às vezes permanecendo ao relento, dormindo em capinzais. O último endereço de Josefa, o bairro do Realengo que ficava nos subúrbios da cidade era bastante longe do bairro da Tijuca, onde fora presa e indicava um possível conhecimento espacial da cidade ou uma estratégia para não ser enquadrada como vadia. Neste sentido, a fala de Josefa era cheia de referências de uma moradora, mas as suas memórias do bairro do Realengo ligavam-se apenas à vida com marido. Josefa não falava de outras relações de amizade, pois dizia ter-se mudado imediatamente após a morte do marido.

Em princípio, a precária situação da ré explicava-se pela viuvez que a abalara, e de algum modo, a privava de casa e emprego. Aparentemente sem opções, ela vagava pelas ruas. Interrogada um dia depois de sua prisão, Josefa alterou algumas de suas declarações. Dizia ter há mais ou menos um mês fugido dos maus tratos do amásio que, em verdade, não morrera. Ela havia sido surrada por ele numa briga de casal e resolvera fugir após terminar sua relação amorosa. Achando ser mais fácil encontrar emprego na Tijuca, bairro mais próximo do centro, veio para ali onde, apesar de seus esforços, não conseguiu emprego. Quanto ao fato de beber, ela dizia fazê-lo para se aquecer, uma vez que dormia sob as intempéries, o que nunca havia feito antes.

Da história da migrante paulista Josefa emergiam alguns aspectos de sua vida na cidade do Rio de Janeiro. Ela havia definido algumas estratégias que até

⁷¹ Um relatório do ano de 1894, dizia que em cinco décadas haviam sido recolhidos ao Hospício Pedro II 6.040 doentes e entre 1890 e 1894 haviam sido internados 3.201 doentes no Hospício

então vinham viabilizando sua sobrevivência na cidade. Criara um vínculo afetivo com um amásio, com quem dividia um espaço de habitação. Estabelecera, portanto, condições mínimas para viver no Rio de Janeiro. Outras estratégias também podem ser identificadas, tanto a fuga do amásio que lhe infligia maus tratos, como a afirmação na delegacia de que ele havia morrido. A estratégia usada por Josefa de dizer que era viúva era uma forma original de livrar-se dos constrangimentos de ser presa como vagabunda e, simultaneamente, tentando causar uma certa compaixão nas autoridades. Outro recurso usado por ela era o de escolher o bairro da Tijuca, na zona norte, como lugar para morar e obter emprego. Região próxima dos bairros industriais como São Cristóvão, a Tijuca apresentava um comércio diversificado e era habitado pelas classes médias da população. Morar próximo a um local que pudesse ser ao mesmo tempo fonte de emprego era um anseio comum da população pobre que vivia na cidade, como vimos anteriormente. Essa população pobre espremia-se em cortiços, na região central, próximos das docas e do centro, para livrar-se dos problemas de locomoção, freqüentes para quem morava no subúrbio e dependia de transportes urbanos.

Percebia-se nas ações de Josefa, a busca de uma vida independente, longe de um tratamento por ela julgado desrespeitoso, assemelhando-se às saídas de muitos libertos que deixavam os lugares onde anteriormente haviam sido maltratados como escravos. Buscar um lugar livre das lembranças de humilhações sofridas num espaço geograficamente distinto, e recriar novas

relações, eram ações constantes na vida dos libertos, seja no Caribe inglês ou no sul dos Estados Unidos, seja no Brasil, como parecia ser o caso de Josefa.⁷² Desse modo, percebe-se que a história de Josefa apontava para a presença de projetos de vida distintos para os descendentes dos escravos: de um lado aquele pautado pelo comportamento disciplinado e esperado pelos ex-senhores e de outro, aquele adotado pelos afro-descendentes. Sobre isso Eric Foner sintetizou:

*Os negros podem não ter sido 'homens racionais do ponto de vista econômico' no sentido entendido pelos economistas clássicos (isto é, trabalhadores assalariados e disciplinados), mas isso não refletia uma aversão ao trabalho, mas sim o desejo de trabalhar sob circunstâncias de sua própria escolha.*⁷³

Embora a vida nas ruas fosse privada de condições básicas como um teto e um mínimo de conforto, Josefa parecia preferir as inseguranças desta condição a retornar a vida anterior. Nos dados referentes ao registro de sua identidade, o que se sobressaía antes de qualquer outra informação era sua identidade étnica, comprovado no termo “preta”, comum aos meios jurídicos e policiais da cidade do Rio de Janeiro e também em São Paulo.

⁷² Sobre as movimentações de ex-escravos no Caribe inglês e no sul dos Estados Unidos, ver Eric Foner *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 40.

⁷³ *Ibid.*, pp. 43-44.

A prisão de Josefa, somada a inúmeras outras de ex-escravos e afro-descendentes, entre o pós-abolição e início de século XX, acontecia em um momento de concretização de projetos de embelezamento e saneamento urbano e de afirmação do regime político republicano. Através de projetos de embelezamento buscava-se dar à cidade um porte europeu e solucionar os principais problemas que a impediam de ser considerada lugar civilizado e símbolo da República.

Para erradicação dos problemas mais graves, como as epidemias, concedeu-se poderes ditatoriais a personagens da ciência e da política como Oswaldo Cruz e Pereira Passos, o qual governou quase seis meses com a Câmara Municipal fechada.⁷⁴ Paralelo a tudo isso, buscou-se através do Código Civil impor uma disciplina *espacial, física, social, ética e cultural* à população, sobretudo a mais pobre da qual fazia parte a população negra migrante. Desse modo, Josefa fora presa por infringir o artigo 399:

*Deixar de exercer profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência para meio de ocupação proibida por lei manifestamente ofensiva da moral e bons costumes pena prisão celular de 15 a 30 dias.*⁷⁵

⁷⁴ José Murilo de Carvalho *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi* 3ª ed., São Paulo, Cia das letras, 1996, cap. 4, Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, São Paulo, Brasiliense, 1986, cap 1.

⁷⁵ Affonso D. Gama *Código Penal Brasileiro*, p. 459.

A prisão de pessoas por vadiagem era corrente desde 1830, e regulada através de posturas, porém, segundo os registros da Casa de Detenção, nunca se usou tanto este motivo para prender como a partir de 1890⁷⁶. As muitas prisões, quando chegavam a julgamento, redundavam em ações improcedentes, isto é, não se conseguia concretamente comprovar as condições que caracterizavam o vadio⁷⁷. Foi o que aconteceu no caso da sentença dada pelo juiz no caso de Josefa, cuja história vimos anteriormente:

*Visto que a ré não tem antecedentes criminais e que o depoimento das testemunhas não induzem a convicção de que a ré seja vagabunda e sua responsabilidade criminal não está provada julgo improcedente a acusação e absolvo a ré da contravenção que lhe foi intentada.*⁷⁸

É interessante notar que o Código admitia que ausência de profissão declarada, ou mesmo a simples acusação de vagabundagem, não violava nenhum preceito legal, nem produzia dano ou risco à sociedade. O que imputava culpa era o fato de o sujeito tentar sobreviver à custa da comunidade.⁷⁹ Isso causava algumas divergências entre o poder policial e o

⁷⁶ Em um estudo comparado pudemos perceber que desde a fundação da Casa de Detenção em 1860 até 1890, os motivos de prisão registravam as normas infringidas como embriaguez, desordem, luta corporal, vadiagem entre outros. Portanto, a vadiagem era uma das causas e não compreendia uma série de comportamentos considerados infratores. As mudanças, possivelmente estejam ligadas à Abolição da escravidão.

⁷⁷ Isto pode se averiguado em cerca de duzentas ações analisadas que envolviam migrantes negros e negros naturais do Rio de Janeiro do Fundo do Poder Judiciário do Rio de Janeiro das pretorias que cobriam as áreas centrais da cidade, onde a maioria dos réus foi absolvida.

⁷⁸ Josefa Maria da Conceição, 1907, n.º 2521, T8, fls. 14-15.

⁷⁹ Vicente Piragibe. *Dicionário de Jurisprudência Penal do Brasil*, p. 46.

aparato jurídico até 1893, quando ficou definido juridicamente o que vinha a ser um vagabundo:

*O indivíduo que não estando sujeito ao poder paterno ou sob a direção de tutores ou curadores, sem meios de subsistência, por fortuna própria ou profissão, arte ou ofício, ocupação legal e honesta em que ganhe a vida, vagar pela cidade na ociosidade.*⁸⁰

Com exceção da redefinição da idéia de ganhar a vida em uma *ocupação honesta*, reafirmou-se tudo o que já havia sido definido em 1890. Em outros países, os vadios também eram preocupação das autoridades, um problema dos grandes centros urbanos nacionais e internacionais. No Congresso Internacional de Direito Privado, realizado em Paris em 1893, exortavam-se os cuidados para com a infância abandonada de forma a evitar a vagabundagem⁸¹.

No Brasil, a preocupação com a vagabundagem pode ser verificada nos Relatórios da Estatística Policial e Criminal de 1910, apresentados ao chefe de Polícia do Distrito Federal, Aureliano Araújo Leal. Neles relatavam-se a natureza dos crimes ocorridos nos distritos policiais. No ano de 1910, por exemplo, foram cometidos 2.089 crimes, sendo que a vagabundagem constava como líder no número de autuações.⁸²

⁸⁰ Ibid., p.153.

⁸¹ Vicente Piragibe. *Dicionário de Jurisprudência Penal do Brasil*, pp. 153-159.

⁸² *Estatística Policial e Criminal de 1910 apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Aureliano de Araújo Leal, Chefe de Polícia do Distrito Federal*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915.

É preciso observar que a diferenciação entre um cidadão e um vagabundo era feita a partir da interpretação pessoal e, portanto subjetiva dos policiais. Assim, se alguém parecia ser vagabundo prendia-se primeiro e verificava-se depois. Neste sentido, os negros levavam desvantagem por terem sido associados historicamente aos suspeitos e perigosos pela condição de escravo.

A situação de Josefa aparentemente tornava sua condição frágil; dormindo ao relento, bebendo durante o dia, aspectos que em tese, a distanciavam da possibilidade de ser uma trabalhadora. Acrescia-se ao fato, sua origem étnica e as queixas dos comerciantes da rua que ela freqüentava. Por outro lado, ela deixava entrever seu empenho em viver a vida ao seu próprio modo. Assim, vemos que embora os projetos de disciplinarização da população pobre e negra estivessem em curso, eles estavam longe de conseguir obediência da parte das pessoas visadas.

Vadiagem era um dos principais motivos das prisões dos ex-escravos e afro-descendentes que haviam cruzado as fronteiras estaduais de São Paulo para a cidade do Rio de Janeiro, mas não era o único. Mas é importante observar que a “vadiagem” era um termo policial largo o suficiente para abarcar as mais diversas atividades do cotidiano popular, tais como a capoeira e as festas. Em 26 de março de 1888, foi preso o liberto Domingos Jacintho da Conceição acusado de ser chefe de capoeiras do cais. Com 48 anos de idade, ele afirmou ser cozinheiro, nascido em São Paulo. Contra ele nada foi

encontrado e Domingos foi solto em 3 de abril de 1888.⁸³ Nos anos posteriores ser preso como capoeira passou a ser considerado um motivo bem mais grave. Em 22 de junho de 1902, José da Silva, outro paulista foi preso por ser capoeira, sendo encaminhado para a Colônia Correccional⁸⁴.

Dois outros casos ocorridos em 1904 permitem visualizar o modo como as festas de migrantes podiam ser autuadas como expressões de “vagabundagem”, mesmo quando realizadas no interior de suas casas. O primeiro deu-se na casa à Rua da Misericórdia, 18. Ali moravam João dos Santos um padeiro de 22 anos, preso por desordem, Avelino Carlos de Oliveira trabalhador, de 26 anos, João Barbosa um quitandeiro de 19 anos, Manoel Pedro Correia, Eloy de Souza de 26 anos, carroceiro. As fichas foram feitas em seqüência, o que possibilita entender que haviam sido presos juntos, todos por desordem e com instrumentos musicais como violões e bongôs. Negros migrantes de outros lugares também estavam no mesmo endereço, foram presos mas nenhum deles declarou a rua da Misericórdia como seu endereço, o que permite entender que ali poderia ser um local de encontros festivos e

⁸³ Livro n °4311, s/n °, 1888.

⁸⁴ A capoeira tinha uma longa história de amor e ódio entre as autoridades. Surgida no século XIX e até possivelmente antes, ela foi o que Carlos Eugênio Líbano Soares definiu como “canal expressivo da resistência escrava”, e por isso, vítima permanente da violência senhorial e policial. Com a Guerra do Paraguai, quase não se ouvia notícias sobre esta prática até porque havia caça de voluntários pela cidade e os capoeiras eram o “alvo predileto”. Com o fim da guerra, grupos de capoeiras como a “Flor da Gente” passaram a ser chamados para força-tarefa de grupos políticos conservadores. Entre 1885 e 1888, houve um período de trégua, onde capoeiras e polícia praticamente se mesclaram, o que explicaria a relativa brandura da pena para alguém que era acusado de chefe de uma malta de capoeiras em 1888. Contudo, durante a República, a situação recrudescceu e, por meio de uma série de leis repressivas contra a capoeiragem instituíram-se penas que poderiam chegar até três anos, além do recolhimento a colônias penais ou territórios longínquos como o Acre. Ver Carlos Eugênio L. Soares *A negregada instituição*, p.7.

musicais. Nenhuma mulher, no entanto foi presa, e talvez, por não aceitarem a ingerência policial aqueles homens acabaram presos, pois João dos Santos e João Barbosa. foram acusados de também agredirem policiais.

Nos anos seguintes a rua da Misericórdia continuou a ser citada como endereço de outros presos, mas não mais daqueles de 1904. Talvez, tendo passado um período na prisão, eles se ressentissem da história e não mais quisessem se envolver com este tipo de reunião. É possível, porém, que as festas continuassem, tendo eles aprendido estratégias para se divertir sem serem importunados, ou ainda, estabelecido alianças com as autoridades policiais, cujos integrantes de menor patente também faziam parte da população pobre.

O outro caso de 1904 deu-se à rua da Prainha nº 40. No dia 28 de abril, foram presos e declararam ali morar vários negros migrantes paulistas: Joaquim Rodrigues, de 24 anos, estivador; Marcelino Ângelo Moreira, 23 anos, cozinheiro; Galdino Tebas, carroceiro de 32 anos e Manoel Teles de Menezes, pedreiro, 28 anos. Também estava presente no mesmo endereço o trabalhador Gabriel Antonio Dias, de 30 anos, e Antonieta Maria Vitória de 26 anos, lavadeira, que morava no Morro da Favela.⁸⁵ Com eles também foram apreendidos instrumentos musicais. Ao ser presa, Antonieta estava nua.

Tanto a rua da Misericórdia, como a rua da Prainha, eram endereços que até o século XIX, correspondiam a áreas de prostituição ou, de acordo com

⁸⁵ Livro 6231, s/n °, 1904.

Magali Engel, do *baixo meretrício*.⁸⁶ No entanto, diante das dificuldades de obtenção de moradias e as demolições promovidas pelo poder público, havia nestas áreas centrais muitas habitações familiares, cortiços e um vasto comércio. A reunião de tantas pessoas de uma mesma origem indicava um provável endereço de uma pequena colônia paulista. Esse episódio parece reforçar a hipótese de um agrupamento paulista, tal como a comunidade dos baianos, e local provável de recepção dos conterrâneos que ali chegassem. Somava-se ainda às características dos detentos, o fato de serem jovens e solteiros, condições que apontavam disposição e disponibilidade para encarar um reinício de vida em um novo lugar. Este tipo de migração direcionada a partir do incentivo de outros conterrâneos é um assunto bastante explorado na historiografia norte-americana e conhecido como migração em cadeia ou *chain migration*.⁸⁷

Um outro endereço citado como residência de migrantes negros paulistas por diversas vezes, porém, por detentas paulistas, era a rua do Núncio. Esta rua era também citada pelos cronistas como área de prostituição. No dia 29 de julho de 1889, a liberta Deolinda Maria da Conceição, com 25 anos, cozinheira foi presa. Ela estava na praça da Aclamação às 8 horas da noite, e morava na rua do Núncio, 35. Detida sob a alegação de que era vadia e desordeira, ficou 17

⁸⁶Magali Engel *Meretrizes e doutores: o saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*, São Paulo, Brasiliense, 1989, p 37.

⁸⁷A “Chain Migration” tradicionalmente é associada a migração européia e foi explorada especialmente nos estudos sobre a comunidade de ítalo-americana nos Estados Unidos. Ver Franc Sturing “Forging the Chain Migration to North American 1880-1930: a case study of italian migration to North American” *In Studies and Ethnic*, Hardcover/Canadá, June, 1990.

dias na cadeia. Maria da Conceição também possuía o mesmo endereço, era lavadeira, tendo sido presa em 11 de julho por estar na rua vagando às onze e meia da noite, à rua do Regente, e foi solta no mesmo dia. Em 14 de julho era a vez de Elvira Carolina, presa na Praça da Aclamação. Além de possuir em comum com as outras o mesmo endereço, também sofria da mesma acusação, vadiagem, e ficou dez dias na cadeia. No dia 1º de agosto foi presa Joana Maria da Conceição que não teve profissão declarada; presa também na Praça da Aclamação, apresentou o mesmo endereço. Joana também teve sorte, e no mesmo dia foi solta. Por último, foi presa Basília Maria do Espírito Santo em 3 de agosto, tendo sido considerada vagabunda pelos policiais.⁸⁸ Era cozinheira, com 25 anos e estava andando às 9 horas da noite na rua Barão de São Félix, a antiga rua do Cortiço Cabeça de Porco, que foi destruído no ano seguinte, em 1893.

O horário, bem como os locais onde estas mulheres foram encontradas, permitia às autoridades policiais, de acordo com as concepções vigentes na época, entender que elas poderiam ser prostitutas e, portanto, presas. Chamamos a atenção especialmente o horário em que estavam nas ruas, associado aos lugares onde eram presas, e também os trajes, uma vez que Basília foi presa apenas com as saias, um conjunto de características que potencializava as suspeitas. A significativa absorção do trabalho doméstico feminino, não inviabilizava a prostituição como via alternativa, pois dava às mulheres

⁸⁸ Todas as fichas estavam no AERJ, 1892, livro n.º 3973, números das folhas estão ilegíveis.

possibilidades de ganhos maiores e uma vida menos vigiada, embora não menos difícil que a vida de doméstica.

Obviamente nas fichas nenhuma delas declarou ser prostituta. Todas diziam ser profissionais do mundo doméstico, embora algumas profissões como lavadeira fossem consideradas dúbias. É possível pensar que tal como na França, a lavadeira fosse considerada como “prostituta ou idealizadora de abortos e, em certa medida, intermediária entre as mulheres respeitáveis e as mulheres marginais”⁸⁹. As lavadeiras se moviam por toda a cidade, seja para ir às fontes em busca de água, seja para entregar as encomendas. Sua circulação permitia um intenso contato com a população nos mais diferentes horários. A associação de prostituição com o ofício indicava uma forma de acobertar uma condição não declarada ou vivida ambigualmente, já que este trabalho poderia conjugar-se com outros, feitos diurnamente. Na França eram célebres os bailes das lavadeiras, onde elas usavam apenas as roupas íntimas ou roupas de baixo.⁹⁰ Assim, vemos que no caso da mulher negra migrante, as evidências circunscreviam-se mais seja pela moralidade da época, seja pela opções disponíveis como trabalho. É possível que a rua do Núncio fosse um terceiro núcleo da comunidade negra paulista em terras cariocas, com forte presença feminina.

⁸⁹ Michelle Perrot, *Mulheres públicas*, p. 228.

⁹⁰ *Ibid*, p.27.

A associação do ofício de lavadeira com uma possível prostituição está presente em um outra série de prisões de uma mesma mulher afro-descendente paulista, no ano de 1892. Tratava-se de Mathilde Ribeiro presa por seis vezes, num período de três meses. Na primeira vez que a encontramos em 1º de maio, ela dizia ter 22 anos, morava à rua do Regente e era lavadeira, sendo detida às onze horas da noite, sem registros de outras prisões. Na segunda prisão, em 18 de maio, Mathilde dizia 24 anos, com o mesmo ofício mas havia mudado de endereço, morava em um endereço conhecido, à rua do Núncio 35, mas fora apanhada na Rua do Regente, às 10 horas da noite. Na terceira vez, disse num primeiro momento chamar-se Maria da Conceição, mas entre parêntesis constava seu verdadeiro nome. O endereço, a profissão e o motivo eram sempre os mesmos: desordem, assim como o horário em que era presa, nunca antes das 8 horas da noite⁹¹. Em duas das prisões, Mathilde ficara por uma semana na cadeia. Mas seu retorno às ruas tendia a ser imediato. Tantas prisões não pareciam intimidá-la e ela provavelmente aprendera algumas estratégias após tais experiências. Mudar o nome poderia ser uma delas. Embora houvesse sido reconhecida, ou tivesse resolvido dizer seu nome, ela parecia saber que ao ser presa por tantas vezes tornara-se reincidente. Neste caso, as penas podiam aumentar, situação que efetivamente não nos foi possível saber. Uma outra informação relevante é a mudança de endereço de Mathilde. Especialmente, os locais de onde saíra e para onde fora não eram distantes, mas reforçava a idéia daquele lugar como espaço de uma comunidade paulista, onde ela permaneceu.

⁹¹ Livro 5413, fls., 1 verso, 14 verso, 40 verso, 65 verso, 130 verso, 133 verso e 148 verso, 1892.

Sempre presa à noite, ela nunca mudou seu ofício, reafirmando ser lavadeira. É possível que fosse mesmo. Mas o que importa observar aqui era a repressão constante do direito de ir e vir de uma mulher negra e pobre.

Assim, pudemos observar vários eventos que expressam a intolerância e a indiscriminada repressão policial que atingiam os segmentos populares que transitavam pelas vias públicas, mesmo nas imediações de suas casas, o que trazia aos migrantes paulistas, assim como demais grupos da população pobre, dificuldades adicionais para a sua sobrevivência. Contudo, essa mesma violência não impedia que esses recém-chegados continuassem a viver nestes mesmos espaços. Apoiados por redes de solidariedade de familiares, amigos e conterrâneos, eles ocupavam a cidade que haviam escolhido para viver.

Mas os registros de prisão permitem perceber o cotidiano de migrantes paulistas apenas em situações de ocorrência policial, deixando de fora aspectos do dia a dia daqueles que nunca foram presos. Em um outro tipo de fonte, os processos cíveis e crimes, verificaremos se havia outras evidências significativas deste cotidiano que nos possibilitem conhecer melhor a história dos migrantes negros paulistas na capital da República.

Capítulo 3

Entre o mundo sonhado e a realidade possível:
o cotidiano dos migrantes

*Já gozei de boa vida
Tinha até meu bangalô,
Cobertor, comida, roupa lavada,
Vida veio e me levou.
Fui eu mesmo alforriado,
pelas mãos do Imperador,
tive terra, arado, cavalo e brita,
Vida veio e me levou (...)*

*O Velho Francisco
Chico Buarque de Holanda*

No capítulo um, examinamos algumas experiências vivenciadas por negros paulistas no pós-abolição, e vimos que a presença de situações de intolerância racial pode ter motivado a saída de muitos negros do estado de São Paulo. As dificuldades encontradas em solo paulista possivelmente impulsionaram a migração de uma parcela de afro-descendentes para a cidade do Rio de Janeiro.

No segundo capítulo, tentamos mapear a presença dos migrantes afro-descendentes paulistas na cidade do Rio de Janeiro. Este processo de deslocamento constituía-se em uma grande empreitada na qual se aventuravam migrantes em geral jovens, solteiros, com pouca especialização no trabalho. Os migrantes paulistas eram encontrados nas áreas comuns a outros grupos de migrantes negros de outros estados do país e até de outros países, formando comunidades que compartilhavam de espaços culturais e religiosos, bem como de fontes de obtenção de trabalho.

Neste capítulo examinaremos mais detidamente as relações estabelecidas entre os migrantes e os habitantes da cidade do Rio de Janeiro, observando como se dava a sua interação no espaço social e físico da cidade. Muitos anos após a abolição, ainda era possível perceber nos libertos e afro-descendentes como a vida na condição anterior sob cativeiro, imprimia-se nas suas experiências presentes. A partir da lei Áurea, muito embora um intenso debate sobre doutrinas raciais e a formação étnica da população brasileira estivesse em curso, muitos negros recusaram os rótulos de desordeiros e ociosos¹.

¹ Sobre este debate há os estudos de Lilia M. Schwarcz *O espetáculo das raças São Paulo*, Cia das letras, 1993, Marcos C. Maio (org.) *Raça, ciência e sociedade* Rio de Janeiro, FIOCRUZ/CCBB, 1996 e Thomas E. Skidmore *Preto no branco*, cap. 2 e 3.

Conquista e reconhecimento da cidadania.

Se a busca de tratamento mais digno e igualitário tinha sido uma das metas dos migrantes afro-descendentes paulistas, muitos deles atuaram de forma a impor-se como cidadãos em seu novo local de moradia. Foi afirmando esta condição que encontramos Quirino Isidoro um afro-descendente paulista em um processo que se desenrolou em 1908, onde o representante do Ministério Público denunciava o seguinte problema:

Cerca de onze horas da manhã do dia 5 de abril do corrente mês e ano, o denunciado Quirino Isidoro da Conceição se divertia em atirar pedras nos empregados da Light, que trabalhavam na rua Frei Caneca, e uma das pedras ofendeu ao trabalhador Affonso Rodrigues Mourão, fazendo-lhe ferimentos.²

Quirino era denunciado pela infração ao Código Penal no seu artigo 303, que o responsabilizava pelas ofensas físicas sofridas por trabalhadores da Companhia Light.³ Chamado a juízo, ele revelou uma versão bem diferente das apresentadas pelo promotor e pelos funcionários da empresa:

Quirino Isidoro de 59 anos, casado, maquinista, sabendo ler e escrever, disse que o quintal de sua residência confina com os terrenos da Light and Power cito a

² A. N., Quirino Isidoro, 1908, n.º 994, fl. 2.

³ Todos os casos que serão trabalhados no decorrer neste capítulo referem-se a migrantes afro-descendentes paulistas.

*Frei Caneca e nesse ponto os trabalhadores fazem defecções, exalando dali mau cheiro, tendo já o declarante reclamado por diversas vezes ao engenheiro contou esse modo de proceder dos trabalhadores, havendo mesmo o engenheiro prometido fixar um boletim comunicando multa de vinte mil réis a primeira vez e demissão do trabalhador que continuasse a fazer ali dejeções; que apesar do referido, trabalhadores continuaram a proceder da mesma forma, e no dia 15 do corrente às onze horas da manhã mais ou menos, o declarante achava-se em sua sala conversando com uma visita, quando sentiu mau cheiro que impregnava o ar, e indo com a visita ao quintal viu pelo muro um dos trabalhadores fazendo uma necessidade corporal no lugar. Ele levantou-se depois de abotoar as calças principiou jogar pedras no declarante que as apanhou do chão além de o insultar com palavras como **sejam filho do preto só sequer que faço isso na sua vaca ou no corno da mãe**⁴ e que o declarante só repelindo estes muitos maltratos do dito trabalhador, a sua dita espada, que mandou buscar por um seu filho.⁵*

Quirino mostrava sua indignação por ser ofendido e desrespeitado em sua condição de cidadão, identidade que ele procurava apontar na sua fala. Vivia em residência própria em área valorizada e densamente ocupada, no bairro de Santana, situação que de certo modo, o privilegiava duplamente, pois estava ali há 19 anos, quando viera do estado de São Paulo. Além disso, possuía outras distinções, era casado, possuía filho, sabia ler e escrever. Todas estas condições lhe asseguravam que ele deveria ser respeitado como cidadão. O acesso à casa própria dentro das condições difíceis que se configuravam no período como aquelas apontadas pelo *Correio da Manhã* o distinguiam de boa parte da população⁶.

⁴ Grifo meu.

⁵ A. N. Quirino Isidoro, 1908, T7, 994, fls. 15 e 15 verso.

⁶ Segundo o periódico, a escassez de moradias e o aluguel exorbitante levaram a população a ocupar os morros da Favela e Santo Antonio onde misturavam-se vadios e trabalhadores na sua maioria marítimos. Apud Silvia Damazyo, *Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século*, p.61.

Um outro destaque era seu grau de instrução. A Constituição republicana manteve a exclusão do voto aos analfabetos, mulheres, clérigos de ordens regulares, soldados e estrangeiros não naturalizados, o que restringia o voto de 80% da população, condição que tornava Quirino pertencente ao seletor grupo de pessoas com ter acesso à participação no sufrágio⁷. Estas condições possivelmente ajudaram Quirino a conhecer os trâmites burocráticos, direcionando suas reclamações não aos funcionários, mas a alguém de cargo superior ao deles, o que efetivamente redundaria em providências. Ali agia reivindicando direitos de cidadão, consciente da sua condição.

Ao sentir-se molestado em seus direitos, Quirino não repreendera os trabalhadores diretamente; dirigiu-se ao engenheiro que era a autoridade que por sua vez repreendeu os funcionários. A escolha desta forma de resolução do problema através da queixa, indicava que conhecia os meandros burocráticos já que ele também trabalhava em uma empresa com tal rotina. Ele era ferroviário. Por outro lado, esta atitude longe de resolver o problema parecia ter insuflado a ira dos trabalhadores que, mesmo repreendidos, voltaram a fazer as necessidades perto do seu quintal e agora haviam também xingado o queixoso. Percebia-se que para Quirino, os insultos eram particularmente graves. Além, de ser estigmatizado e depreciado pela sua cor e origem, ele fora ofendido na frente de suas visitas e dentro de sua propriedade!

Na lógica de Quirino tal grau de ofensa só cabia revidar com a mesma intensidade, revidando a agressão física e verbal através do arremesso de pedras contra seus agressores. Aquele momento de tensão expunha os limites da relação

⁷ A cidade do Rio de Janeiro possuía índices mais baixos de analfabetismo chegando a 50% da população, o que justificava-se pela sua condição de capital administrativa do país. Ver *Silvia Damazyo, Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século*, cap.6.

entre brancos e negros e, ainda que as condições de Quirino e os trabalhadores fossem distintas, num momento de conflito sua identidade étnica era alvo de negação de sua identidade humana, ou seja manifestava-se abertamente o racismo.

No conflito de Quirino Isidoro e os trabalhadores da Ligth afloravam os estigmas raciais surgidos na época da escravidão e que não desapareceram com o término desta instituição, mas permaneceram atuantes uma vez que contribuíam para a reprodução da antiga hierarquia sócio-racial. Como afirmou Maria Cristina Wissenbach,

Sob vários aspectos, o final do Império e a instauração da República podem não ter implicado mudanças estruturais profundas; no entanto, uma vez que significaram uma retomada da questão da nacionalidade brasileira e sobretudo um redimensionamento da responsabilidade das elites acerca do destino da nação e do exercício direto de seu domínio sobre um corpo social formado exclusivamente por homens livres, cidadãos ao menos em potencial, obrigou que estas redimensionassem suas estratégias e conceitos de dominação⁸.

Assim, as estratégias de dominação podiam ter adquirido outra roupagem para adaptar-se aos novos tempos, mas na sua essência elas buscavam a manutenção das estruturas arcaicas em uma sociedade que queria ser moderna⁹.

Mas o processo também permitia entrever que a atitude de Quirino e sua agressão não eram atitudes passivas, ao contrário. Ele sentia-se cidadão, agia como cidadão, e ia às conseqüências para respeitado, chegando até mesmo a jogar

⁸Maria Cristina Wissenbach “Ritos de Magia e sobrevivência: sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil 1890-1940” tese de doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1997, p. 18.

pedras, em quem o agredia. Quirino Isidoro agia portanto, devolvendo na mesma moeda, o que poderia ser entendido como uma contradição à educação formal que ele mesmo afirmara ter. Contudo, para Quirino esses diferentes comportamentos não pareciam ser contra-senso. Nele expressavam as várias identidades que carregava dentro de si, o cidadão desenvolvido que conhecia os procedimentos burocráticos e o homem oriundo das classes populares que era também um homem negro que reagia ao não ser respeitado por sua origem étnica. Embora as várias identidades estivessem nele justapostas, a reação indicava que sua condição de afro-descendente lhe era mais cara. Levado a julgamento, Quirino Isidoro foi absolvido das acusações, em 18 de maio de 1908.

Surgida com o novo regime, o “chamamento” **cidadão** tornou-se uma forma de tratamento usual nas correspondências oficiais¹⁰. Para a República, Quirino Isidoro era “cidadão ativo” e fazia parte do grupo da população que participava do processo eleitoral, e tinha acesso aos direitos civis e políticos.¹¹ Na prática porém, sua cidadania era batalhada pessoalmente, construída no dia-a-dia dos seus relacionamentos na cidade do Rio de Janeiro.

Em princípio, a criação e implantação de ideais normatizadores que a modernidade da República propunha, não representavam um problema para Quirino, uma vez que ele apresentava características que o qualificavam como cidadão. Porém, a modernidade possuía suas contradições. Procurava-se civilizar e reger o Rio de Janeiro, retirar a cidade do atraso, mas a cidadania republicana era

⁹ Ana L. Martins “Cidadão da ordem: imagens e mensagens nas revistas da Primeira” República IN Ismênia L. Martins (org.) *História e cidadania* São Paulo, Humanitas Publicações/ FFLCH-USP, 1998, pp. 301-314.

¹⁰ Ibid., p. 302.

abstrata porque excluía a maioria das pessoas. Isto refletia-se também nos ideais do novo regime político e na escolha do símbolo dessa nova era, a capital federal. O Distrito Federal transformou-se, embelezado e reurbanizado com novos logradouros públicos nos moldes franceses. Para freqüentar estes lugares necessitava-se de um povo civilizado, o que definitivamente não se aplicava a todos os brasileiros, mas tão somente aos que se aproximavam do povo europeu visto como racialmente superior. Desse modo, corriam paralelos os projetos: de transformação da cidade em um espaço culto e civilizado nos moldes europeus, símbolo da República nascente; e de conquista da cidadania pelos segmentos populares, entre os quais se incluíam os migrantes negros paulistas.¹²

Talvez, a experiência de Quirino Isidoro ao buscar os direitos que acreditava ter obtido, o levasse em algumas ocasiões a proferir semelhante desabafo ao da personagem de Lima Barreto que ao ser destratada por sua condição social e sua cor disse: “- Nós não somos nada nesta vida”.¹³ Contudo, tanto sua ação, como o seu expressivo depoimento, observado na sentença dada pelo juiz, mostravam a validade de sua luta para que houvesse o reconhecimento dos direitos.

A luta pela cidadania e a ambigüidade de tratamento conferido aos cidadãos negros tiveram em Lima Barreto um dos seus mais maiores expoentes. Sua produção literária contém uma alta carga biográfica, reveladora da situação vivida por um mestiço culto de condição modesta e literato independente sem compromisso com o poder dominante na capital da República no início do século XX.. Barreto mais do que ninguém mostra que a cidadania não se resumia ao

¹¹ José M. Carvalho *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi* 3ª ed., São Paulo, Cia das Letras, 1996, cap. 1.

¹² Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade*, cap. 3.

simples ato de votar, restrito aos alfabetizados. Além disso, ele foi uma das vozes que mais se ergueu ao criticar o custo social daquelas mudanças então empreendidas na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de serem alijadas das benfeitorias e desconsideradas enquanto cidadãos, as classes populares em que se inseriam a maior parte dos migrantes negros paulistas reelaboravam significados da cidadania possível, através de suas experiências. Apesar dos esforços oficiais, não foram “domesticadas”, expressando-se nos movimentos de rua e quebra-quebras e nas suas manifestações religiosas e culturais que afinal tornaram-se símbolo da cidade como se viu mais tarde¹⁴.

Amores e desencontros na vida conjugal.

Entre 1872 e 1890, a população da cidade do Rio de Janeiro cresceu aceleradamente como resultado das migrações nacional e estrangeira e de muitas uniões livres entre brasileiros e estrangeiros.

Segundo Sueann Caufield, as uniões não oficiais eram recorrentes na cidade do Rio de Janeiro e contribuíam para a manutenção dos laços horizontais de solidariedade. No centro urbano, este tipo de laço tinha mais importância que os laços verticais de clientelismo, situação que pôde ser verificada entre os migrantes negros paulistas¹⁵.

¹³ Lima Barreto. *Clara dos Anjos*. São Paulo, Ática, 1988, p.124.

¹⁴ É o que aconteceu com o carnaval. Mais do que ser lembrada pelos feitos urbano-arquitetônicos, a cidade é lembrada pelas festas de caráter popular.

¹⁵ Sueann Caufield. *Em Defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918/1940)*. Campinas, Ed. Unicamp/Cecult, 2000, p.161.

Para Silvia Damazio, parte dos estrangeiros que viviam no Rio de Janeiro procurava inicialmente estabelecer-se, criar pecúlio, para depois constituir família, hipótese que pode ser estendida aos migrantes nacionais. Esta preocupação resultaria no baixo índice de nupcialidade da cidade. Entretanto, estes números refletiam apenas as uniões oficiais, ou seja os casamentos celebrados pela Igreja ou pelo registro civil. Já para Rachel Soihet, as causas de uma baixa nupcialidade na cidade carioca estariam na ausência de propriedades somada à condição precária do homem que não podia assumir “a função de mantenedor como nas relações burguesas e o desejo de algumas mulheres em possuir autonomia”. Além disso, o alto custo das despesas matrimoniais desestimulava as classes mais pobres que viam no concubinato uma solução mais próxima de sua condição¹⁶.

As conclusões de Soihet e Damazio levam a reconhecer o casamento como um forte vínculo econômico, pois a partir dele assegurava-se bens e atestava-se o domínio masculino na relação conjugal. Além disso, o casamento era entendido pelas autoridades como condição primordial para a formação do núcleo familiar. Porém, tais reflexões tinham em mente os matrimônios oficiais, que eram uma prática restrita aos grupos mais abastados da população.

À exceção do migrante Quirino Isidoro que vimos nas páginas anteriores e que declarava-se casado, os migrantes paulistas pesquisados que diziam-se amasiados, declaravam-se também solteiros¹⁷. Esta aparente contradição revelava um reconhecimento por parte dos migrantes, e de outros segmentos da população,

¹⁶ Rachel Soihet *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*, p.368.

¹⁷ Foi possível constatar esta diferenciação entre o estado civil e as declarações de vida marital apenas nos processos, uma vez que a investigação da vida dos arrolados era mais profunda. Nos registros da Casa de Detenção, solicitava-se apenas o estado civil. Não há informações sobre uniões maritais consensuais nos censos de 1890, 1900, 1906 e 1920.

de diferenças entre o concubinato e o casamento. Esta diferenciação poderia revelar o desejo de obtê-lo um dia como nos revelava Clara dos Anjos:

*Avaliou com revolta o procedimento dos pais. O que queriam fazer dela? Deixá-la ficar para “tia” ou fazê-la freira? E ele precisava casar-se? era evidente; sua mãe e seu pai tinham, pela força das coisas, que morrer antes dela; e, então, ela ficaria pelo mundo desamparada?*¹⁸

Para Clara, uma moça negra alfabetizada e de condição humilde, o casamento era a fonte de seu amparo e complemento de sua cidadania. Assim, seria possível pensar que a baixa nupcialidade dos migrantes negros paulistas, assim como a de outros de semelhante condição se devesse em parte a questões econômicas. Ainda que gozasse de menos prestígio junto à sociedade, o concubinato tinha a vantagem de fazer-se e desfazer-se mais rapidamente, o que nem sempre era possível nos limites legais impostos pelo casamento. A desproporção entre o número de homens e mulheres na virada do século XIX para o século XX na cidade do Rio de Janeiro, (293.657 homens e 228.994 mulheres em 1890 e 463.453 homens e 347.990 mulheres em 1906) poderia representar um fator de instabilidade para as uniões e uma rotatividade maior na troca de parceiros.

Os concubinatos pareciam não diferir muito dos casamentos, ao menos no que se referem aos problemas cotidianos enfrentados pelos casais. Amava-se e brigava-se por muitas coisas, envolvendo, inclusive, agressões físicas, e a intervenção da polícia. Este foi o caso de Alípio e Carolina, amasiados que um dia brigaram feio “banhando-se em sangue”, cerca de 7 horas da noite em uma casa de cômodos no interior de uma estalagem. Segundo a testemunha Simeana, carioca, lavadeira de 22 anos e vizinha dos envolvidos, ela estava em seu quarto,

¹⁸ Lima Barreto, *Clara dos Anjos*, p.53.

acompanhada de Carolina, que conferia um rol de roupas que haviam sido lavadas. Nesse momento, chegou Alípio pedindo a chave do cômodo à Carolina que, por sua vez, deixou que Simeana terminasse a tarefa, acompanhando seu amásio até o quarto.¹⁹

Em seu depoimento, Carolina, de 50 anos, mineira, solteira e cozinheira afirmou:

*Que foi chamada por seu companheiro e ao encontro de Alípio, no seu quarto este teve uma troca de palavras ásperas com ela depoente e apanhando um pedaço de pau desfechou-lhe umas cacetadas, tendo apanhado em sua cabeça; que vendo-se ferida apanhou um pau e por sua vez deu em Alípio uma cacetada; que ambos feridos foram conduzidos a esta delegacia.*²⁰

Tanto o depoimento de Simeana, quanto a versão de Carolina, apontavam Alípio Cordeiro- 50 anos, trabalhador, paulista - como o responsável pelo início do conflito. Por outro lado, em sua versão, Alípio se declara inicialmente vítima:

*Achando-se em seu quarto hoje ao anoitecer procurava a chave não encontrando, chamou sua companheira Carolina que se achava no quarto de uma comadre chegando pediu-lhe a chave e, dando uma alteração entre ele e Carolina esta apanhando um pau deu-lhe uma cacetada na cabeça, pelo que irritado com isso tirou-lhe o pau dando por sua vez em Carolina uma cacetada e deu-lhe um empurrão.*²¹

¹⁹ A. N., Carolina Maria da Conceição e outros 1905, T 7, n ° 571, fl.4.

²⁰ Ibid., fl.5.

²¹ Ibid., H. 3 e verso.

Ao que parece o desacordo começara por causa da chave que fechava a porta do cômodo onde moravam. A rapidez com que a discussão evoluiu indicava que houvera um descontrole de uma ou de ambas as partes. Migrantes, ela mineira e ele paulista, viviam juntos e tinham amigos onde residiam, o que pode ser verificado nas conversas de Carolina com Simeana sua comadre, e também com outras testemunhas que confirmaram a união e a condição de trabalhadores do casal. Tais laços de amizade por certo minimizavam as dificuldades naquele espaço restrito e sem privacidade, facilitando situações peculiares como por exemplo, o uso do espaço para estender a roupa, a negociação de horários do uso de equipamentos coletivos como tanque e banheiro. A questão da lavagem de roupa citada também poderia ser uma relação de trabalho, pois Simeana afirmara que ela e Carolina faziam a contagem das peças lavadas; hábito das lavadeiras que baseavam o valor de seu trabalho pela quantidade de peças lavadas. De acordo com esta hipótese, é possível afirmar que se mesclavam nesta relação laços de trabalho e amizade, outra especificidade do cotidiano destas pessoas pobres.

O exíguo espaço físico, revelado nos depoimentos dos envolvidos, indicava que a vida era compartilhada coletivamente, muito mais do que se gostaria, tanto dentro como fora de suas dependências individuais. Ninguém chamava seu cômodo de casa e sim de quarto. Possivelmente ele fosse um único compartimento, o que deveria limitar em muito a privacidade deste espaço dividido por famílias inteiras. Ainda assim, morar nos cortiços era uma opção muito procurada, seja pela proximidade com o centro da cidade, seja pelo preço, que mesmo não sendo tão barato, era acessível às classes populares.

Em juízo, o casal foi autuado por lesões corporais e poderiam ser condenados a passar até dois meses na cadeia, porém havia atenuantes em seu

favor. Eles viviam há mais de vinte anos juntos, e eram considerados pelas testemunhas como morigerados, trabalhadores, e portanto, quase cidadãos aos olhos do discurso oficial. A defesa demonstrou que Alípio estava muito bêbado e que sua embriaguez não era habitual. Desse modo, a agressão à sua companheira dera-se sob os instintos do álcool. A falta de provas mais incriminadoras, levou-os a serem absolvidos. Pelas observações do juiz, percebe-se que a idade dos envolvidos, mais as declarações das testemunhas e a ausência de registros de ocorrências policiais que envolvessem o casal foram importantes para que se considerasse sua inocência.

Alípio e Carolina, eram amasiados há vinte anos, mas declaravam-se solteiros. Seria possível que eles desejassem oficializar a união de tantos anos e, se ainda permaneciam solteiros, isto talvez se devesse à falta de recursos financeiros. Poderia haver ainda, um desinteresse de formalizar a união que existia há tantos anos e que certamente era feita por laços de toda ordem. Em seus estudos sobre a nupcialidade de escravos, Robert Slenes mostrou que havia um padrão de estabilidade nas uniões entre escravos do Sudeste que pertenciam a grandes plantéis. Estas uniões implicavam em um arranjo arquitetônico, dentro do possível, que reconhecia a união, isto é, um espaço físico, mesmo dentro da senzala, junto com outros escravos, onde se respeitava aqueles laços²². Portanto, o sentido visível e simbólico da união estava relacionado a um lugar, um espaço físico dividido pelo casal de escravos. A continuidade deste costume depois da abolição, somada à falta de condições materiais de Alípio e Carolina, poderiam também se expressar nessa união informal iniciada em 1885.

²² Robert Slenes W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil- Sudeste, século XIX*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, cap. 3.

Para eles e outros casais afro-descendentes que vinham da região Sudeste, o simbolismo da divisão do espaço físico poderia ter mais significado do que propriamente uma ritualização. O espaço coabitado pelo casal possuía grande importância, e em nome de sua manutenção ocorriam muitos conflitos entre os casais. Em muitos casos, a configuração deste espaço interferia na vida dos casais e informava muito do seu cotidiano. Este foi o caso da briga entre a afro-descendente paulista Antonia Josefa e o português Antonio Fernandes, que teve um desdobramento trágico. Tudo tivera início com discussão sobre o aluguel:

*Antonia Josefa de 50 anos, solteira, cozinheira e residente no barracão a rua Progresso, n º 7. Que estava amasiada há um ano com Antonio Fernandes chacareiro com o qual vive em boa harmonia....teve uma questão com Antonio por haver ele pedido dinheiro a Antonio para pagar o aluguel da casa. Que Antonio tendo deitado, no meio da questão atirou contra ele uma botina que lhe ofendeu a cabeça e em seguida levantou-se destino a sair a rua, pelo que ela depoente lhe perguntou onde ele ia, e pelo que ia fazer. Que ao descer as escadas Antonio rolou por ela abaixo, não sabendo ela explicar o que aconteceu.*²³

Testemunhas e o próprio Antonio, divergiam da versão de Josefa, afirmando que fora ela quem o empurrara escada abaixo. Nesse ponto, a história remetia à rivalidades entre lusos e brasileiros. O patrão de Antonio, também português, fez declarações onde insinuava o estado de abandono de seu empregado, o que o levou a trazer um médico para tratá-lo, pois estava gemendo há dois dias na cama. A filha e o genro de Josefa estavam cientes da briga entre o português e sua amásia, mas estavam em seu quarto e dali só saíram para atender os gritos de “acudam a Antonio” proferidos por Josefa, quando ajudaram a colocá-lo na cama,

²³ A. N. Antonia Josefa, 1904, T7, 571, fl.9.

não tendo visto nada além disso. Era óbvio que mesmo que soubessem mais, tanto a filha quanto o genro não incriminariam Josefa. Além de representarem os lados envolvidos na briga, ali reavivavam-se as rivalidade de portugueses e brasileiros. A presença de outros moradores portugueses no cortiço polarizou as atenções dos demais habitantes do cortiço. Oriundos de uma grande imigração iniciada em 1890 e que se estendeu até as primeiras décadas do século XX, os portugueses eram vistos pela população carioca e também pelos demais brasileiros como intrusos. Não eram poucos os conflitos entre os dois grupos.²⁴

Tudo se complicou quando o estado de saúde de Antonio se agravou, e ele foi internado vindo ao falecer. Faustino do Sul, primo de Antonio em juízo disse:

*(...) que soube por um indivíduo de nome de Joaquim, que seu primo havia sido espancado e quem lhe produzira os ferimentos era a preta Antonia Josefa. Que seu primo tinha uma caderneta, ignorando a quantia que a mesma continha.*²⁵

Aqui um novo elemento se somava à confusa história. Faustino vinha corroborar as acusações feitas contra Josefa, por outra pessoa e falava sobre ela com certo desdém, ressaltando a identidade étnica dela como a “a preta”. Ao mesmo tempo, indiretamente dava a entender um possível motivo para agressão, referindo-se a uma certa quantia de dinheiro que seu parente possuía.

Observamos nas falas dos moradores que a vida naquela habitação coletiva revestia-se de regras que regulavam o convívio coletivo. A vida neste tipo lugar levava a situações que independiam, muitas vezes, da vontade dos moradores e, rompiam por vezes, a privacidade em ações involuntárias como ouvir as conversas e

²⁴ Sidney Chalhoub *Trabalho, lar e botequim*, cap.1

²⁵ A.N. Antonia Josefa, 1904, T7, 571, Fl. 16.

barulhos alheios, que não eram naquele momento, admitidos pelos moradores daquele lugar. Desse modo, entendia-se porque ainda que de forma muito improvável, ninguém em princípio, dizia ter ouvido e visto a briga. As informações eram generalizantes, “havia ouvido um vozerio, um desentendimento” procurava-se não ser muito categórico como forma de mostrar um respeito à privacidade possível.

Embora Josefa tivesse de fato empurrado Antonio pelas escadas, como mais tarde veio a confessar, a morte de seu companheiro foi involuntária e havia ocorrido em decorrência de fraturas múltiplas na coxa, braço, septicemia e prolongado alcoolismo que lhe arruinara o pâncreas. Por alguns meses, Josefa não foi encontrada para receber as intimações, talvez com medo de uma possível prisão, mas em maio de 1905 ela foi pronunciada e, após julgamento, considerada culpada. Dois anos depois, um recurso elaborado por seu advogado, reverteu a sentença, permitindo que ela fosse libertada. A união de Josefa com Antonio apontava para as inúmeras possibilidades de arranjos que podiam ser alcançadas no cotidiano da cidade, mostrando um imigrante branco amasiado com uma migrante negra paulista e as várias alianças tecidas por essas pessoas em sua vida na cidade carioca.

As brigas não eram exclusivas apenas de casais que viviam juntos. Ex-amantes também brigavam e acabavam por revelar um pouco de sua vivência e sua rede de relações na cidade. Em 1892, Joviana Maria da Conceição foi agredida por seu ex-amante em um bar onde ela bebia. Joviana Maria Isabel da Conceição, era natural de São Paulo, 22 anos, cozinheira e Pedro Rodrigues Barbosa, de 22 anos, solteiro, carregador. O primeiro depoimento foi de Pedro que afirmou:

Que indo ao botequim da rua de São Cristóvão para tomar café retirou-se do mesmo para o pé de uma árvore que tem defronte, levando consigo a xícara o pires

*que estava tomando café, vendo que a ofendida entrara para uma sala reservada não sabendo o que ali foi fazer ma desconfiando ter ido beber como é seu costume. Que saindo a ofendida do botequim como ele declarante estivesse ao pé de uma outra mulher, deu-lhe a ofendida uma bofetada sendo por ele aconselhada sua retirada e declarando não querer saber mais dela, o que deu mesma descompor-lhe e ele acusado enfurecer e jogar-lhe com a xícara e pires caindo estes objetos no chão batendo na ofendida ao café que a fez cair, ficando ele tão atordoado que nada mais pode fazer.*²⁶

A versão de Pedro como vimos acima, mostrava que Joviana o agredira movida pelo ciúmes, pois ele estava conversando com outra mulher. Mas no processo, ela era tratada como ofendida, isto é, afirmava-se a agressão dele e não o contrário como ele dizia. Deduzia-se também que o ciúme de Joviana devia-se ao novo envolvimento amoroso de Pedro.

Por sua vez, Joviana Maria procurava dar uma outra versão onde não falava de ciúmes e sim de ameaças:

*Disse que hoje pela nove e meia horas da noite indo ao botequim da rua de São Cristóvão, 178, pediu ao dono da casa que lhe vendesse dois vinténs de paraty e que satisfeita saiu sendo provocada na rua por Pedro de tal... e respondendo-lhe asperamente foi por ele jogada uma xícara e pires que produziu-lhe o ferimento, que se vê, o qual foi preso por um praça de polícia...que há muito tempo já o acusado havia lhe prometido dar-lhe bordoadas por ter deixado sua companhia.*²⁷

Joviana construía sua fala como vítima e não agressora, tendo o álibi do guarda que estava no bar e prendeu Pedro. Acrescentava ao seu depoimento uma suposta promessa de ex-companheiro de dar-lhe bordoadas por ter lhe abandonado.

²⁶A. N., Joviana Maria da Conceição, 1892, T 9, n °19, fl. 5.

Tal como Pedro, ela procurava demonstrar que o fim do relacionamento fora decisão sua. Este tipo de preocupação parecia ser uma forma de enfatizar que cada um deles exercera o controle da situação, uma característica atribuída historicamente aos homens, mas que acabava sendo atributo feminino uma vez que as mulheres das camadas pobres tinham que se sustentar e acabavam de certo modo, desenvolvendo uma relação mais equilibrada. Algumas feministas desse período, notavam nessa situação das mulheres mais pobres uma vantagem em relação às mulheres das classes mais abastadas, pois viam no trabalho uma garantia da virtude da mulher o que progressivamente as transformaria.

*Felizes as donzelas pobres, obrigadas pelas circunstâncias apertadas da vida a empregar sua inteligência e a sua atividade no trabalho no estudo...Decididamente, o trabalho é o melhor saneador das almas! E nós precisamos da nossa muito sã, porque só a virtude da mulher pode salvar os homens, seus filhos e seus irmãos, no descabro das sociedades arruinadas ou em delinqüência (...)*²⁸.

Júlia Lopes inverte o pensamento corrente que acreditava que a *mulher virtuosa* deveria permanecer na *beatitude do lar*.

Joviana reivindicava para si o término da relação afetiva com Pedro, indicando, de certo modo, um domínio naquela relação. Apresentava também outros comportamentos diferenciados que vimos presentes na vida de outras afro-descendentes migrantes, como ir ao bar, beber e sair sozinha à noite. Como outras mulheres das classes trabalhadoras ela estava longe de ser passiva e dependente,

²⁷ Ibid., fl.8

²⁸ Júlia Lopes “Das donas e das Donzellas” citado em Ricardo S R Oliveira “Educação, maternidade e Progresso: uma análise sobre a educação das mulheres entre 1870 e 1910”, dissertação de mestrado Campinas/SP, IFCH-Unicamp, 1995, p. 126.

contrariando um modelo de um pequeno grupo de mulheres de elite que não precisava trabalhar, o protótipo da camada dominante. Importantes na esfera produtiva, as mulheres das camadas populares exerciam atividades desvalorizadas do ponto de vista social (as únicas atividades entendidas como femininas pelos censos eram as profissões como parteira, professora e freiras) mas tinham grande importância na economia familiar.

A ação de agressão de Pedro contra Joviana foi levada a julgamento e sentenciada como improcedente. Contudo, a despeito da ausência de condenação, para muitas mulheres o fato do agressor ter sido autuado era por si só já uma forma de punição e, apesar de toda a confusão, ambos pareciam interessar-se pelo outro, lembrando o velho ditado “quem desdenha quer comprar”.

Por outro lado, a absolvição de Pedro enquanto agressor de uma mulher, não era uma situação incomum, ao contrário. Observando outros processos de agressão que envolviam migrantes paulistas e não migrantes, vimos sentenças semelhantes onde os juizes realizavam um esforço para definir quem seria a mulher honesta . A partir das sentenças dadas via-se em geral, que eles buscavam compará-las com aquelas mulheres que se resguardavam, e estavam no lar sob os olhos da família, um modelo que poucas podiam ou quereriam seguir. A este modelo de comportamento, contrapunham-se mulheres de vida mais autônoma como era o caso de Joviana. Mesmo agredida e contando com o testemunho do policial, seu comportamento tinha um peso desfavorável, e era entendido por alguns representantes da justiça como suspeito e passível de condenação.

As relações amorosas foram importantes elos criados pelos migrantes negros paulistas para estabelecer-se na cidade do Rio de Janeiro. Embora os conflitos entre os casais fossem freqüentes, havia casos em que os aspectos positivos da

relação amorosa falavam mais alto do que as dificuldades de relacionamento. Este foi o caso de Joana Maria da Conceição presa em 1910 por perambular na mais completa ociosidade, segundo o guarda Manoel Rodrigues Correia. A prisão de Joana revelava muitas irregularidades. Ela fora presa em plena luz do dia, às duas horas da tarde, e não estava maltrapilha nem bêbada como comumente ocorria. Mas para ele não havia dúvidas:

*Joana, embora forte, robusta e apta para o trabalho, não procura empregar-se, vivendo, como vive na mais completa ociosidade, sem renda para manter-se.*²⁹

Neste processo Joana não era identificada pela cor mas recebia o adjetivo de **nacional**, uma outra forma de referir-se à pessoa negra que verificamos ser comum nos processos, sobretudo depois de 1905. Havia suspeitas de que aquela prisão fora encomendada. Um comerciante português, José Machado Pavão, veio em juízo dizer que ela era ébria e vagabunda, e que a conhecia há mais ou menos cinco anos quando ela era empregada em uma casa de família na rua do Engenho de Dentro. Um outro comerciante, José da Costa Moraes, também afiançou as declarações sobre a ociosidade de Joana, acrescentando:

*Que Joana prega o seu tempo na ociosidade, dormindo pelos matos e casas desabitadas com indivíduos suspeitos e conhecidos como gatunos.*³⁰

As acusações imputadas à ré apontavam para a quebra dos códigos morais estabelecidos e uma recriminação pelo fato de ela não trabalhar. Joana era

²⁹ A. N. Antonia Josefa, 1904, T7, 571, fl.2

³⁰ Ibid., verso da folha 4.

apresentada como mulher de vida fácil, dormia com indivíduos perigosos indicando promiscuidade e expondo-se em lugares públicos. Por tal descrição, a conduta suspeita de Joana dava claros indícios de que ela não era uma mulher honesta e que ela feria questões morais e a disciplinarização que queria impor-se às camadas populares na sua presença à rua.³¹

Em interrogatório, Joana afirmava ser solteira, ter 30 anos, ser natural do estado de São Paulo e não ter profissão. Ao verificar os antecedentes no gabinete de identificação, descobriu-se que em 1903, Joana havia sido presa duas vezes por vadiagem, sendo que na primeira prisão fora condenada. Em sua segunda prisão, mudou de nome e declarou chamar-se Albertina Rangel Sampaio, uma estratégia que deve ter sido muito usada para escapar da acusação de reincidência de prisão que levaria ao dobro da pena.

Pelos dados apresentados as coisas não pareciam estar boas para Joana. Com duas prisões anteriores, novas acusações contra ela e testemunhas de acusação faziam um conjunto que estava longe de ser favorável a ela. Mas, uma semana depois, quando ela já estava presa, uma testemunha de defesa veio em juízo depor e mudou o estado das coisas. Tratava-se de João de Oliveira que sob juramento afirmou:

Que a acusada há seis para sete anos vive maritalmente com ele e que o auto de flagrante pela contravenção... contra a acusada nada mais é do que excesso de zelo das autoridades do 20 ° distrito Policial; que o suplicante travava conhecimento com a acusada isto em fins de 1903 e, tendo ocasião de verificar as qualidades precisas em uma senhora para governar uma casa e precisando de uma pessoa nestas condições, não teve dúvida em levá-la para sua residência.

³¹ Rachel Soihet *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*, p. 362.

Entretanto não se enganou tendo sido uma exemplar dona de casa chegando mesmo a ser estimada pelas pessoas da vizinhança por ter um gênio carinhoso envolvendo-se seriamente e nos misteres de sua profissão não gostando mesmo de freqüentar outra casa a não ser a sua somente uma sua tia de nome Belmira Maria da Conceição.

Assim é que no dia do corrente a acusada saiu de sua residência no caminho da freguesia, n.º 44, onde reside há mais de anos para visitar sua tia sendo costume que demora dois ou três dias nesta visita...notando demora de sua companheira dirigiu-se a casa de sua tia a fim de saber do motivo da demora, e qual seu espanto em saber que sua companheira ali não havia estado, sendo ignorado seu paradeiro.. e ali soube que ela havia sido presa.³²

João dizia-se companheiro de Joana há vários anos, construindo um passado respeitável para ela no sentido de desabonar as acusações. Para isso, salientava os vários anos da união, as qualidades que ela tinha, primeiro como empregada e depois como dona de casa, qualidades que deve ter considerado ao torná-la sua mulher. Para ele, Joana era decente, boa dona de casa, apreciada como boa vizinha não se envolvendo em brigas com vizinhos, tendo a tia aos seus cuidados. Mas informações tão diferenciadas traziam cada uma, a seu modo, um pouco de Joana. Embora não possamos saber o quanto de verdade havia em cada depoimento, pode-se aventar que Joana assim como Joviana, infringiam uma série de caracterizações do comportamento honesto feminino. Segundo Sueann Caufield, a repressão a comportamentos como o de Joana era continuação da reforma de Pereira Passos de 1902 a 1906 que significava não só a demolição das áreas pobres e o embelezamento das áreas centrais, como contava com a polícia para agir mantendo as áreas reformadas livres de vadios, prostitutas e outros que

³² Antonia Josefa, 1904, T7, 571., fls. 15 e verso.

representassem afronta às famílias burguesas que passaram a utilizar estes logradouros.

Joana pela descrição do processo estava à margem do projetado comportamento feminino. Para João, o companheiro da ré, ela podia ser uma excelente dona de casa, prestimosa e simultaneamente gostava de ficar pelas ruas bebendo. Embora João valorizasse as virtudes e a respeitabilidade, ele era tolerante com Joana e conhecia *suas fraquezas* o que se mostra quando ao ser indagado sobre as prisões anteriores afirmando que:

*O suplicante não deseja apreciar o procedimento anterior da acusada mas tem o direito de exigir que as autoridades o auxiliem na tarefa moratória da regeneração da acusada. [] o amparo que o suplicante proporcionou a acusada que esta tornou-se uma senhora de respeito e estimada por todos que a conhecem. Então o assassino, o ladrão ou qualquer não tem direito de regeneração?*³³

Ele não só se mostrava compreensivo com o comportamento de Joana, como defendia seu direito de mudar de procedimento, invocando o direito de regeneração inerente a todos. Contudo, sua fala tão apaixonada possivelmente resultasse de uma orientação por parte de um advogado, ou alguém familiarizado com os tribunais. Não deixa porém, de ser interessante que mesmo sob orientação de terceiros, João manifestasse tanto empenho em libertar sua companheira, que por sua vez demonstrava ter conceitos tão próprios. Além dele, outras duas testemunhas, colegas seus de trabalho na Estrada de Ferro Leopoldina, afixaram a relação afetiva entre os dois e a honestidade de Joana. Também fora anexado ao

³³ *Ibid.*, fl. 21.

processo, uma declaração do senhorio da casa onde moravam, afirmando que Joana ali residia.

Todos esses elementos foram considerados no julgamento que a inocentou. O juiz valeu-se de um adendo legal onde um testemunho idôneo podia abonar o réu. Joana foi salva da cadeia por seu marido. Seu caso revelava a importância do companheiro como fundamental para atestar sua inocência. Por outro lado, a ação mostrava que o juiz valera-se do padrão de honestidade e moralidade da época para analisar sua conduta e chegar ao veredicto.

Segundo Rachel Soihet, o contexto da “Belle Époque” (1890-1920) foi um período no qual houve a adoção dos preceitos da medicina social que preconizavam características femininas tais como a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal, entendidas como qualidades de natureza biológica.³⁴ Ora, o que vimos até aqui foram condutas que refletiam outros valores, próprios da cultura popular que representavam estratégias de sobrevivência dos grupos populares³⁵. Desse modo, as uniões de migrantes paulistas eram elos de uma extensa cadeia feita para proporcionar uma vida de condições melhores.

Do ponto de vista moral, a história de Joana indicava o uso de um duplo padrão apontado por Eni Samara ainda nos tempo coloniais, e presentes naquele início de século XX, onde somaram-se os valores burgueses como as qualidades ressaltadas por João, aos valores vivenciados nos grupos populares como o hábito

³⁴ Rachel Soihet *Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano*, p. 363.

³⁵ Ibid., p. 362.

de sair à noite e beber. Não havia em si contradição³⁶. Os valores burgueses eram respeitados pelas classes populares, mas não eram os únicos a serem aceitos como apontou Martha Abreu ao mostrar a valorização do casamento entre as mulheres que se envolviam em processos de sedução. Segundo a autora, na falta do casamento, outras combinações eram aceitas, pois o que muitas delas desejavam era a manutenção do relacionamento amoroso. Assim, se quase ninguém contraía o matrimônio fosse pelo custo, por costume ancestral ou por uma ausência de propriedade, isto não significava rejeição a esta instituição, e na ausência dele, faziam-se outros arranjos que tinham a mesma validade.³⁷

Mas é interessante observar que homens e mulheres, assim como as camadas populares em geral, compreendiam a importância dos padrões morais burgueses e não hesitavam em usá-los quando necessitavam. João, por exemplo, recorreu a esses valores entendidos femininos para construir a boa imagem de Joana. Por outro lado, não há como saber o quanto desses mesmos valores ditos burgueses, eram introjetados por essas mesmas pessoas. Entretanto através de histórias como as que vimos até aqui, podemos inferir a importância de uma teia de cumplicidades onde os relacionamentos amorosos assumiam uma parte importante no cotidiano popular como apoio, para se ter alguém com quem repartir as alegrias, dificuldades, e despesas financeiras, enfim, um alento para vencer as mazelas cotidianas. Era fator importante sobretudo para quem chegava a um lugar estranho, como era o caso dos migrantes paulistas na capital da República.

³⁶ Eni M. Samara *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*, São Paulo, Secretaria de Cultura do Estado/Marco Zero, 1989, pp. 125-133.

³⁷ Martha A. Esteves *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, cap. 5.

Vida nas ruas, vida nos morros.

Ao analisar a vida dos trabalhadores pobres da cidade do Rio de Janeiro, Sandra Graham afirmou que a vivência deles se dava no mundo da rua:

Ali encontravam diversão, combinavam encontros ou se reuniam por acaso nos ambientes acessíveis e familiares das praças, parques e mercados. Mais arejados que os úmidos, escuros e abafados cômodos dos cortiços ou a fileira das casas miseráveis...em termos do dia-a-dia, os lugares mais freqüentados eram a taverna ou da venda da esquina. Ambas serviam igualmente bem como pontos de encontro casuais, onde as pessoas iam tanto conversar e beber quanto adquirir comestíveis.³⁸

De fato, a presença da grande massa popular nas ruas era objeto de atenção de alguns cronistas da cidade. Luiz Edmundo, por exemplo, saudava com encanto as reformas:

Rodrigues Alves um enamorado das belezas naturais da cidade, ao subir à cadeira da Presidência, no ano de 1902, resolve tomar medidas sérias, providências capazes, senão de transformar, o povoado, por completo, pelo menos de melhorá-lo bastante. O problema tornara-se muito sério, porque não era só de saúde e de beleza que carecia a capital da república, porém dos mais elementares serviços, capazes de apresentá-la como metrópole moderna. O tráfego já ameaçava entupir a parte central da mesma, dédalo de ruelas e becos sujos e malcalçados, fendas onde mal penetrava a luz do sol e pelas quais o bondezinho da Carris Urbanos(...) os

³⁸ Sandra Graham *Proteção e obediência*, p.77.

*passageiros sobrando pelos estribos e plataformas, entre carroças de todo gênero, carrinhos-de-mão, tálburis e o povilêu vozeirudo e trapento.*³⁹

A imagem projetada pelo cronista traduzia seu otimismo com as reformas e a preocupação com a inserção dos brasileiros em um padrão de higienização urbana internacional. A expressão “povilêu vozeirudo e trapento” por certo fazia ironia aos grupos pobres e aos seus protestos, pois eles eram os principais afetados pelo embelezamento que ele festejava. Outros contemporâneos de Luiz Edmundo, eram mais refratários às transformações urbanas da cidade. Lima Barreto por exemplo, foi um dos que teceram duras críticas não só às reformas empreendidas no centro do Rio de Janeiro, como também à repressão da presença popular nas ruas. Seu posicionamento aparece em vários de seus trabalhos como no romance *Memórias do escrivão Isaías Caminha*:

*Nascera a questão dos sapatos obrigatórios de um projeto do Conselho Municipal, que foi aprovado e sancionado, determinando que todos os transeuntes da cidade, todos que saíssem à rua seriam obrigados a vir calçados. Nós passávamos então por uma dessas crises de elegância, que de quando em quando, nos visita. Estávamos fatigados da nossa mediania, do nosso relaxamento(...)o Rio de Janeiro não podia continuar capital a ser uma estação do carvão, enquanto Buenos Aires era uma verdadeira capital européia(...)os Haussmanns pululavam. Projetavam-se avenidas; abriam-se nas plantas squares, delíneavam-se palácios e, como complemento, queriam também uma população catita, limpinha, elegante e branca.*⁴⁰

³⁹ Luiz Edmundo *O Rio de Janeiro do meu tempo* 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1957, p. 26.

⁴⁰ Lima Barreto *Recordações do escrivão Isaías Caminha* São Paulo, Ática, 1984, p.101.

As críticas de Lima Barreto apontavam o claro impedimento das pessoas pobres que não tinham sapatos de saírem às ruas e mostrava quão longe se podia ir em nome de uma pretensa preocupação estética. Não passa despercebido dele também, o ideal de povo que está presente, ou seja, uma população branca e elegante e a crítica a Pereira Passos que se inspirou em Georges Eugène Haussmann, prefeito nomeado por Napoleão III que transformou Paris em uma cidade a ser imitada em todo o mundo.

A rua era o lar de muitos que não tinham onde morar, e também uma das poucas possibilidades de lazer que existiam para as camadas populares, ainda que as autoridades policiais e sanitárias vissem na rua e nos bares lugares perniciosos, insalubres e fontes de vícios. Ademais, derrubaram-se os cortiços e estalagens, mas os locais de trabalho permaneciam os mesmos. Assim, entende-se porque apesar de muitos juizes serem rigorosos nas penas imputadas, procurando por meio delas disciplinar a presença dos pobres nas ruas, não se conseguia coibir a presença popular nos espaços públicos. Além disso, segundo Sandra Graham havia dificuldade em discernir trabalhadores dos não trabalhadores. Muitas criadas eram confundidas com mulheres da rua e, mulheres públicas também diziam ser domésticas, acontecendo de muitas vezes, exercerem ambas as profissões⁴¹. Tais dificuldades associadas da vida miserável de boa parte da população levavam alguns juizes a absolver as pessoas indiciadas por vadiagem⁴². Em verdade, se fossem presos todos os indivíduos que estavam nas ruas, certamente não haveria lugar para todos na cadeia.

⁴¹ Sandra Graham, *Proteção e obediência*, p. 60.

⁴² É o caso da paulista Maria Cândida da Conceição indiciada em 1907 por “andar a esmo” pelo Largo do Estácio. Pela ficha datiloscópica, ela fora presa outras três vezes e não tinha moradia fixa. Foi

Em 1902, um grupo de rua foi preso num total de nove pessoas, três homens e seis mulheres. Todos eram acusados de serem vadios, ébrios habituais e estarem dormindo na rua. Havia nele pessoas de procedência diversa. Maria Bernardina Lopes era de Assunção, Paraguai; Maria das Dores, Maria Almeida Carvalho, Odorico Francisco de Paula e Honório Romualdo da Silva eram da Capital Federal. Já Brasília Ribeiro da Costa nascera no Ceará, Dorvalina Gomes de Oliveira em São Paulo, Edwirge de Souza na Bahia e Antonio Mancuzo era italiano da Calábria.⁴³ O lugar onde costumeiramente ficavam eram as imediações das ruas Frei Caneca, São Cristóvão e Estácio de Sá, o que correspondia às áreas dos bairros de Santana, Cidade Nova e São Cristóvão, regiões que progressivamente viviam um adensamento populacional devido às demolições que estavam acontecendo na época.

Como de hábito, todos os detentos negaram as acusações feitas e alguns como Edwirge e Antonio Mancuzo diziam ter moradia e forneceram como endereços a rua Frei Caneca e General Pedra, ruas que o grupo freqüentava. Maria das Dores dizia morar no Morro da Providência e os demais nada disseram. Ao serem inquiridos sobre se eram vagabundos ou não, Dorvalina disse que não podiam ser vagabundos, pois estavam até dias atrás, presos na Detenção. Dorvalina usava uma estranha estratégia como comprovação de sua inocência, pois afirmar que estivera presa era simultaneamente fornecer de certo modo elementos que condenavam seu ato como reincidência.

A prisão deste grupo é particularmente interessante para o conhecimento de como haviam se reunido. Eles certamente podiam estar na rua por falta de

julgada inocente da acusação de vadiagem, sob a alegação de que era uma pobre infeliz inofensiva como tantas outras. A.N. Maria Cândida da Conceição, 1907, 679

⁴³ AN, Maria Bernardina e outros, 1902, T7, n.º 188.

condições, mas também por opção, pois nela podia-se sobreviver como observa João do Rio:

*A mendicidade é a exploração mais regular, mais tranqüila desta cidade. Pedir exclusivamente pedir, sem ambição aparente e sem vergonha, assim à beira da estrada da vida, parece o mais rendoso ofício de quantos tenham aparecido[...] Entre os homens mendigos há irmãos da opa, agentes de depravação viciados, profissionais de doenças falsas, mascarando um formidável cenário de dores e aniquilamento[...] O homens exploradores não tem brio. As mulheres, só quando são realmente desgraçadas é que não mentem e não fantasiam.*⁴⁴

Assim notamos que as ruas reuniam diversos tipos que podiam viver de esmolas. Havia aqueles que estavam ali porque não tinham outra opção e também os pedintes profissionais. Viver de esmolas era uma atividade muito antiga nas ruas do Rio de Janeiro. Pedir esmola embora constrangedor, podia ser também uma ação rendosa. Ficar nas ruas exigia cuidados e, em grupo aquelas pessoas possivelmente se sentissem mais seguras para se protegerem de agressões, ou mesmo enfrentarem situações outras de perigo.

Entretanto, aquele grupo de homens e mulheres que dormia junto a céu aberto feria as concepções de moralidade e recato postas à época porque expunham suas intimidades, e causavam constrangimentos às “boas famílias” que se sentiam ameaçadas com a convivência mútua no mesmo espaço, ferindo as normas do recato. Assim, mais visados pela intolerância do que as pessoas presas individualmente, eles foram condenados a pena máxima de dois meses de cadeia.

⁴⁴ João do Rio *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro, 1995, p. 125.

No mesmo ano em 1902, outro grupo de moradores de rua foi preso desta vez na praça Estácio de Sá. A acusação era a mesma, “não era primeira vez que o guarda os via e dizia que eram ébrios e vagabundos”. Nele também havia uma migrante paulista de nome Maria Carolina. A composição deste grupo também variava um pouco do anterior em relação ao número de pessoas, presença feminina e na estratégia adotada para se livrar da condenação. Em princípio Fernando, Eduardo, Manoel e Maria Carolina não reagiram ao serem presos, mas quando já se encontravam na delegacia, passaram a xingar as autoridades. Questionados se era verdade que não possuíam ocupação nem domicílio, todos contestaram e Manoel respondeu:

*(...) que é oficial e carpinteiro estando agora enfermo, que tem residência, que não é ébrio habitual, se foi encontrado alcoolizado foi independente de sua vontade, não tendo costume de estar embriagado.*⁴⁵

Havia pouca probabilidade de que Manoel fosse alcoolizado à força e seria bem possível que sua declaração fosse uma pilhéria para com as autoridades, demonstrando sua contrariedade em relação à prisão. Maria Carolina por sua vez, ao ser inquirida sobre os motivos de sua prisão afirmou:

*Que não é bêbada nem vagabunda, quando quer trabalha, quando quer tem casa onde mora, que é falso ser encontrada caída no meio da rua, que é cozinheira e mora na rua Frei Caneca, número já declarado.*⁴⁶

⁴⁵ AN, Maria Carolina e outros, 1902, T 7, 158, fl. 5 verso.

⁴⁶ *Ibid.*, , fl.7.

Enquanto Manoel parecia enfrentar a acusação com desculpas relativas à sua saúde, Maria Carolina expressava toda sua indignação pela alienação de seus direitos. Ela demonstrava claramente não gostar daquela interferência em sua vida, salientando que não trabalhar era uma opção, não se utilizando dos subterfúgios habituais em que os indivíduos afirmavam-se trabalhadores. Cada qual à sua maneira contestava aquela prisão como ingerência em suas vidas. Ao declarar que, se era encontrado bêbado era independente da sua vontade, podia-se entender tanto que Manoel não queria ser encontrado pela polícia naquele estado, quanto que não tinha culpa de estar bêbado. Quaisquer interpretações de qualquer modo, pareciam não levar a sério as autoridades policiais.

Os outros membros do grupo não foram tão rudes, mas recusaram-se em conjunto a assinar o auto. Infelizmente não foi possível descobrir no que resultou o processo, mas ele fora iniciado em fevereiro de 1902, e a última documentação a ele anexada é uma requisição dos detentos elaborada pelo juiz da 9ª Pretoria em maio do mesmo ano. Embora não saibamos se foram condenados, era certo que do tempo em que foram presos até a requisição já havia passado o tempo máximo de prisão por vadiagem e embriaguez de dois meses, um possível esquecimento proposital, situação não rara entre os presos da Casa de Detenção também observada pelo cronista João do Rio.⁴⁷

A prisão dos dois grupos indicava que os migrantes paulistas conviviam intimamente com a população pobre carioca. A grande diversidade de relações estabelecidas pelos migrantes, elos de amizade aparentemente quebrados, poderiam reconstituir-se diante de uma situação difícil. Foi por exemplo, o caso de

⁴⁷ João do Rio *A alma encantadora das ruas*, pp.137-159. João do Rio era o pseudônimo de João Paulo Alberto Coelho Barreto que viveu entre 1881 a 1921. Foi jornalista e especializou-se nas crônicas da cidade do Rio de Janeiro.

Damásia. Presa em uma tarde de 1909, no Boulevard 28 de setembro em Santa Izabel, bairro operário, a afro-descendente Damasia Maria da Conceição, paulista, 23 anos, solteira e cozinheira de profissão. Fora detida por estar andando sem rumo, segundo os testemunhos do guarda e de um comerciante português.

Ao ser interrogada, Damásia - como de praxe nestas acusações - prontamente negou afirmando serem infundadas as declarações incriminadoras à sua pessoa. Ela era cozinheira e exercia sua profissão, não sendo portanto vadia. Um dia depois, ela mesma assinou uma declaração onde explicava que morava no Boulevard 28 de setembro e trabalhava para um funcionário público e mais:

*Tenho 22 anos só agora por uma quase vingança por ter ido cobrar um dinheiro fui presa como vagabunda coisa que não sou nem nunca fui. [...] De acordo com o artigo 399 parágrafo 1º e combinado com artigo 401, fica provado que a suplicante tem meios de subsistência porque é empregada e não vadia.*⁴⁸

Além da alteração de sua idade, era óbvio que alguém havia escrito e instruído Damásia em sua defesa que, por sinal, estava correta. Se era verídico o que ela afirmava, poderia haver ali um envolvimento de alguém interessado em sua prisão e um possível acordo com o guarda. Em meio a tantos encarceramentos de pessoas entendidas como vagabundas, a prisão de Damasia, em princípio, passaria despercebida se não fossem as suas declarações, a prisão feita durante o dia e a incomum defesa versada nas leis que fez de si própria. Para comprovar sua inocência, ela solicitou o testemunho de seu patrão, o tabelião e funcionário público Damazio de Oliveira que alguns dias depois, veio depor em seu favor. De fato, ele

⁴⁸ AN, Damasia Maria da Conceição, 1909, T 8, 33 76, fl.7

reconhecia “a parda Damasia Maria da Conceição como uma antiga ama seca que despediu por ser muito ríspida, geniosa mas trabalhadeira”.

Havia ali uma interessante relação. Damazio viera em favor dela, fizera questão de registrar que a conhecia e que ela não era mais sua empregada, afirmando seu mau gênio e simultaneamente reconhecendo as qualidades de seu trabalho. Damazio parecia ter claro que apesar de fracassadas as relações de trabalho, sua ex-empregada podia ser afiançada como pessoa correta, o que a livrou das acusações. As relações de domésticas com seus patrões guardavam muitas singularidades. A história da ex-empregada Maria das Dores que contamos no segundo capítulo, é um outro exemplo destas complexas relações. Como partilhavam a intimidade dos patrões, elas inevitavelmente inteiravam-se da privacidade destes e a usavam caso fosse necessário, como observamos quando Maria das Dores relatou em juízo as dívidas que sua patroa tinha e o desemprego do marido dela. Havia ainda problemas como a falta de pagamento e a intolerável ação (assim entendida por parte dos patrões) que era o desaparecimento sem nenhuma satisfação. Sandra Graham citou alguns dos problemas dos quais se queixavam os patrões:

As criadas que dormiam fora eram acusadas de trabalhar por somente alguns dias, o tempo suficiente para ganhar alguma confiança, ir embora uma noite depois de receber o dinheiro das compras do dia seguinte e nunca mais voltar. As patroas alegavam que a criadas se aproveitavam da rivalidade entre elas, colocando-as umas contra outras e permitindo-se ser “induzidas por sugestões estranhas” de outras donas de casa para conseguir “uma mais vantajosa colocação.”⁴⁹

⁴⁹ Sandra Graham. *Proteção e obediência*, p.121.

Havia também o outro lado da história, que eram as queixas das empregadas, pois muitos abusos eram feitos pelos patrões admitidos inclusive pelas autoridades. Muitas vezes, os desaparecimentos repentinos na verdade eram resposta a maus tratos e à falta de pagamento em um contrato sempre feito verbalmente e por isso sujeito a variadas interpretações. Ademais, o trabalho nem sempre era visto como algo desejado permanentemente pelas empregadas.

Um outro espaço onde se verifica a presença de migrantes foram os morros. Eles eram marcos limítrofes das freguesias da cidade. O Morro do Livramento, por exemplo, pertencia à freguesia de Santa Rita. Já o Morro da Providência era da freguesia de Santana. Foi a partir da ocupação do Morro da Providência, que depois passou a se chamar também Morro da Favela, que a ocupação dos morros se sistematizou. A maioria dos estudiosos concorda que a ocupação se deu com os soldados e os prisioneiros que vieram da campanha de Canudos 1897.⁵⁰ A esta grande migração baiana somaram-se os despejados das demolições que se seguiram ao *bota-abaixo* de Pereira Passos. O termo favela se popularizou e desde 1906, as próprias autoridades usavam-no para designar as novas formas de habitação dos morros.⁵¹ Em 1920, havia 839 domicílios na Providência, 190 no

⁵⁰ Sobre a formação das favelas ver Sonia Zylberg *Morro da Providência* Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, Lia Carvalho *A Habitações Populares* 2ª ed., Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995, Oswaldo P. Rocha *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920* 2ª ed., Rio de Janeiro, Secretaria Municipal e Cultura, 1995, Jaime L. Benchimol *Pereira Passos: um Haussmann tropical* Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

⁵¹ Segundo Oswaldo Rocha o termo favela tem duas origens. A primeira seria uma palavra de origem baiana, introduzida pelos combatentes da Campanha de Canudos e que designaria uma colina com este nome. A segunda seria uma espécie de gramínea muito comum no sertão baiano. Cf. Oswaldo Rocha, *A era das demolições*, p. 90.

Morro do Salgueiro, 6 no Morro da Arrelia, 16 em Cantagalo, 59 na Babilônia e 63 em São José.⁵²

No dia-a-dia da cidade do Rio de Janeiro, os morros e seus habitantes também protagonizavam histórias onde víamos migrantes paulistas. Em 1914, Ignez da Conceição uma migrante e afro-descendente paulista entrou em conflitos na fila do Chafariz da Caixa D'água no Morro de São Carlos e terminou por agredir a uma mulher de nome Michaela. Acusada por todas as testemunhas de não respeitar a fila que se fazia para pegar água, ela havia agredido uma menor e sua mãe. Em sua defesa afirmou:

*(...) que estava na fila e uma garota enchia diversas latas quando ela pediu que a deixasse encher sua lata e dali nasceu uma discussão onde a menina lhe disse um nome feio o que ela repeliu. A mãe da menina veio e elas se atracaram saindo a mesma ferida.*⁵³

Nesta história vemos um conflito devido a um problema cotidiano dos moradores do morro, o abastecimento de água. A água era fornecida por um chafariz que se tornava um equipamento coletivo regulado pelas regras dos que o utilizavam, onde manter-se na fila era regra importante a ser cumprida. Este espaço era basicamente feminino por ser o abastecimento de água uma das tarefas delegadas às mulheres e também devido à natureza das atividades como lavagem das roupas, profissão que se ligava diretamente à necessidade do abastecimento de água. Para as mulheres aquela espera não era fácil, quem lavava roupa tinha que ir em busca de bicas, chafarizes, córregos e depois encontrar espaços para lavar e

⁵² Maurício Abreu A. "Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro sua evolução" In *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, v. 1, n.º 2, UFF, 1986.

secar, tarefas que obrigavam as mulheres a se ausentar de casa por um longo tempo. A presença de crianças na fila indicava a importância de seu auxílio nas tarefas domésticas não só de pegar água e também de vigiar a secagem das roupas, para evitar que fossem levadas pelos ladrões de roupas⁵⁴.

As filas eram ponto de sociabilidade dos moradores e, não raro, de manifestações de impaciência, o que motivava algumas mulheres como Ignez a se exaltar. Para a polícia, não havia muita diferenciação entre as brigas produzidas naquele espaço e, reforçando o estigma do morro, se categorizava qualquer disputa surgida como um motivo frívolo e sem grande importância⁵⁵. Ignez tinha seu comportamento desaprovado por romper os códigos da comunidade que regulavam o uso do chafariz bem como pela agressão a uma criança. Isto demonstrava que o entendimento que se tinha de respeitabilidade e justiça, eram semelhantes aos de moradores de outros lugares da cidade. A briga que produziu a ação foi desconsiderada e a ré absolvida, porém mais do que o resultado em si, registrava-se ali uma outra vivência que ia se tornando freqüente entre os migrantes negros paulistas e moradores da cidade do Rio de Janeiro.

Em geral, os morros eram territórios que a polícia não freqüentava. Não se tratava, no entanto, das dificuldades de acesso, mas das hostilidades entre os moradores e a polícia. Uma das poucas ocorrências onde vimos a presença da polícia no morro, foi na prisão da migrante Faustina Maria da Conceição no ano de 1908. Presa por estar provocando desordens no morro e também por ser conhecida

⁵³ AN, Ignez da Conceição, 1914, 71290.

⁵⁴ Segundo Sonia Zylberg era comum o roubo de peças de roupa ainda molhadas, o que fazia com que além do trabalho de lavagem houvesse uma supervisão da secagem das roupas. Sonia Zylberg *Morro da Providência*, p. 73.

⁵⁵ Isto pode ser verificado nos processos pesquisados que envolviam migrantes negros paulistas residentes em morros e favelas.

da polícia, ela foi acusada de vagar em outros lugares em estado de embriaguez e não ter residência fixa.⁵⁶ Faustina, de 31 anos de idade, não declarou profissão, mas dizia ter domicílio no Morro do Salgueiro. Contra ela nada foi encontrado no Gabinete de Identificação, o que punha em dúvida a idéia de vadiagem por embriaguez habitual da qual foi acusada pela polícia. A condição inédita da situação, que se evidenciava tanto na prisão quanto no local em que ocorreu, atuou em favor de Faustina que ficou livre após julgamento.

Como ocorria nas estalagens e cortiços, a vida na comunidade do morro era palco de uma intensa sociabilidade. Ali surgiram as casas construídas com material simples como latas de querosene, folhas de zinco e papelão que serviam para montar as casas que posteriormente poderiam ser completadas com madeira. Embora as casas não tivessem a mesma proximidade dos cômodos dos cortiços, a convivência continuava muito próxima, possibilitando que alguns acontecimentos se tornassem públicos. Este era o caso de uma briga por ciúmes que aconteceu no morro do Salgueiro⁵⁷.

No início da noite do dia 21 de outubro de 1919, João Cypriano e Francisca Maria que eram amásios, afro-descendentes, ele mineiro e ela paulista, entraram em violenta discussão. Em socorro de Francisca, veio seu irmão Jovelino que se atracou com João em uma luta corporal onde Jovelino levou uma facada nas costas.⁵⁸ Todos foram presos e na delegacia os depoimentos de cada um dos envolvidos foram tomados. João Cypriano ao ser inquirido disse:

⁵⁶ AN, Faustina Maria da Conceição, 1915, nº 70175.

⁵⁷ Lia A. Carvalho *Habitações populares*, p. 139.

⁵⁸ AN, Francisca Maria da Conceição, 1919, nº 70336.

Que tinha 22 anos era ajudante de cozinheiro, solteiro e morava no Terreiro Grande que teve uma discussão com sua amásia Francisca na subida do Morro do Salgueiro, dando-lhe uma bofetada(...) quando foi perseguido por Francisca que lhe atirou várias pedras; que uma das pedras, atingindo a cabeça do declarante, feriu-o; que vendo-se ferido, pretendia bater em Francisca, quando Jovelino, irmão dela, agarrando o declarante deu-lhe duas bofetadas, que depois de recebera Segunda bofetada, apanhou um pau e com o mesmo investiu para Jovelino a fim de bater no mesmo que não conseguiu atracando-se em luta ambos que quando lutavam, Francisca deu-lhe uma facada nas costas do declarante produzindo-lhe o ferimento que apresenta que por isso se evadiu e foi socorrido por várias pessoas até rua General Rocca, no automóvel da Assistência Pública indo até o Porto onde foi medicado.⁵⁹

As declarações de João confirmavam a agressão a sua amásia e também ao seu cunhado. Diferente de outras situações em que os envolvidos se eximiam da responsabilidade da agressão, Cypriano assumiu a agressão. Esta ação inusitada cercava-se de um motivo que foi revelado pelo testemunho de um visitante do morro⁶⁰:

Joaquim Pereira, natural da Capital Federal, com 24 anos, solteiro e operário(...) disse que estava com o João Cypriano na subida do Morro do Salgueiro, quando viu este ter uma discussão com Francisca, amásia do mesmo; que quando discutiam, Cypriano deu uma bofetada em Francisca, isso porque estava a conversar com Antonio de tal.⁶¹

Nas declarações havia aqui dois interessantes registros. O primeiro era a visita de Joaquim que morava em outro local do morro, acompanhando Cypriano. A

⁵⁹ Ibid., fl. 4.

⁶⁰ Segundo Sonia Zylberg, grande parte do preconceito contra os moradores dos morros foi se atenuando com a incorporação dos blocos camavalescos ao calendário festivo da cidade. Sonia Zylberg *Morro da Providência*, cap. 4 e 5.

visita mostrava que a despeito de toda a estigmatização e preconceito feita pelas autoridades e periódicos havia pessoas que iam aos morros também para visitar as pessoas que ali moravam, pois naquele espaço mesclavam-se todos os tipos despossuídos. Neste sentido, era interessante perceber que o endereço de um dos guardas em questão, Deodoro Fonseca Rosas que prendeu Francisca, era o Morro do Trapicheiro. Uma outra informação mencionava que Joaquim ao fazer sua subida ao morro não estava sozinho, mas ia acompanhado de Cypriano que era morador do lugar.

Uma outra informação dada pela mesma testemunha permite saber que a briga tinha começado pelos ciúmes de Cypriano, já que Francisca estivera conversando com outro homem, fato não revelado por nenhum dos dois envolvidos. Ao seu depoimento, Joaquim acrescentou que Francisca era de cor preta, aparentava ter 22 anos e era meretriz. Embora a afirmação dele fosse bastante séria, nada a este respeito veio a ser contestado pela ré ou seu amásio, uma situação estranha, pois mesmo quem era prostituta de fato nunca o admitiria devido às penalidades previstas no Código Civil.

Dentre os vários depoimentos prestados houve também o de Alexandrina Thereza da Conceição, cunhada de Francisca e amásia de Jovelino. Era de Minas Gerais, tinha 20 anos, cozinheira, solteira e também morava na área do Terreiro Grande, no mesmo morro. Segundo ela, Jovelino interveio na briga, após ouvir uma algazarra e ver Francisca e Cypriano brigando, o que conferia àquela intervenção um tom conciliador. Observa-se também neste processo, que os dois irmãos Francisca e Jovelino, moravam junto com seus respectivos companheiros, próximos

⁶¹ AN, Francisca Maria da Conceição, 1919, nº 40330, R. 0.

um do outro costume anteriormente visto em relação a outros migrantes paulistas em bairros como Santana.

Com medo que a pedrada dada em Cypriano o tivesse ferido muito, Francisca fugiu, mas foi encontrada em uma pedreira chamada Sumaré. Como nenhum dos dois falasse das reais motivações da briga, foi chamado Antonio Damasio dos Santos, o pivô da confusão para depor. Em juízo disse;

Que tinha 29 anos, era operário da fábrica de tecidos Botafogo, Andaray e morava na Travessa dos Prazeres, 54, disse que no dia do ocorrido esteve a conversar com Francisca Maria da Conceição, amásia de João Cypriano pela manhã, porém à noite não conversou com a mesma nem a viu na subida do Morro do Salgueiro.⁶²

Na versão de Antonio, seu encontro com Francisca havia ocorrido pela manhã e não à noite, o que não inviabilizava a alegação de que fora pivô daquele desentendimento. Era notório ali naquele caso, um certo domínio público da vida das pessoas, uma intensa sociabilidade que rompia uma pretensa privacidade. Com a absolvição de todos os envolvidos deixamos de saber o que aconteceu com aquelas pessoas, não sabemos se Francisca era ou não prostituta, se ela e Cypriano fizeram as pazes ou mesmo qual o fim de Antonio. Porém vimos que a despeito da diferenças na configuração física, o universo dos morros ou dos cortiços fazia-se sobretudo pelas pessoas que ali habitavam e que recriavam seu mundo tentando obter uma vida mais digna possível.

Uma mulher correta, mas nem tanto

As experiências de migrantes afro-descendentes paulistas em terras cariocas foram mostrando que se eles não tinham um vida espetacular, uma vida que simbolizaria um empreitada de sucesso do ponto de vista econômico, eles não se diferenciavam de outros que viviam na cidade. Eles se mesclaram aos vários segmentos populares num intenso relacionamento em que vários tipos de alianças foram estabelecidas a partir da amizade, uniões conjugais e trabalho. As relações de trabalho são um capítulo à parte porque como vimos, não eram típicas relações capitalistas em que se vendia a força de trabalho. Elas envolviam alguns resquícios das antigas relações desenvolvidas ao longo do sistema escravista e paternalista onde na falta de um salário bom negociava-se outras condições que compensassem a baixa remuneração. Por outro lado, vimos no caso de Damásia uma certa cumplicidade com o patrão que por sua vez foi a juízo testemunhar em seu favor, embora não existissem mais relações formais de trabalho. Um pouco mais destas relações complexas é mostrado no caso a seguir.

Em 1900, deu entrada na 11^a Pretoria um processo contra a ré Alcina Maria da Conceição uma afro-descendente paulista e migrante⁶². Ela não fora porém, presa pelos motivos que levavam tantos populares negros à cadeia, acusados de vadiagem, embriaguez, brigas ou agressão. O motivo de sua prisão decorria de um pretenso envolvimento com o jogo do bicho. Tudo começara com as suspeitas de um guarda que ficara de espreita nas proximidades de sua casa. Ele vira um menino com um papelzinho pardo que foi entregue a Alcina e que em seguida saiu correndo.

⁶² AN, Francisca Maria da Conceição, 1919, nº 70336, fl.17.

Observando a sequência o guarda invadiu a casa e revirando tudo deu voz de prisão a Alcina.

O guarda alegava ter encontrado um papelzinho pardo embaixo de uma trouxa de roupas, duas cédulas de quinhentos réis, uma cédula de mil réis e outras duas de cem réis provas que segundo ele, a incriminavam. Para provar seu ponto de vista, Álvaro Sá Albuquerque, o guarda em questão, chamou algumas testemunhas. Víamos que até ali, nada havia sido pronunciado sobre a inocência ou culpabilidade de Alcina e que também nada fora dito por parte das autoridades sobre a invasão do policial que agira sem mandado, como se provou mais adiante. A ausência de qualquer manifestação por parte dos superiores fazia crer que aquele tipo de ação aos olhos das autoridades, fosse um procedimento rotineiro. Como primeira testemunha foi chamado Antonio da Costa Alves, português, caixeiro de 24 anos morador na mesma rua da ré, a rua Haddock Lobo. Ele afirmou:

*Que nada pode dizer pois não estava presente de fato mas pode afirmar que a acusada não faz o jogo denominado dos bichos pois a conhece há muito tempo, freqüentando sua casa e nunca viu ali falar-se em tal jogo. Que a acusada vive do produto de sua chácara e além disso ocupa-se em lavar e engomar.*⁶⁴

A fala do imigrante português que era testemunha convocada pelo guarda confirmava a defesa de Alcina, afirmando sua idoneidade e declarando os laços de amizade que possuíam. Antonio indicava também que Alcina estava na cidade o suficiente para ter conseguido alguns ganhos importantes como emprego, casa e amigos inclusive na comunidade de estrangeiros que como ela haviam migrado para a cidade. Ao contrário da grande maioria dos migrantes até aqui analisados, Alcina

⁶³ A.N. Alcina Maria da Conceição, 1900, 644.

morava em uma chácara, trabalhando como lavadeira e vivendo do que se produzia ali. Assim ela mesclava duas formas distintas de ganhar a vida, uma como lavadeira e outra como agricultora, aproveitando-se das circunstâncias do lugar onde ela morava uma chácara dentro da cidade.

Havia muitos elementos que podiam soar estranhos a ouvidos não familiarizados às histórias de jogos de azar. As acusações feitas pelo inspetor policial fundamentavam-se preliminarmente em papéis contendo uma lista de números com cinco dezenas de números de milhar, comuns em loterias e anexas em processo. O jogo do bicho, criado e explorado pelo Barão de Drumond ainda no período imperial, era um jogo de azar que se tornou muito popular e mais tarde, ainda no final do século XIX, passou a ser explorado por particulares que faziam e pagavam os prêmios das apostas, denominando-se banqueiros. O jogo consistia na aposta de uma dezena que equivaleria a um dos 24 bichos existentes no jogo. Conforme o valor apostado e a posição do número nas casas decimais (unidade, dezena ou centena, simples ou na milhar) os ganhos apostados poderiam multiplicar. A popularidade devia-se ao fato deste jogo aceitar valores pequenos e apresentar resultados rápidos, pois os resultados são diários e os ganhos repassados imediatamente. A popularidade deste jogo fez com que lugares de aposta chamados de banca se espalhassem por todo o Rio de Janeiro e pagassem os premiados. Além disso, uma série de pessoas fazia parte da ligação como os recebedores de apostas, os entregadores de resultados, da fêria do dia e dos prêmios.

Assim, a acusação via a ré como um dos elementos que trabalhava na realização o jogo do bicho. Ao ser detida Alcina solicitou fiança que foi paga após

⁶⁴ A.N. Alcina Maria da Conceição, 1900, 044, fs. 13 e verso.

ser arbitrada, no valor de cem réis. Este valor correspondia ao equivalente do dobro de um salário de uma empregada doméstica, por exemplo, ou dobro de um aluguel na região de Santana onde uma quarto em um zunga⁶⁵ poderia chegar a 100 réis⁶⁶, portanto um valor alto para as posses de lavadeira e chacareira.

Uma outra testemunha trazia mais dados sobre a vida de Alcina na cidade:

*(...)Carlota de Souza, brasileira, solteira, 30 anos, moradora a rua Haddock Lobo, 181, disse que conhece a acusada há sete anos mais ou menos, sempre como lavadeira e engomadeira e nunca ouviu dizer que Alcina fazia jogo do bicho apesar de assídua na casa da acusada.*⁶⁷

As estimativas de Carlota precisavam possivelmente o tempo que Alcina estava na cidade, uma vez que naquele endereço, ela declarou estar há apenas três anos. Se assim fosse, talvez Alcina fosse uma das tantas pessoas que haviam emigrado no período posterior à Abolição. Ela possuía um perfil parecido com os dos migrantes verificados, pois era jovem e dizia ser solteira, condições que facilitariam sua vinda. Por outro lado, se ela tinha 21 anos e estava no Rio há sete, ela teria migrado com apenas 14 anos. Ainda que não saibamos ao certo quando Alcina tinha vindo de Santos para o Rio de Janeiro e tampouco de seu percurso até ali, ela parecia pertencer à movimentação de libertos e afro-descendentes que se seguiu a lei Áurea. Preocupada com a sua absolvição naquela história, a defesa buscou rever as acusações que se faziam contra Alcina:

⁶⁵ Segundo uma das definições que existem para zunga ou zungú seria uma casa dividida em pequenos compartimentos que se alugavam. Para mais informações ver Carlos Eugênio L. Soares *Zungú: Rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

⁶⁶ Sylvia F. Damazio, *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*, p. 61.

⁶⁷ A.N. Alcina Maria da Conceição, 1900, f.15.

*E assim versa[...] que o inspetor qual cão de fila farejava os arredores da chácara onde reside a ré a caça de jogadores de bicho; de repente ele vê um menino entrar correndo com um papel na mão, pela chácara a dentro em direção ao cômodo ocupado pela ré. O menino entra depois e como um fantasma desfaz-se na sombra. Não tenta o inspetor perseguir o menino, seu [...] certamente e infalivelmente o mesmo comparsa em cenas iguais em outros palcos. Só eu, o humilde advogado que assino a presente defesa pela ré que é analfabeta, tenho tido ocasião de defender perante este Juízo quatro cidadãos acusados de idêntica contravenção e em que o faro inspetoral é sempre incitado por um mesmo [grifo dele] que aparece e desaparece por encanto. [...]entretanto a bem da verdade, acrescentar que o inspetor errou o [...] não estava preparado para a pobre engomadeira analfabeta que vive do seu trabalho honrado no modesto cômodo na chácara da rua Haddock Lobo.*⁶⁸

Via-se que Jorge Moraes Jardim, o advogado, buscava desqualificar as afirmações do guarda, criando uma outra versão onde o policial era o verdadeiro vilão dada a recorrência da história e das outras pessoas por ele presenciadas naquele juízo. Era notória também uma ligação de corrupção entre o jogo do bicho e a polícia de modo geral na cidade e rendeu até samba famoso chamado **Pelo Telefone**⁶⁹. Tudo começara em 1913, com uma sátira de um grupo de jornalistas que instalaram uma roleta de papelão no Largo da Carioca, passando-se por jogadores e banqueiros do bicho. A polícia os repreendeu e a história acabou rendendo uma canção atribuída a Ernesto dos Santos (Donga, 1889/1974). Esta composição alcançou grande popularidade à época. O interessante é que sua primeira apresentação pública foi no Cinema Teatro Velo, à rua Haddock Lobo, na

⁶⁸ Ibid. , fl. 21.

⁶⁹ Roberto Moura *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*, pp.116-127.

Tijuca, exatamente na mesma rua onde Alcina Maria da Conceição morava ou seja o lugar onde se dizia haver uma banca de jogo do bicho.

Prosseguindo com a defesa de Alcina, o advogado disse:

*Não por violar o lar da cidadã, pretendia na verdade atacar ao dono da chácara, o português tímido a quem, a polícia da Circunscrição está habituada a **morder e sangrar**, infundindo-lhe medo. Mas o português não estava na chácara no momento do ataque de modo que, frustrado o plano, a cegueira e a cólera deu com o inspetor no quartinho de Alcina e fica a pobre **preta**⁷⁰ como protagonista⁷¹.*

Se subtraírmos o lado dramático que o advogado impingiu à defesa, víamos novos elementos na história. Para o advogado, Alcina era apenas um bode expiatório da raiva do guarda que tinha interesse em extorquir dinheiro do dono da chácara e simultaneamente da banca. Mas a denúncia admitia também uma certa cumplicidade da ré, uma vez que os indícios levavam a crer que jogo ocorria onde Alcina residia, não tendo sido em nenhum momento do processo negados, o que indicava subliminarmente que Alcina talvez não fosse tão inocente.

A defesa de Alcina caminha em dois rumos. Por um lado a reconhecia como cidadã que tivera seus direitos violados por uma prisão arbitrária. Por outro, como meio de despertar compaixão, desqualificava a própria idéia de cidadania anteriormente utilizada, nomeando-a **pobre preta**. Ao final, ela foi absolvida. Sua liberdade podia tanto significar o entendimento de sua inocência na questão do jogo, como a admissão de parte da culpa já que ela era apenas um componente de uma estrutura mais ampla daquele jogo de azar. De qualquer forma, pode-se pensar que

⁷⁰ Grifo meu.

⁷¹ A.N. Alcina Maria da Conceição., 1900, f.15, Fl. 21

Alcina representava um dos melhores exemplos de adaptação de um migrante à cidade, uma vez que reconstruía sua vida pós-migração na comunidade carioca.

Apesar do constrangimento do encarceramento, Alcina possuía amigos que testemunharam em seu favor, fiança paga, advogado de defesa e apoio do patrão. Sob a ótica das estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos migrantes paulistas, ela atravessara o patamar do mundo sonhado e efetivara a sua realidade possível.

Conclusão

A diáspora empreendida pelos migrantes paulistas mostrou que muitos eram os caminhos e experiências de suas vivências na cidade do Rio de Janeiro. Ao chegar nela, muitos traziam seus sonhos de cidade idealizado na vida que queriam realizar.

Assim vimos que a maior parte desses migrantes eram jovens, solteiros e possivelmente sozinhos. Muitos foram surpreendidos pelas dificuldades, e acabaram muitas vezes por decepcionar-se com as hostilidades da sobrevivência. Não raro eles eram presos por estarem nas ruas ou flanando pela cidade, mas à medida que se familiarizavam, eles revertiam as adversidades em aprendizado e desenvolviam novas estratégias de sobrevivência.

Tais vivências revelaram a importância das alianças junto à comunidade e minoravam as agruras do cotidiano. Fosse a companhia para dormir nas ruas, fosse por um relacionamento afetivo e amizades, os elos constituídos foram importantes vínculos para o alcance de melhores condições de vida.

Finalmente, vimos pessoas como Alcina Maria que se mostravam totalmente adaptadas às condições da cidade. Alcina, como Isidoro, conseguiu condições nada desprezíveis para alguém das camadas populares: morava em uma casa, tinha emprego, amigos e patrão que lhe afixavam. Além de tudo, ela mostrava ter aprendido como se relacionar em meio à delicada contenda entre a polícia e os banqueiros do bicho, e embora não se saiba ao certo se havia ou não ligação dela com bicheiro, ela conseguiu ajuda para ter advogado e a liberdade.

Inseridas em todas essas experiências, havia um considerável grau de dificuldades que no entanto, não desqualificavam o processo de migração, dando margem a um possível arrependimento pela mudança.

Na cidade eles criaram um espaço junto aos demais habitantes, estabelecendo uma teia de relações entre os nativos do Rio de Janeiro, migrantes e imigrantes, trabalhando, amando, divertindo-se e brigando com essas pessoas. A idéia de uma saída voluntária, de um movimento de mudança era um momento único na vida dessas pessoas.

Por muitos séculos, os negros viram seus avós, pais e muitos deles mesmos serem tutelados e privados dos direitos mais fundamentais ao ser humano como a liberdade de movimento, tendo de pedir permissão para tudo. Por isso, o período do pós-abolição foi notável. Eles foram os tempos das saídas coletivas das fazendas e de deslocamentos do campo para a cidade e para outros estados. Tais diásporas revelavam o desejo de mudança não só geográfica, mas da formação de novas relações. Como vimos, os libertos e afro-descendentes paulistas fincaram raízes no Rio de Janeiro e criaram junto aos outros grupos da cidade espaços com suas próprias tradições, ao mesmo tempo absorvendo a cultura desses grupos.

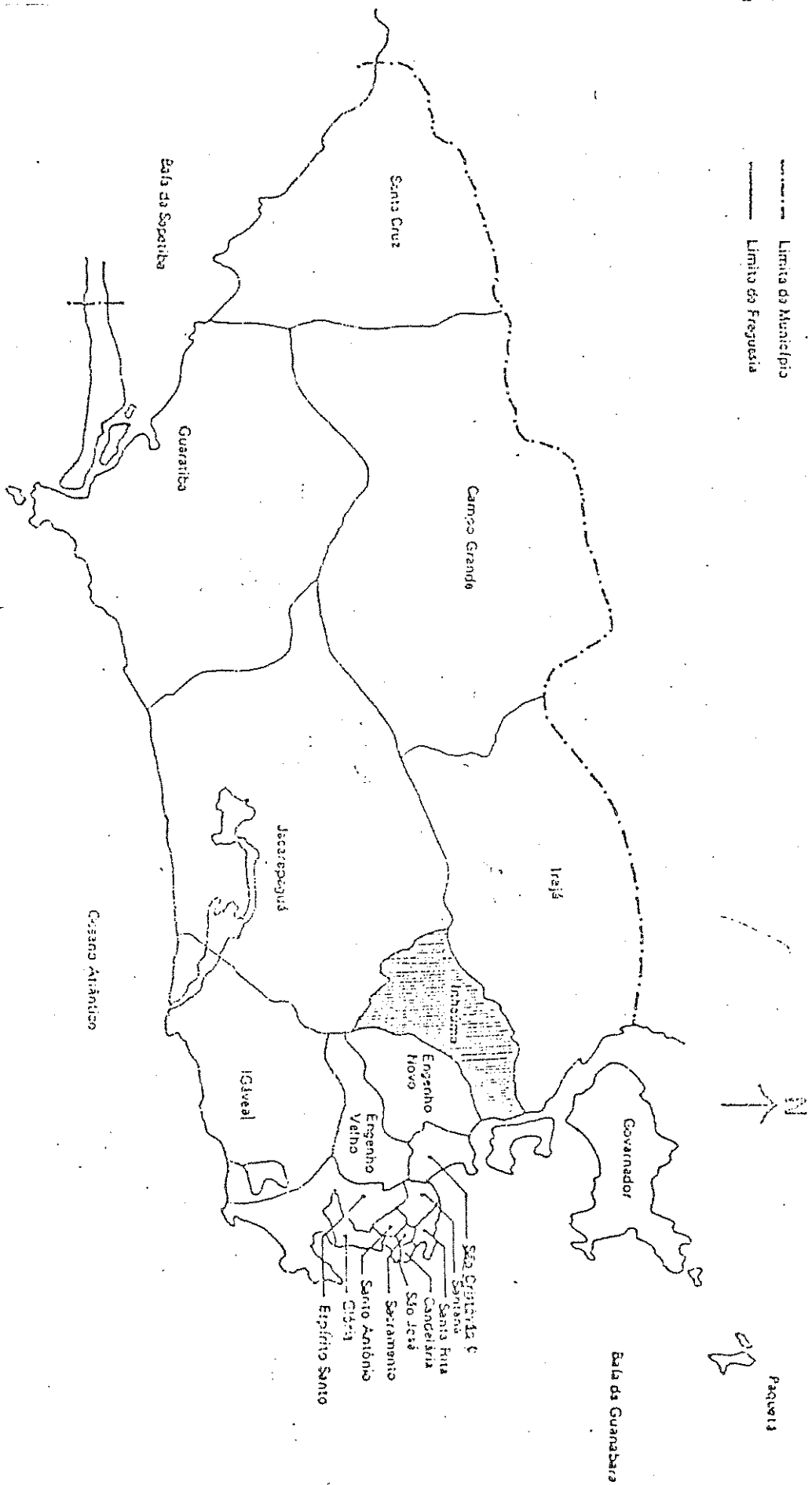
Todo esse empenho não eliminou as barreiras da discriminação. O Rio de Janeiro da “Belle Époque” pretendia ser capital modelo, as reformas urbanas ditatoriais procuraram banir os pobres, os indesejáveis e afastá-los das áreas “revitalizadas”, pois esperava-se outro tipo de população, “uma população elegante e branca” na expressão de Lima Barreto. Este projeto não era desconhecido dos migrantes e dos populares, muito pelo contrário, vindos de lugares marcados por traços claros de exclusão, os migrantes não deixavam de perceber que também na cidade do Rio, havia discriminação, embora eles se dirigissem para lá, esperançosos

de um tratamento melhor. Para James Grossman tal conduta seria uma forma de temperar o otimismo com a sabedoria da experiência.¹

Assim podemos entender que se, por um lado, eram constantes as prisões de libertos e afro-descendentes, por outro, a contínua presença desses nas ruas da cidade indicava que o cerceamento das elites não os inibiu. Mais do que isso, eles conseguiram reverter as ações repressivas e significações racistas. Dessa forma, se no início do século XX, o Rio de Janeiro era a cidade que se tornou a “maravilhosa” pelos seus feitos arquitetônicos de inspiração francesa, ao longo do tempo também incorporou as experiências, sonhos e esperanças dos migrantes afro-descendentes, entre eles os migrantes paulistas.

¹ James R. Grossman *Land of hope: Chicago, black southerners, and the Great Migration* Chicago and London, The University of Chicago Press, p. 161.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: AS FREGUESIAS DO RIO DE JANEIRO



Fonte: Nobrega Santos P.A. As Freguesias do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965

Arquivos e Bibliotecas

Arquivo de Pesquisa da Faculdade Plínio Augusto do Amaral

Arquivo Edgar Leuenroth

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Arquivo do Estado de São Paulo

Arquivo Nacional

Arquivo do Centro de Memória da Unicamp

Biblioteca Nacional

Biblioteca Municipal Mário de Andrade

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp

Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa CMU/Unicamp

Biblioteca do Instituto de Estudos da linguagem/Unicamp

Biblioteca do Instituto Agrônômico de Campinas

Bibliografia

Fontes Primárias

1. Depoimentos orais

Henrique Cunha a Ana Lúcia Souza Moreira e Sandra Santos em 26^{de} novembro 1992 na cidade de São Paulo.

Cypriano Antonio de Oliveira a Lúcia Helena Oliveira Silva em novembro e dezembro de 1991.

Benedito da Luz Egídio a Lúcia Helena Oliveira Silva em fevereiro de 1992.

Fontes manuscritas

2.1 Arquivo de Pesquisa da Faculdade Plínio Augusto do Amaral (Amparo-SP)

Processo-crime ré Barbara Stafocher, 1909, processo 831.

2.2 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Livros de Matrícula da Casa de Detenção

4059 1860

4284 1861 livres

4058 1861 escravos

C72 1881

3973 1889

CD 83 1886

3957 1888

4311 1888

1631 1888

4057 1888

3957 1888

5416 1888

4000 1889

4056 1889

3976 1890

3985 1891

3972 1891

3977 1891

5623 1892

5413 1892

5628 1894

6329 1903

6321 1904

5457 1906

3983 1909

6314 1911

6315 1912

CD76 1912

5624 1913

6319 1913

6336 1914

15631 1915

5631 1915

6311 1917

6309 1918

5627 1924/1928

Estatísticas Policiais e Criminais dos anos de 1908, 1909 e 1910

2.3 Arquivo Nacional

Fundo T9 Pretoria do Rio de Janeiro, 12ª Freguesia do Engenho Velho

Fundo T8 Pretoria do Rio de Janeiro, 11ª Freguesia do Engenho Velho

Fundo 7E Pretoria do Rio de Janeiro, 12ª Freguesia do Engenho Novo

Fundo 7 A Freguesia do Espírito Santo

Fundo T7 Freguesia do Espírito Santo

Fundo 7D Pretoria do Rio de Janeiro, 11ª Freguesia de São Cristóvão

Processos crimes

Manoel José Adão, 1908, processo 4995, cx. 1051, gal. A

Maria Adelaide, 1893 processo 2846, maço 926, gal. A

Maria Adelaide, 1910, processo, 861, maço 2275

Antonio Africano, 1903, processo 1295, cx. 2443, gal. A

Manoel Africano, 1903, processo 5128, maço 889, gal. A

Antonio Almeida e outro, 1901, processo 3727, maço 928, gal. A

Conceição Adelaide, 1908, processo 1341, cx 2011

Adelaide Maria da Conceição, 1913, processo 432, maço 95, gal. B

Afonso José da Conceição 1912, processo 206, maço 97, gal. B

Albertina Maria da Conceição, 1900, processo 1740, cx. 126, gal. A

Alexandrina Maria da Conceição, 1913, processo 1574, cx. 327, gal. B.

Amélia da Conceição, 1912, processo 487, maço 97, gal. B.

Ana Maria da Conceição, 1912, processo 1, maço 2502.

Angelina Maria da Conceição, 1915 processo 108, maço 65, gal. B

Antonia Josefa da Conceição, 1905, processo 1085, maço 894, gal. A

Generosa Maria da Conceição, 1912, processo 370, maço 99 gal. B.

Maria da Conceição, 1906, processo 9271 maço 1568, maço 1567, gal. A

Maria da Conceição, 1907, processo 2815, maço 2120, gal. A

Maria da Conceição, 1907, processo 2799, maço 1565

Maria da Conceição, 1911, processo 5909, cx. 1101, gal. A

Joana Maria da Conceição, 1908, processo 8363, cx. 1185, gal. A

Joana Maria da Conceição, 1910, processo 205, maço 2131, gal. A

Josepha Maria da Conceição, 1904, processo 759, cx. 767, gal. A

Josepha Maria da Conceição, 1895, processo 3825, maço gal. A

Josepha Maria da das Dores Conceição, 1912, processo, maço 2197, gal. A

Joviana Maria da Isabel da Conceição, 1892, processo 16, T 9.

Torquata Maria da Conceição, 1902, processo 232, T 7

Mathilde Maria da Conceição, 1908, processo 1027, T 7

Joana Maria da Conceição, 1908, processo 2914, T 8

Alcina Maria da Conceição, 1900, processo 641, T 8.

Damásia Maria da Conceição, 1909, processo 337, T 8

Josepha da Conceição, 1907, processo 2521, T 8.

Maria José, 1912, processo 700353

Maria da Conceição, 1911, processo 1677, T 7

Maria Bernardina e outros, 1902, processo 184, T 7

Ignês da Conceição, 1914, processo, 701295

Dionysia Maria da Conceição, 1899, processo 434, T 8.

Maria das Dores 1902, processo 172, T 7

Balbina Maria da Conceição, 1916, processo 721987

Presciliana Maria de Souza, 1902, processo 286, T7

Francisco de tal, 1891, processo 4, T 9.

Cândida Maria de Jesus e outros, 1903, processo 4002, cx. 1081, gal. A

3 Fontes Impressas

3.1 Periódicos

Correio Paulistano (1886/88)

Diário Popular (1888-1890)

A Província de São Paulo (1887-1888)

Diário de Campinas (1888-1908)

Gazeta de Campinas (1900)

Getulino (1923-1926)

3.2 Relatórios Anuais de 1893 a 1898 do Anuário Estatístico apresentado ao cidadão dr. Jorge Tibiriçá digno. Secretário dos negócios da agricultura do estado de São Paulo.

Fontes Secundárias

Livros

ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro. 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ABREU, Maurício A. (org.) *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, coleção Biblioteca carioca.

ANDRADE, Tânia (org.) *Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas*. São Paulo, IMESP, 1997..

ALGRANTI, Leila. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro-1808-1822*. Petrópolis, Vozes, 1988.

ANDREWS, George R. *Negros e brancos em São Paulo, Brasil: 1888-1988*. Bauru, Edusc, 1998.

ALANIZ, Anna G. G. *Ingênuos e Libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição 1871-1895*. Campinas, CMU/UNICAMP, 1997.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

ASSIS, Joaquim M. M. *Papéis velhos e outras histórias*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

- AZEVEDO, Célia M. M. *Onda Negra Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987
- AZEVEDO, Tales de. *Cultura e situação racial no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- BARATA, Alexandre M. *Luzes e sombra: A ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*, Campinas/SP, Ed. da Unicamp-CMU, 1999.
- BARBOSA, Irene M. Ferreira. *Socialização e relações raciais: um estudo de famílias negras em Campinas*. São Paulo, FFLCH-USP, 1983, (coleção Antropologia, nº 5).
- BASTIDE, Roger. *Branços e negros em São Paulo*. 2ª ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959.
- BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. *Preconceito racial em São Paulo*. SP, (mimeo.), 1956.
- BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, Biblioteca Carioca.
- BERNARDES, Maria Thereza C. C. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro, T.A. Queiroz, 1989.
- BERNARDO, Teresinha. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo, EDUC/Editora da UNESP, 1998.
- BÍBLIA SAGRADA. 44ªed., São Paulo, Ed. Ave-Maria, 1984.

- BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil*. 2ª ed., Paz e Terra, 1980.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 4ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1987.
- BRUNO, Ernani S. *História e tradições da cidade de São Paulo*. 4ª ed., São Paulo, Hucitec, 1991.
- BRUSCHINI, Cristina & SORI, Bila (orgs.) *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. SP: Fundação Carlos Chagas e Marco Zero, 1994.
- CADERNOS DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO/ Museu Paulista da USP São Paulo: MP/USP, 1994/5, 1996.
- CARDOSO, Fernando. H *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- CAMPOS, Raymundo C. B. *Viagem ao nascimento de uma nação-Diário de Maria Graham*. São Paulo: Atual, 1996.
- CARVALHO, Delegado de *História da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.
- CARVALHO, José M. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Lia A. *Habitações Populares*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1975.

_____. *Tumbeiros: o tráfico e escravos para o Brasil*, São Paulo, Brasiliense 1985.

CORRÊA, Mariza (org.) *Colcha de retalhos: Estudos sobre a família no Brasil* Campinas-SP, Ed. da UNICAMP, 1994.

CORTES, Geraldo M. *Migração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.

COSTA, Emília V. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

_____. *Da senzala à colônia* 2ª ed., São Paulo, Ciências Humanas, 1982.

COSTA, Wilma P. *A espada de Dâmocles – o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo/Campinas, Hucitec/Editora da Unicamp, 1996.

DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 4ª. ed., Rio de Janeiro, 1996.

- DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro, Editora da UERJ, 1996.
- DAS, Veena *Critical events an antropological Perspective on Contemporary*. Índia, Delhi, Oxford University Press, 1995.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil(1850)*. São Paulo, Martins Fontes/ Editora da Universidade de São Paulo, 1972.
- DIAS, Maria Odila L. S. *Quotidiano e poder: em São Paulo no século XIX*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1995.
- D'INCAO, Maria A. Mulher burguesa e família In PRIORE, Mary del *História das mulheres*. São Paulo, Contexto, 1997.
- ENGEL, Magali *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo. Brasiliense, 1989.
- EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos*. Campinas, Editora da Unicamp, 1989.
- ESTEVES, Martha A. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor da Belle Epoque*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- ESTUDOS HISTÓRICOS: cultura e povo, Rio de Janeiro, vol.3, n º 6, 1990.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Ática, 1965, 2 vol.
- _____ *O folclore em questão*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- FONER, Eric. *Nada além da liberdade Rio de Janeiro*. Paz e Terra, 1988.

GAMA, Affonso D. *Código Penal Brasileiro*, 2ª ed., Livraria Acadêmica, 1890.

GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro/São Paulo, Ed. 34/Centro de Estudos Asiáticos, 2001.

GOMES, Flavio S. e REIS, João J. *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil* São Paulo, Cia das Letras, 1996.

GRAHAM, Douglas H. HOLLANDA, Sergio B. H. *Migrações internas no Brasil: 1872-1970*. São Paulo, IPE-USP, 1984.

GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*, São Paulo, 1992.

GRIFFIN, Farah J. *Who set you flowin? The african-american, migration narrative*. New York/Oxford, Oxford University Press, 1995.

GROSSMAN, James R. *Land of hope: Chicago, black southerners, and the Great Migration*. Chicago, The University of Chicago Press, 1992.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX, Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

IANNI, Otávio. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3ª. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

- JESUS, Carolina M. *Memórias de Bítita*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.
- LANNA, Ana Lúcia D. *Uma cidade na transição Santos: 1870-1913*. São Paulo/Santos, Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- LEBRUN, Jean "Palavras de mulheres" In PERROT, Michelle *Mulheres públicas*. São Paulo, Ed. da Unesp, 1998.
- LEITE, José C. & CUTI (org.). *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- LESSER, Jeffrey A *negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo, Ed. Da Unesp, 2000.
- LOBO, Eulália M. L. *História do Rio de Janeiro. Da capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, 2 vol.
- LOPES, Nei. *O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical: partido-alto, calango, chula e outras cantorias*. Rio de Janeiro, Pallas, 1992.
- LOYOLA, Maria A. *Médicos e curandeiros-conflito social e saúde*. São Paulo, Difel, 1984.
- LUCCOCK, John *Notas sobre o Rio de Janeiro e as partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1975.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria de. *Papéis velhos e outras histórias*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995.

MACHADO, Maria H. P.T. *O PLANO E O PÂNICO: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. UFRJ/EDUSP, 1994.

MAIO, Marcos C. *Raça, ciência e sociedade* Rio de Janeiro, FIOCRUZ/CCBB, 1996

MARTINS, Amélia de Rezende (org.) *Um idealista realizador: Barão Geraldo de Rezende*, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Museu Histórico Nacional, 1939.

MARTINS, José S. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.

MATA, Milton(org.) *Migrações internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos*. Rio de Janeiro, IPA-INPES, 1973.

MATTOS, Hebe M. *Das cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATOS, Odilon N. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 3ª ed., São Paulo, Arquivo do Estado, 1981.

MEMMI, Albert. *Racismo*. Lisboa, Editorial Caminho, 1993.

- MONTERO, Paula *Da doença à desordem-magia na umbanda*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- MOURA, Roberto *Tia Ciata e Pequena África no Rio de Janeiro*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- NAXARA, Márcia R. C. *Estrangeiro em sua própria terra- representação do brasileiro: 1870-1920*. São Paulo, Anna Blume, 1998.
- NEEDEL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical*. São Paulo, Cia da Letras, 1997.
- NINA RODRIGUES, Raimundo *Os africanos no Brasil*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- NORDER, Luiz A C. *Formação agrária brasileira*. Mimeo., Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2000.
- NORONHA SANTOS. *As Freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro, ed. O Cruzeiro, 1965.
- NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. Cia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura de Cultura/Cia das Letras, 1992.
- OLIVEIRA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina (orgs.) *Entre a virtude e o pecado*. Rio de Janeiro/ São Paulo, Rosa dos Ventos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- OLIVEIRA, Roberto C. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Pioneira, 1983.

- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e a identidade nacional*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1994.
- PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo, Ed. da Unesp, 1998.
- PIRAGIBE, Vicente. *Diccionario de Jurisprudência Penal do Brasil*. São Paulo, Livraria Acadêmica, 1931, 2 vol.
- PRADO Jr. Caio *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1974.
- QUEIROZ Jr., Teófilo. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*. São Paulo, Ática, 1982.
- RAMOS, Arthur *O negro brasileiro: etnografia na sociologia brasileira e psicanálise*. 2ª.ed., Pernambuco, Ed. Fundação Joaquim Nabuco/ Ed. Massangana, 1988.
- RIBEIRO, Rita *Barão Geraldo: História e Evolução*, Campinas, Ed. do Autor, 2000.
- REGO, Walquiria D. Leão Liberalismo e escravidão no Brasil: um dilema? In: *Primeira Versão*, Campinas, IFCH/UNICAMP, n º 43,1992.
- REVISTA DO RIO DE JANEIRO, Niterói, vol. 1 n º 1 set./dez. 1985.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas: crônicas*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995, Coleção Biblioteca Carioca.
- ROCHA, Oswaldo (org.). *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

- RODRIGUES, Jaime *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africano para o Brasil. (1800 - 1850)*. Campinas, Cecult/UNICAMP, 1997.
- RUGENDAS, João M. *Viagem pitoresca através do Brasil*. 6ª.ed., São Paulo, Livraria Martins Editora, 1967.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte/São Paulo, ed. Itatiaia/Ed. Universidade de São Paulo, 1976.
- SALES, JOÃO A. *A pátria paulista*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983.
- SAMARA, Eni M. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo século XIX*. São Paulo, Marco Zero/Secretaria de Cultura de São Paulo, 1989.
- SANTOS, Carlos J.F. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza(1890-1915)*. São Paulo, Anna Blume/FAPESP, 1998.
- SANTOS, Noronha. *As Freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1965.
- SANTOS, Ronaldo M. *O término do escravismo na província de São Paulo (1885-1888)*. FEA-USP, 1972.
- SCHIMIDT, Afonso *A marcha: o romance da Abolição*. São Paulo, Clube do Livro, 1945.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre: 1860-1899*. Rio de Janeiro/ Campinas, Paz e Terra/ Ed. da Unicamp, 1991.

SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da vida privada no Brasil: República da Belle Époque à era do Rádio*. São Paulo, 1998, vol.3.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOARES, Carlos E. L. *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

_____. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana: 1890-1920*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.

STEADY, Filomina C. *The black woman cross-culturally*. Vermont, Vermont Schenkman Books, 1992.

TANNURI, Luiz Antonio *O Encilhamento*. São Paulo/Campinas, Hucitec/Funcamp, 1981.

VENTURA, Roberto. *Escritores, escravos e mestiços em um país tropical: raça e natureza na cultura brasileira (1825-1933)*. tese de doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 1988.

VIANNA, Oliveira. *Ensaio inédito*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1991.

WIEVIORKA, Michel *Racisme et modernité* Paris, Éditions La Decouverte, 1993.

WISSENBAACH, Maria C.. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo, HUCITEC, 1998, Coleção História Social USP.

XAVIER, Regina C. L. *A conquista da liberdade: vivências de libertos em Campinas*. Campinas, CMU/Unicamp, 1996.

ZYLBERBERG, Sonia. *Morro da Providência*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

Artigos

AZEVEDO, Célia M. M. A “Nova história intelectual de Dominick LaCapra e a noção de raça” In RAGO, Margareth & GIMENES, Renato A. O. (orgs.) *Narrar o passado, repensar a história* Campinas-SP, UNICAMP-IFCH, 2000

_____ “Entre o universalismo e o diferencialismo: uma reflexão sobre as políticas anti-racistas e seus paradoxos” In *Intersecções*- revista de Estudos interdisciplinares, UERJ, Rio de Janeiro, ano 2, n º1

_____ “Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos EUA e do Brasil” In *Revista USP*, São Paulo, n º 1, mar./mai.1989.

- CHALHOUB, Sidney "Febre amarela e ideologia racial no Rio de Janeiro do século XIX", In *Estudos Afro-Asiáticos* 27, Rio de Janeiro, CEAA, abril de 1995.
- COSTA, Iraci del N. *Revistando o domicílio complexo In Estudos Econômicos São Paulo*, v.21, nº, set./dez., 1991.
- CRUZ, Maria Cecília V. "Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café", Rio de Janeiro, 1905-1930 In *Afro-Ásia*, UFBA, n ° 24, 2000.
- CUTI. "A voz do velho Leite", In: *Memória São Paulo*, Eletropaulo, jul./dez. 1993, nº 19.
- FERRARA, Miriam N. "A imprensa negra paulista (1915-1963)" In *Revista Brasileira de História São Paulo*, v. 5, n ° 10, 1985.
- FRIGERIO, Alejandro "Imagens do negro no Uruguai: carnaval e reprodução de mitologias de exclusão" In *Estudos Afro-Asiáticos* 30, CEAA, Rio de Janeiro, dez, 1996.
- GOMES, Flávio dos Santos. "No Meio das Águas Turvas (racismo e cidadania no alvorecer da república: a Guarda Negra na Corte – 1888 -1889)". In: *ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS*, nº 21, 1991.
- GUSMÃO, Neusa M.M. "Fundo de memória: Infância e escola em famílias negras de São Paulo" In *Cadernos Cedes*, Campinas, FE/Unicamp, ano XVIII, n ° 42, out., 1997.

- MOURA, Clovis "Organizações negras" In SINGER, Paul(org.) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1980.
- MINUET, Mônica C. Pieroni. Mirta "Mujeres en la naciones afroargentinas de Buenos Aires" In *America Negra*. Bogota, Colombia, Pontificia Universidad Javeriana, n º 8, diciembre 1994.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: EDUCAÇÃO E REALIDADE, Porto Alegre, 16(2), jul/dez., 1990.
- KARASCH, Mary C. "Slave women on the Brazilian frontier In the nineteenth century", In: GASPAR, David B.& HINE Darlene, C. *More than chattel: black women and slavery In the Americas*, Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press, 1996.
- STURING, Franc "Forging the Chain Migration to North American 1880-1930: a case study of Italian migration to North American" In *Studies and Ethnic*, Hardcover/Canadá, June, 1990.
- WISSENBACH, Maria C. C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível In SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da vida privada no Brasil 3*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

Teses

- ARAUJO, Maria P. Nascimento. *Um mundo ao avesso: Um ensaio sobre cultura popular e condição feminina no Rio de Janeiro de virada do século (1880-192)*. dissertação de mestrado, Niterói, , ICHF/UFF, 1989.
- BARRETO, Paulo Sérgio. *O Caracol e o Caramujo: artistas e Cía. na cidade*. Campinas, dissertação de mestrado, IFCH/Unicamp, 1994.
- BASTOS, Elide R. *Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo, tese de doutoramento, PUC/SP, 1986.
- GABRIEL, Maria Cristina C. *Além das fronteiras do colonato o ajustamento da coletividade italiana à sociedade local campineira durante a grande imigração(1886-1920)*. Campinas, dissertação de mestrado IFCH-UNICAMP, 1995.
- ENGEL, Magali. *A loucura na cidade do Rio de Janeiro: idéias e vivências (1830-1930)*. Tese de doutorado, Campinas, IFCH/Unicamp, 1995.
- GITAHY, Maria Lúcia C. *Os trabalhadores do porto de Santos (1889/1910)*. dissertação de mestrado, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1983.
- JORDÃO NETTO, Antonio. *Aspectos econômicos e sociais das migrações internas para o Estado de São Paulo*. dissertação de mestrado, São Paulo, PUC-SP, 1973.

- JORGE, Marcos Alberto Torres e as primeiras formulações teóricas sobre a educação e a "questão social" no Brasil (1909-1915). dissertação de mestrado, Campinas, FE/UNICAMP, 1997.
- MACHADO, Maria Helena P. T. *Escravos e cometas: movimentos sociais na década da Abolição*. São Paulo, tese de doutoramento, FFLCH-USP, 1991.
- MARCHIORI, Maria Emília P. *Os impasses da cidadania na transição da monarquia para a República (1870-1902)*. Tese de doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 1992, 2 vol.
- NASCIMENTO, Regina Célia O. *Trajetória de uma identidade*. Campinas, dissertação de mestrado, IFCH-UNICAMP, 1994.
- OLIVEIRA, Ricardo S.R. *Educação, maternidade e progresso: uma análise sobre a educação das mulheres entre 1870 e 1910*. Campinas, dissertação de mestrado IFCH-UNICAMP, 1995.
- FEREIRA, Andréia Regina S. *A Influência da psicologia de massas sobre o movimento operário brasileiro(1917-1922)*. Campinas, dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP, 1997.
- REGO, Walquiria D. Leão. *Estado e Revolução: um ensaio sobre a questão da hegemonia durante a 1ª República*, São Paulo, tese de doutoramento USP, 1981.
- PERISSINOTO, Renato M. *Frações de classe hegemonia na 1ª República em São Paulo*. Campinas, dissertação de mestrado IFCH-UNICAMP, 1991.

- SALVADORI, Maria Angela B. *Capoeiras e malandros*. Campinas, dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP, 1990.
- SILVA, José Carlos G. *Os Sub-Urbanos e a outra face da Cidade dos negros em São Paulo: 1900-1930 Cotidiano, Lazer e a Cidadania*. Campinas, dissertação de mestrado, IFCH-UNICAMP, 1990.
- SILVEIRA, Célia R. *A epopéia do caipira: regionalismo e identidade nacional em Valdomiro Silveira*. Assis, dissertação de mestrado, FCL/UNESP, 1997.
- SOUZA, Luís Antonio F. *São Paulo, polícia urbana e ordem polícia civil e a ordem social na primeira República*. São Paulo, tese de doutorado, FFLCH-USP, nov./1992,
- WISSENBACH, Maria C. C. *Ritos de magia e sobrevivência: sociabilidades e práticas mágico-curativas no Brasil (1890-1940)*, tese de doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1999.